

Câmara Municipal
de Cuba

Carta Educativa

2023-2033



JANEIRO DE 2023

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

cies _iscte

Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia



Ficha Técnica

Nome

Câmara Municipal de Cuba. **Carta Educativa 2023-2033 (versão final)**.

Financiamento

CIMBAL [CDDR (ponto 11.2)]

Coordenação

João Sebastião, Luís Capucha

Equipa

Ana Rita Capucha, Eva Gonçalves, João Henriques, Sara Nunes, Sónia Cardoso Pintassilgo

Apoio técnico

Câmara Municipal de Cuba – Cristina Candeias

Data

Janeiro de 2023

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>



Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 : Enquadramento	3
Enquadramento político	3
Enquadramento legislativo	3
Enquadramento teórico	5
Enquadramento metodológico	7
Capítulo 2 : Diagnóstico	9
Carta Educativa de 1ª geração: avaliação	9
O concelho de Cuba	9
Dinâmicas sociais	11
Dinâmica populacional.....	11
Dinâmica socioeconómica.....	22
Rede educativa: cenário em 2022.....	37
Estabelecimentos escolares	37
Rede de ofertas educativas e formativas.....	42
População discente	50
Desempenho escolar.....	53
Projetos educativos municipais e escolares.....	58
Profissionais escolares	59
Dinâmicas da comunidade na educação	65
Capítulo 3 : Intervenções para o futuro	66
Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades	66
1. Contexto demográfico e socioeconómico.....	66
2. Parque e Rede Escolares	68
3. Dinâmicas de promoção do sucesso escolar.....	69
Identidade	71
Visão.....	71
Missão	71
Princípios e objetivos políticos.....	71
Intervenções futuras – 2023/2033.....	72
Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades.....	73
Eixo 2 – Ofertas e Ensino.....	73

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar.....	76
Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional	77
Política integrada do Município	77
Convergência com Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo.....	78
Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias	80
Anexos.....	82
Anexo 1: Plano de Requalificação dos Espaços Escolares.....	82
Anexo 2: Modernização tecnológica e administrativa.....	88

Índice de tabelas

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba	12
Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba	12
Tabela 2.3: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Baixo Alentejo (%), 2021	13
Tabela 2.4: Densidade populacional (hab./km ²), região Baixo Alentejo e concelhos, 2021.....	14
Tabela 2.5: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), Baixo Alentejo e concelho de Cuba, 2021	15
Tabela 2.6: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2021	16
Tabela 2.7: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba	16
Tabela 2.8: Nados-vivos (N), no Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2011-2020	17
Tabela 2.9: Índice sintético de fecundidade, em Portugal, na região do Baixo Alentejo no concelho de Cuba, 2001, 2009-2020	18
Tabela 2.10: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2011-2020.....	18
Tabela 2.11: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no Baixo Alentejo, 2011 e população total do concelho, 2021	20
Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no Baixo Alentejo, 2011, Proporção da população total (%) do concelho na região do baixo Alentejo (2011 e 2021)	20
Tabela 2.13: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários	20
Tabela 2.14 Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033	21
Tabela 2.15 Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031.....	21
Tabela 2.16: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquênios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031	21
Tabela 2.17: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e no Baixo Alentejo, 2023.....	22
Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e no Baixo Alentejo, 2028.....	22
Tabela 2.19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e no Baixo Alentejo, 2033.....	22

Tabela 2.20: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020	23
Tabela 2.21: Número de PME e de Grandes Empresas, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020	24
Tabela 2.22: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)	24
Tabela 2.23: Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019 (%)	27
Tabela 2.24: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, total em dezembro e média anual (N), e no total da população de residentes entre os 15 e os 64 anos em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019, 2020 e 2021 (%)	30
Tabela 2.25: Proporção de beneficiários do RMG e RSI e do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)	34
Tabela 2.26: Proporção de beneficiários de outros apoios sociais na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)	35
Tabela 2.27: Proporção de beneficiários de pensões da segurança social e CGA, de sobrevivência, invalidez e velhice na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)	36
Tabela 2.28: Informações gerais sobre os edifícios escolares do concelho, 2021/2022	38
Tabela 2.29: Espaços e equipamentos interiores para atividades letivas das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022	40
Tabela 2.30: Espaços e equipamentos interiores para trabalho das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022	40
Tabela 2.31: Outros espaços e equipamentos interiores das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022	40
Tabela 2.32: Espaços e equipamentos exteriores das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022	41
Tabela 2.33: Número de alunos por curso de educação e formação, por ano de escolaridade e total, e por ano letivo	42
Tabela 2.34: Número de alunos por curso profissional, por ano de escolaridade e total, e por ano letivo	43
Tabela 2.35: Número de alunos inscritos no Pré-escolar na rede pública nas Atividades de Animação e Apoio à Família, 2021/2022	45
Tabela 2.36: Número de alunos inscritos no 1º Ciclo de escolaridade na rede pública nas atividades da Componente de Apoio à Família, 2021/2022	45
Tabela 2.37: Número de alunos inscritos no Pré-escolar na rede pública nas Atividades de Enriquecimento Curricular, 2021/2022	45
Tabela 2.38: Irradiação máxima, população base e áreas de influência por estabelecimentos escolares nas redes pública e privada, 2021/2022	50

Tabela 2.39: Alunos com medidas seletivas e medidas adicionais por ciclo/nível de ensino na rede pública, 2021/2022	52
Tabela 2.40: Grau de escolaridade das mães por ciclo de escolaridade/nível de ensino de frequência dos alunos na rede pública, 2021/2022	53
Tabela 2.41: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 1º ciclo	54
Tabela 2.42: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 2º ciclo	55
Tabela 2.43: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 3º ciclo	56
Tabela 2.44: Evolução das taxas de sucesso na Escola Profissional de Cuba (%)	57
Tabela 2.45: Caracterização geral dos projetos escolares concelhios, 2021/2022	59
Tabela 2.46: Número de docentes nas redes pública e privada, por ciclo/nível de ensino, 2021/2022 (N)	60
Tabela 2.47: Rácio de crianças/alunos por grupo/turma por ciclo/nível de ensino na rede pública, 2021/2022 .	63
Tabela 2.48: Assistentes técnicos, Assistentes operacionais, e outras categorias nas redes pública e privada, 2021/2022	64
Tabela 2.49: Rácio de crianças/alunos por Assistente Operacional na rede pública, 2021/2022	64
Tabela 3.1: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA ...	73
Tabela 3.2: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA ...	75
Tabela 3.3: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA ...	77
Tabela 3.4: Articulação entre objetivos estratégicos e política do Município	77
Tabela 3.5: Articulação entre objetivos estratégicos e Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo	79
Tabela 3.6: Articulação entre objetivos estratégicos e programa de educação nacional e orientações europeias	80

Índice de Figuras

Figura 2.1: Concelho de Cuba	10
Figura 2.2: Mapa de localização dos edifícios escolares da rede pública e privada	37
Figura 2.3: Distrito de Beja e principais vias rodoviárias	48
Figura 2.4: Concelho de Cuba e principais vias rodoviárias e ferroviária	48
Figura 2.5: Itinerários dos meios de transporte coletivos - autocarros.....	49
Figura 2.6: Itinerários dos meios de transporte coletivos – comboio	49
Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão do contexto demográfico e socioeconómico	67
Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão dos estabelecimentos, população e ofertas escolares	69
Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão das dinâmicas de promoção do sucesso escolar.....	70

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1: Pirâmide etária (%) Cuba, 2021.....	15
Gráfico 2.2: Taxa de Sobrevivência de empresas não financeiras em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019, 2020 (%).....	25
Gráfico 2.3: Número de empresas não financeiras por setor de atividade no concelho de Cuba, 2020	25
Gráfico 2.4: Número médio de trabalhadores por empresa não financeira em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020	26
Gráfico 2.5: Número de trabalhadores por setor de atividade económica no concelho de Cuba, 2020	26
Gráfico 2.6: Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019	27
Gráfico 2.7: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019	28
Gráfico 2.8: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019	29
Gráfico 2.9: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019	29
Gráfico 2.10: Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019	30
Gráfico 2.11: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tipo de desemprego, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)	31
Gráfico 2.12: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tempo de inscrição, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%).....	32
Gráfico 2.13: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por sexo, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%).....	32
Gráfico 2.14: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por grupo etário, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%).....	33
Gráfico 2.15: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por nível de escolaridade completo, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%).....	33
Gráfico 2.16: Alunos por ciclo/nível de ensino na rede pública e na rede privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N).....	51
Gráfico 2.17: Alunos segundo a modalidade de ensino na rede pública, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N).....	51
Gráfico 2.18: Alunos por estabelecimento escolar na rede pública, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N)	52
Gráfico 2.19: Alunos com ação social escolar por ciclo de escolaridade/nível de ensino na rede pública, 2021/2022 (%).....	53
Gráfico 2.20: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 1º ciclo nos quatro anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019	55
Gráfico 2.21: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 2º ciclo nos dois anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019	56

Gráfico 2.22: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 3º ciclo nos três anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019	57
Gráfico 2.23: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o Ensino Secundário na EP nos três anos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019	58
Gráfico 2.24: Evolução das diferenças entre % de alunos que não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no Ensino Secundário no EP e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019	58
Gráfico 2.25: Distribuição dos docentes na rede pública por sexo, 2021/2022	60
Gráfico 2.26: Distribuição dos docentes da rede pública por grupos etários, 2021/2022	61
Gráfico 2.27: Distribuição dos docentes da rede pública por tipo de vínculo contratual, 2021/2022.....	61
Gráfico 2.28: Distribuição dos docentes de Cuba por nível de satisfação com o Centro de formação de professores da rede pública, 2021/2022 (%)	62

Introdução

Este documento foi elaborado no âmbito do projeto *Atualização das Cartas Educativas e Elaboração do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo (CE13&PEEBA)* através de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) e o CIES-Iscte (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia), com financiamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR, ponto 11.2). O principal objetivo foi o de contribuir para o desenvolvimento do Baixo Alentejo e dos seus concelhos, criando condições para a retenção da população jovem e para atrair outra população nacional e internacional, através da implementação de um plano estratégico educativo articulado entre os treze Municípios e enquadrado no contexto socioeconómico e cultural da região.

A Carta Educativa de Cuba foi elaborada no âmbito daquele contrato, tendo enquadramento no PEEBA, mas posiciona-se como um documento autónomo, elaborado com base nos inputs recolhidos junto dos atores auscultados e nas decisões tomadas pela Câmara Municipal de Cuba.

O documento foi elaborado de acordo com o sugerido na publicação da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolas e do Instituto de Gestão Financeira da Educação, de maio de 2021, intitulada “Carta Educativa. Guião para Elaboração” e, por isso, além de seguir a estrutura proposta, contém todos os conteúdos indicados como necessários. Alguns dos conteúdos, desde análises a sistematizações, foram complementados e melhorados de acordo com a metodologia de trabalho da Equipa CIES e outros tiveram de ser ajustados às informações disponíveis nas entidades locais, quer em termos de quantidade de informação, quer em termos da forma como ela estava armazenada.

A Carta Educativa está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1 expõem-se o enquadramento político e legislativo deste documento estratégico municipal e, também, o enquadramento teórico-metodológico que orientou o trabalho de recolha, análise e sistematização por parte da Equipa CIES.

O Capítulo 2 contém o Diagnóstico do concelho. Começa com a avaliação da Carta Educativa de 1ª geração, ou seja, identifica o que foi realizado em termos de requalificação dos equipamentos escolares. De seguida apresenta-se o concelho em estudo. E depois apresentam-se as informações detalhadas sobre a realidade da rede educativa no ano de 2022, incluindo os estabelecimentos escolares, as ofertas educativas e formativas, a evolução da população discentes e dos resultados educativos e o retrato da população dos profissionais escolares focando a análise sobre a rede pública. Acrescentam-se, ainda, as análises das dinâmicas sociais, mais especificamente, as análises demográficas e de projeções demográficas e a socioeconómica.

No Capítulo 3, surge a sistematização dos resultados de todo o diagnóstico em pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças em torno de três dimensões: contexto demográfico e socioeconómico, parque e redes escolares e dinâmicas de promoção do sucesso escolar. Depois, as intervenções para o futuro, enquadradas, quer na sistematização do resumo, quer nos princípios orientadores da ação para a educação da Câmara Municipal e demais atores locais. As intervenções futuras encontram-se organizadas em três eixos: 1) requalificação de equipamentos; 2) qualidade e sucesso educativo e formativo; 3) promoção do sucesso escolar. O mesmo capítulo termina com o enquadramento dos objetivos estratégicos expostos nos três eixos na política municipal, regional e nacional.

Capítulo 1 : Enquadramento

A Carta Educativa do concelho de Cuba foi elaborada no âmbito de um enquadramento político, legislativo, teórico e metodológico específico que se expõe ao longo deste capítulo.

Enquadramento político

A Educação é um direito fundamental e uma condição determinante para uma igualdade de oportunidades, bem como para a emancipação individual e coletiva da população, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações. Desta forma, é imperioso que se garanta uma Escola Pública de qualidade, inclusiva e gratuita.

De acordo com os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, houve um conjunto de diplomas legais (Lei nº 50/2018, de 16 de agosto) que estabeleceu o quadro de transferências de competências no domínio da Educação para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Também o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro veio estabelecer um conjunto de normas relativas à identificação de recursos financeiros, do património a transferir para o Município a partir de dia 01 de abril de 2022.

Consideramos que o poder local é um parceiro do Ministério da Educação essencial para garantir a igualdade de oportunidades de acesso e de promoção do sucesso escolar, contudo ao deixarmos de ser parceiros para sermos agentes ativos e exclusivos em inúmeras matérias, o nosso sucesso dependerá sempre daqueles que forem os apoios da Administração Central neste paradigma de gestão da Educação e no domínio das funções sociais.

A Educação apresenta-se como um forte investimento no orçamento da Autarquia, contudo, com a transferência de competências nesta área, verificam-se inúmeros desafios, que têm sido ultrapassados com o envolvimento de toda a comunidade educativa e com um forte sentido de responsabilidade e determinação.

Várias são as atividades em que o Município de Cuba planeia, coordena e implementa um conjunto de intervenções que contribuem para a definição de uma estratégia educativa que promove a equidade e igualdade de oportunidades dos seus alunos, bem como a elevação das ofertas educativas e dos desempenhos escolares.

O Conselho Municipal de Educação como uma instância de coordenação e consulta da política educativa, da promoção e articulação da intervenção dos vários agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, propõe as ações consideradas adequadas à promoção de melhores padrões de eficiência e de eficácia do sistema de ensino.

Reconhecendo que a Educação vai para além dos estabelecimentos de ensino e que deve ser valorizada em todas as suas dimensões - pessoais, familiares, sociais e educativas -, o Município de Cuba atua em estreita parceria com o Agrupamento de Escolas, contribuindo para um ensino de qualidade, onde a articulação dos vários intervenientes se conjuga para solucionar problemas, estreitar distâncias e mediar diferentes pontos de vista e principalmente para fazer crianças e jovens felizes e com oportunidades para crescerem homens e mulheres plenamente realizados.

Enquadramento legislativo

As Cartas Educativas são um instrumento municipal de planeamento estratégico para o investimento na área da educação (racionalizar recursos, melhorar e adequar as infraestruturas às prioridades de planeamento urbano e

à evolução da procura e da oferta educativa) e de aproximação aos, e de diálogo com os, sistemas educativos locais, pensando no território municipal em si e no seu desenvolvimento, mas também como parte de uma unidade territorial mais alargada.

Em termos legislativos, a Carta Educativa está atualmente enquadrada e definida nos termos do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro. Este diploma concretiza, em parte, a continuidade do movimento de “transferência de competências da Administração direta e indireta do Estado para o poder local democrático, operada pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que “concretiza e desenvolve os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública, plasmados no nº 1 do artigo 6º da Constituição da República Portuguesa” (Prólogo: 674). Este movimento de partilha de responsabilidades entre Estado Central e comunidades locais, em particular as Autarquias, tem-se verificado no território nacional, sobretudo nas últimas décadas.

Com efeitos a 01 de abril de 2022, o Município de Cuba assumiu a transferência de competências, no domínio da Educação, elencadas nos diplomas supracitados e neste âmbito não fez parte de nenhum projeto-piloto.

O sistema educativo português mantém como característica o centralismo do modelo de governação. No entanto, o aumento das competências transferidas para a alçada dos Municípios transformou a essência da Carta Educativa. De um “instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada Município (nº 1, art.º 10º do Decreto-Lei nº 7/2013, de 15 de janeiro)”, ou seja, documento focado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, passa a um documento de planeamento estratégico municipal para a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social nos diferentes territórios. No atual diploma, o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, surgem expressos como principais objetivos os que em baixo citamos:

“1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; 2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; 3 — A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; 4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; 5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa” com a política territorial do Município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. (art.º 6, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro).

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal e deve conter, pelo menos, a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. Após a sua elaboração, a Carta Educativa deve ser discutida com o Conselho Municipal de Educação, aprovada pela Assembleia Municipal e submetida ao “departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuídos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta” (nº 4, art.º 14 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro). A Carta Educativa deve ser revista em caso de criação ou encerramento de estabelecimentos escolares (do Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário), de desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa e, de forma obrigatória, de dez em dez anos.

Naturalmente, a Carta Educativa deve respeitar os princípios e objetivos estabelecidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, alterada pela primeira vez pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, pela segunda vez pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, que republica o diploma) e pela Lei nº 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei nº 65/2015, de 3 de julho, que, em complemento à LBSE, estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

As áreas e ações estratégicas que fiquem inscritas na presente Carta Educativa devem também considerar outros dois documentos estratégicos. Um deles, o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar elaborado no quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, assenta sobre três princípios fundamentais: i) os planos estratégicos devem ser elaborados por quem melhor conhece os contextos, limitações e potencialidades dos territórios, ou seja, pelas comunidades locais; ii) a comunidade local, em particular as escolas, desempenha um papel fundamental na promoção do sucesso e da aprendizagem, apesar de todos os fatores, conhecidos e desconhecidos, que os condicionem/potenciem; iii) a missão da escola pública passa por garantir que todos os alunos concluem a aprendizagem de saberes, competências, atitudes e comportamentos necessários para a concretização de projetos de vida bem sucedidos. Outro documento é a Agenda 2030 das Nações Unidas, que apresenta uma lista de 17 objetivos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável definidos como uma visão comum para a Humanidade e que encerra “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”, que devem ser promovidas e trabalhadas junto das novas gerações.

O processo de revisão das Cartas Educativas transformou-as numa ferramenta ao serviço de projetos educativos de âmbito concelhio e com carácter estratégico, tendo também como objetivos o combate ao insucesso escolar e a conclusão da etapa do ensino secundário pelos alunos. Esta mudança de contexto, bem como os objetivos da Câmara Municipal de Cuba, obrigam a que os exercícios de revisão da Carta Educativa, sem dispensar os procedimentos técnicos tradicionais de análise das necessidades resultantes do ajustamento da oferta de equipamentos à procura por parte da comunidade, coloca também um enfoque no envolvimento dos diversos agentes pertinentes e na construção de uma visão partilhada e prospetiva do que deverá ser a rede de escolas e equipamentos escolares, a rede educativa e formativa e uma estratégia para a promoção do sucesso educativo em articulação com projetos focados no desenvolvimento social e económico do território.

Enquadramento teórico

Na elaboração deste documento optou-se pela abordagem do Planeamento Estratégico, na qual se considera que planejar é pensar numa realidade desejada e conceber um plano para a atingir, ou seja, é “operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as ações necessárias à projeção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008: 7¹).

O conceito “estratégico” surgiu no mundo empresarial associado à necessidade de analisar o ambiente e o contexto de uma empresa como forma de projetar o seu futuro, através da reorganização dos seus recursos e

¹ Capucha, L. (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

tendo em conta o seu meio envolvente (Costa [1997], 2003²). A definição de uma estratégia pressupõe, por isso, um compromisso com um futuro desejado, o que pressupõe o envolvimento dos vários interessados, e, em simultâneo, identifica o que fazer para o atingir (Idem), enquanto o “planeamento” clarifica quanto ao como fazer (Estêvão, 1998³). Posiciona-se, então, como um instrumento de gestão que pode ser utilizado para que a organização possa aproveitar as suas oportunidades e reduzir os seus riscos, adequando-se às constantes transformações que ocorrem no cenário local, regional, nacional e mundial.

A gestão estratégica é um modelo cíclico e evolutivo (Caldeira, 2009⁴) pois percorre cinco fases. A primeira é o estudo ou o diagnóstico da realidade presente da organização. A segunda é o plano de ação em que se define a identidade, ou as linhas orientadoras da ação, e os objetivos a atingir em função do futuro desejado. A esta, segue-se a fase da implementação do plano que deve ser sempre acompanhada de uma quarta fase, a do acompanhamento, de forma a aferir se as metas delineadas para atingir os objetivos definidos estão a ser cumpridas, e para fazer os necessários reajustamentos à ação; e que se pode traduzir na realização de várias fases de monitorização ao longo da implementação. Por último, a fase da prestação de contas que pode acontecer após cada monitorização e que também deve ser realizada terminado o período de vigência do plano de ação.

O planeamento estratégico depressa extrapolou o mundo das empresas, porque a metodologia de trabalho e as vantagens que proporciona torna-o adaptável ao processo de gestão de qualquer organização, projeto, plano, programa, serviço, etc., que se pretenda implementar, avaliar e melhorar (Vasconcelos e Machado, 1979⁵), envolvendo os diversos atores nos processos. Pela sua natureza e procedimentos é perfeitamente adequado à elaboração de documentos municipais e intermunicipais de planeamento estratégico.

Um plano é igualmente um documento que pressupõe um projeto de mudança negociado e acordado entre os vários agentes, através do qual se produz conhecimento sobre a realidade de partida, sobre as diversas perceções dos vários atores sobre a sua realidade, considerando pontos fortes e pontos fracos, e sobre as necessidades de intervenção, e sobre possíveis percursos de mudança mais eficazes e eficientes e, também, flexíveis de forma a promover a mudança desejada da melhor forma.

A chamada para a participação dos diversos atores num processo de mudança, desde a primeira etapa, permite recolher os diversos pontos de vista, incentivar o debate e a reflexão sobre várias questões, identificar pontos comuns e, muito importante, contribui, dessa forma, para a existência de um propósito comum e para a sensação de inclusão num processo que lhes diz diretamente respeito. Assim como, potencia uma melhor participação de todos os atores pertinentes nos processos de mudança efetivos previstos no documento estratégico, uma melhor gestão de recursos e um acompanhamento das ações mais eficaz de forma a alterar os procedimentos quando necessário. O incentivo à participação dos atores é essencial uma vez que a “racionalidade que o planeamento introduz reclama uma atitude crítica e reflexiva que ajude a encontrar em cada momento a decisão mais acertada e concertada” (Capucha, 2008: 15).

² Costa, J.A. ([1997] 2003). *O Projecto educativo da escola e as políticas educativas locais – Discursos e práticas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

³ Estêvão, C.V. (1998). *Gestão Estratégica nas Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Inovação Educacional.

⁴ Caldeira, J. (2009). *Monitorização da Performance Organizacional*. Lisboa: Almedina.

⁵ Vasconcelos, S. F. e Machado, A. M. V. (1979). *Planejamento estratégico: formulação, implementação e controle*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

Enquadramento metodológico

A opção de estruturar o estudo a partir do conceito de planeamento estratégico participado significa que foi dividido em duas fases principais. A primeira dedicada à produção de conhecimento o mais atualizado possível sobre a região do Baixo Alentejo e sobre os Municípios que a integram, com a redação dos dois estudos de diagnóstico, da responsabilidade dos investigadores do Iscte; conhecimento que foi depois adaptado ao concelho de Cuba tal como se expõe ao longo do Capítulo 2 da Carta Educativa. Uma segunda fase foi dedicada à redação da Carta Educativa, com o devido envolvimento direto das entidades promotoras dos diversos documentos e com a participação de vários atores locais em momentos de auscultação que concretizam a aproximação das decisões aos cidadãos, veiculada no Art.º 112, Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e a própria metodologia do planeamento estratégico participado exposta no enquadramento teórico.

A produção de conhecimento sobre a história, a demografia, a caracterização socioeconómica, as redes e a oferta educativa e formativa, a população docente e discente e o desempenho escolar da rede pública, incluindo sobre as perceções dos atores locais, sobre o concelho de Cuba assenta, então, na utilização de diversas fontes. A elaboração do diagnóstico assenta sobre um desenho de pesquisa transversal (em que a recolha de informação acontece uma única vez por cada tipo de dados) e comparativo (entre concelhos e entre estes e a região e o cenário nacional) e, ainda, numa estratégia metodológica “multimétodo”, que prevê a recolha de informação em várias fontes e com recurso a técnicas qualitativas e quantitativas. A triangulação dos dados obtidos e sistematizados através de diferentes técnicas de recolha e de análise de informação, num processo de metodologia mista é, na nossa ótica, uma forma de minimizar a sempre existente subjetividade decorrente da maior proximidade que se cria entre investigadores e objeto de estudo ao longo do processo de trabalho de campo (Godoy, 2005⁶); e de aumentar a coerência, a clarificação e a ilustração de resultados (Greene, Caracelli e Graham, 1989).⁷

O plano de trabalho incluiu as seguintes técnicas de recolha e de análise de informação.

1. **Recolha e análise documental** junto da Câmara Municipal, do Agrupamento de Escolas de Cuba e de outras entidades locais para a caracterização do território, da população, das redes pública e privada de escolas, da rede de oferta educativa e formativa e para a caracterização da população e do desempenho escolar da rede pública;
2. **Recolha e análise de dados estatísticos** em bases de dados nacionais para uma caracterização demográfica e socioeconómica da população do concelho no diagnóstico geral;
3. **Recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos** junto do Agrupamento de Escolas de Cuba, da Escola Profissional de Cuba e do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba sobre o edificado, infraestruturas e equipamentos, a população escolar, desempenho escolar e atividades, através da utilização de uma ficha de caracterização construída para o efeito;
4. **Auscultação dos agentes locais** para uma sistematização das representações sobre as potencialidades e fragilidades e as prioridades educativas e formativas do concelho através da:
 - a. Recolha e análise de dados rigorosa através de um **questionário** aplicado a uma amostra representativa (83,9% de respostas, n = 52) do universo de 62 educadores e docentes da rede pública de Cuba;

⁶ Godoy, A. (1995), “Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais”, Revista de Administração de Empresas, 35(3), p. 20-29.

⁷ Greene, J. C., Caracelli, V. J. e Graham, W. F. (1989), “Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs”, Educational Evaluation and Policy Analysis, 11(3), p. 255–274.

- b. Aplicação e análise de três **entrevistas individuais semi-dirigidas**: i) ao responsável pelo pelouro da Educação na Câmara Municipal de Cuba (dia 18 de março de 2021); ii) a dois representantes da Equipa técnica da Câmara Municipal de Cuba (dia 9 de abril de 2021); iii) ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Cuba (dia 4 de maio de 2021); iv) ao Diretor da Escola Profissional de Cuba (dia 6 de maio de 2021).
 - c. Aplicação e análise de uma **entrevista de grupo semi-dirigida**, realizada no dia 4 de junho, para a qual foram convidados 10 atores locais (representantes de alunos, de pais e encarregados de educação, de assistentes operacionais/administrativos do Agrupamento de Escolas, e da comunidade) dos quais compareceram 4 (correspondente a cerca de 40%, o que traduz numa fraca taxa de adesão).
5. Auscultação dos agentes locais sobre os resultados dos estudos de diagnóstico e sobre as propostas de objetivos estratégicos a inserir nos documentos (Carta Educativa e PEEBA) através da realização de um *workshop*, em conjunto com os atores locais dos concelhos de Alvito, Beja, Ferreira do Alentejo e Vidigueira, realizado no dia 14 de junho.

Para saber mais pormenores sobre a estratégia metodológica seguida pelo Iscte na produção de conhecimento sobre o Baixo Alentejo no geral, e o concelho de Cuba, em particular, consulte-se os dois estudos de diagnóstico – Geral e Educativo – entregues junto da CIMBAL.

Capítulo 2 : Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se o concelho no momento do diagnóstico que antecedeu a implementação da Carta Educativa de Cuba. A exposição inicia-se com a avaliação da Carta Educativa anterior, prossegue com a apresentação do concelho, da rede educativa (os estabelecimentos escolares, a rede de ofertas educativas e formativas), da população discente, dos resultados educativos, dos projetos educativos municipais e das escolas e dos profissionais escolares, e com a caracterização das dinâmicas sociais (demográficas e socioeconómicas).

Carta Educativa de 1ª geração: avaliação

A Carta Educativa revela uma conceção dinâmica de planeamento, não constituindo um documento acabado, mas apresentando-se como uma prática sistemática e continuada de análise e intervenção na realidade escolar.

A Carta Educativa de 1ª geração, em 19 de outubro de 2006, obteve parecer favorável, por maioria, do Conselho Municipal de Educação de Cuba, sendo aprovada por unanimidade na reunião do órgão executivo realizada em 15 de dezembro de 2006 e por maioria pelo órgão deliberativo na sua reunião de 22 de dezembro de 2006. Foi homologada pela Ministra da Educação, em 27 de março de 2007.

Sempre com o compromisso de investir na modernização e consolidação do parque escolar, de forma a assegurar melhores condições de ensino e aprendizagem, foi a preocupação do Município de Cuba nas suas competências na área da educação, adequando a rede de equipamentos e otimizando os recursos no território educativo do concelho de Cuba.

Os edifícios dos polos escolares de Vila Alva e Vila Ruiva, foram requalificados, contudo em 2015, deparámo-nos com o encerramento da EB de Vila Ruiva, que não estando previsto na Carta Educativa (1ª geração), foi concretizado apesar de todos os esforços do Município de Cuba para contrariar tal decisão Central.

O concelho de Cuba

“A zona geográfica ocupada pelo atual concelho foi uma região habitada desde épocas remotas, nela encontram-se ainda hoje, alguns exemplares da cultura Megalítica (4000a.C – 6000 a.C.). Desse período restam, atualmente, duas antas nos arredores de Vila Alva (Anta da Fareloa e Anta de Cima), bem como um Menir na Horta dos Canos do Meio, também nos arredores de Vila Alva. Situadas na bacia hidrográfica da Ribeira de Odivelas, afluente do Sado, todas elas se encontram integradas na larga faixa dolménica que, na direcção NO-SE, passa entre os concelhos de Cuba, Vidigueira e Alvito no Distrito de Beja; e os concelhos de Évora e Portel, no Distrito de Évora.

Foi habitada desde a época pré-histórica, a julgar pelos seus achados arqueológicos na região. Dos tempos da ocupação árabe, possivelmente apenas terá ficado o nome da Vila - Cuba - que para alguns não será mais do que a corrupção da palavra "Coba", o que significa pequena torre em árabe. No entanto, após a conquista da terra por D. Sancho II, estes lhe teriam dado por nome Cuba, devido ao facto de nela terem encontrado muitas cubas de vinho. Segundo a opinião de alguns historiadores, o Monte do Outeiro terá sido o berço da vila, já que as ruínas dos muros ali existentes poderão ter sido do castelo que supostamente terá existido. Ali, terá nascido a primeira povoação também com o nome de Cuba, que depois foi abandonada, tendo os seus habitantes escolhido o vale mais próximo para se fixarem e lhe darem também o mesmo nome. Desde o SÉC. XIII que se encontra referência à sua existência, tendo então pertencido ao Concelho de Beja. Passou posteriormente para a posse dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Em 1305, os direitos da aldeia ficaram na posse do Rei D. Dinis.

O Concelho de Cuba foi criado por D. Maria I por volta de 1782, altura em que se separou do Concelho de Beja, por alvará de 18 de Dezembro de 1782, cria-se a Vila de Cuba com termo próprio, desmembrando-se assim o vasto Concelho de Beja e passando para o novo Concelho de Cuba as Freguesias de Pedrogão, Marmelar, Selmes, e parte da freguesia de São Matias. Nessa altura Vila Alva, Vila Ruiva, Faro e Albergaria dos Fusos ainda constituíam Concelhos independentes, situação que se manteve inalterável até 6 de novembro de 1839, altura que os últimos quatro Concelhos foram extintos, passando Vila de Frades e Vila Ruiva, Albergaria e Faro do Alentejo, para o de Cuba. Esta situação manteve-se até 1854, altura em que é extinto o Concelho de Vila de Frades e se reconstituem os Concelhos de Cuba e da Vidigueira.

D. José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, foi o 1º Conde e Visconde do Morgado da Esperança em Cuba, a quem D. Maria II concedeu o título de Visconde, em duas vidas, por Decreto de 20.07.1852 e Carta de 28 do mesmo mês. Cuba está ligada ao grande escritor Fialho de Almeida que aqui casou com D. Emília Pêgo, e aqui residiu e veio a falecer em 1911.” (em Diagnóstico Social do Concelho de Cuba, 2019: 17-19)

Figura 2.1: Concelho de Cuba



Fonte: Construção própria.

Atualmente o território de Cuba tem cerca de 170 km² e integra o distrito de Beja e a NUTS III do Baixo Alentejo posicionando-se a Norte. Na figura seguinte, vemos que faz fronteira com os concelhos de Vidigueira a Este, Beja a Sul, Ferreira do Alentejo e Alvito a Oeste, concelhos que também integram o distrito de Beja; e, a Norte,

com os concelhos de Viana do Alentejo e Portel que pertencem ao Alentejo Central. Cuba tem quatro freguesias: a Cuba, a sede de concelho, Faro do Alentejo, Vila Ruiva e Vila Alva.

Dinâmicas sociais

Dinâmica populacional

A caracterização demográfica baseia-se nos dados dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (censos) de 1991, 2001, 2011 e 2021 e das Estatísticas Demográficas para os anos dos períodos intercensitários (entre os diferentes censos), que permitem a análise do estado da população, para os diferentes momentos censitários. Atendendo a que o último momento censitário se refere a 19 de abril de 2021, a análise do estado da população mais recente remete para esse momento. Os dados deste último censo, já disponibilizados, são resultados provisórios (não estando ainda disponíveis os resultados definitivos) que não consideram a desagregação etária da informação por idade, ano a ano. Esse facto limita a possibilidade de apresentação de pirâmides etárias, bem como o cálculo de alguns indicadores referentes ao estado da população.

No que diz respeito ao movimento da população, o recurso às estatísticas demográficas permite a reconstituição das dinâmicas, natural e migratória da população, ao longo das últimas décadas. Será, assim, considerada, de forma articulada, a análise do estado e a do movimento da população, a partir dos dados censitários (análise do estado da população em 1991, 2001, 2011 e 2021) e das estatísticas demográficas (análise das dinâmicas populacionais, ao longo do tempo, até 2020). Essa análise servirá de base para o posterior cálculo de projeções demográficas, a partir de cenários que contemplam tendências passadas de evolução da população. As projeções demográficas, nomeadamente da população em idade escolar, e a escolha dos cenários considerados mais plausíveis terão, então, como suporte a análise realizada ao nível do estado e movimento da população que se apresenta de seguida.

Crescimento populacional intercensitário: evolução da população residente

Nas duas tabelas seguintes apresentam-se os valores referentes à população recenseada em Portugal, nas regiões do Alentejo (NUT II), Baixo Alentejo (NUT III) e no concelho de Cuba, nos quatro últimos momentos censitários (1991, 2001, 2011 e 2021), assim como o resultado da Taxa de Crescimento Total (Tci⁸) da população, nos três últimos períodos intercensitários (1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021), para as mesmas regiões e concelho.

A população residente recenseada em Portugal, em 2021, era de 10 344 802 indivíduos. No Alentejo e no Baixo Alentejo, foram contabilizados 704 707 e 114 889 indivíduos residentes, respetivamente, no mesmo momento censitário de 2021. No concelho de Cuba, a população residente recenseada, no mesmo ano, era de 4 374 indivíduos, território em que é evidente a diminuição contínua da população desde 1991, tal como no Baixo Alentejo e no Alentejo.

⁸ A taxa de crescimento total intercensitário resulta do seguinte cálculo: $Tci = (P1 - P0) / P0 * 100$, sendo P0 a população inicial do período intercensitário e P1 a população final do período.

Tabela 2.1: População residente nos momentos censitários 1991, 2001, 2011 e 2021, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba

País/ Região/ Concelho	Anos			
	1991	2001	2011	2021
Cuba	5 494	4 994	4 878	4 374
Baixo Alentejo	143 020	135 105	126 692	114 889
Alentejo	782 331	776 585	757 302	704 707
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 344 802

Fonte: INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

No que diz respeito à evolução do efetivo populacional, Portugal apresentou um crescimento positivo nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011. No terceiro e mais recente período intercensitário em análise (2011-2021), a taxa de crescimento populacional apresenta um resultado negativo, para o país, com um decréscimo de 2,1 indivíduos por cada 100. Desde a realização do primeiro recenseamento moderno em Portugal (no ano de 1864), este é o segundo período intercensitário em que Portugal regista um crescimento populacional negativo (o primeiro ocorreu entre os censos de 1960 e 1970).

As regiões do Alentejo e, sobretudo, do Baixo Alentejo, por sua vez, apresentam taxas de crescimento total negativas para os três períodos intercensitários em análise, o que revela uma tendência de perdas populacionais nestas regiões anterior à tendência registada a nível nacional.

Em ambas as regiões, ao longo das décadas, reforça-se o decréscimo populacional, sendo que, no último período, o valor da taxa de crescimento total foi de -6,9% para o Alentejo e de -9,3% para o Baixo Alentejo, valores claramente mais negativos do que a média nacional (-2,1%). A variação da taxa de crescimento entre o primeiro e o terceiro período em análise foi de -6,2 pontos percentuais para o Alentejo (variando de -0,7% para -6,9%) e de -3,8 para o Baixo Alentejo (de -5,5% para -9,3%). Assim, apesar do Baixo Alentejo apresentar um crescimento negativo mais acentuado, a aceleração do crescimento negativo, ao longo do tempo, é mais forte no Alentejo.

Em Cuba, a variação da taxa de crescimento é mais elevada em comparação com o Baixo Alentejo no primeiro e no último período censitário, e mais baixa em 2001-2011. Ora, em termos evolutivos, se considerarmos o crescimento populacional nos três últimos períodos intercensitários, Cuba viu diminuir o decréscimo populacional entre o primeiro e o segundo período, e aumentar novamente, e com maior ritmo, em 2011-2021. A taxa de crescimento natural de Cuba descreve-se como *decréscimo permanente*,⁹ idêntico ao Alentejo e Baixo Alentejo.

Tabela 2.2: Taxa de crescimento total intercensitário (%) 1991-2001, 2001-2011 e 2011-2021, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba

País/Região/Concelho	Período		
	1991-2001	2001-2011	2011-2021
Cuba	-9,1	-2,3	-10,3
Baixo Alentejo	-5,5	-6,2	-9,3
Alentejo	-0,7	-2,5	-6,9
Portugal	5,0	2,0	-2,1

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

⁹ Quando os valores da taxa de crescimento total não ultrapassam o valor de -10% em mais do que um período e não atinge -20% em nenhum período intercensitário.

Ora, o crescimento populacional negativo que se verifica no conjunto dos concelhos e regiões a ritmos e com intensidades diferentes, decorre das dinâmicas populacionais e das características intrínsecas de cada território, e tem impacto na estrutura populacional, que analisaremos à frente, assim como nas dinâmicas populacionais futuras. Mas esse crescimento tem, desde logo, impacto no volume global da população de cada concelho no final de cada período em análise, assim como no que esse volume representa no conjunto da região do Baixo Alentejo.

Assim, das tendências evolutivas apresentadas resulta que os concelhos com uma maior proporção de efetivos populacionais no conjunto da população da região do Baixo Alentejo, em 2021, são os de Beja, cuja população representa 29,1% da população do Baixo Alentejo, seguido do de Serpa (12% do total da população) e Moura (11,5%) (ver tabela seguinte), sendo estes os três maiores concelhos da região. Seguem-se os concelhos de Aljustrel (7,7%), Ferreira do Alentejo (6,7%), Castro Verde (6%), Almodôvar (5,8%) e Mértola (5,4%). Os concelhos cuja população representa menos de 5% do total são os da Vidigueira (4,5%), Ourique (4,2%), Cuba (3,8%), Alvito (2,0%) e Barrancos (1,8%).

Tabela 2.3: Proporção de população do concelho no conjunto da população da região do Baixo Alentejo (%), 2021

Concelho	Proporção da População (%)
Aljustrel	7,7
Almodôvar	5,8
Alvito	2,0
Barrancos	1,3
Beja	29,1
Castro Verde	6,0
Cuba	3,8
Ferreira do Alentejo	6,7
Mértola	5,4
Moura	11,5
Ourique	4,2
Serpa	12,0
Vidigueira	4,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Vejamos, de seguida, os resultados da densidade populacional dos diferentes concelhos, atendendo ao volume populacional e sua distribuição pela área total dos mesmos.

Densidade populacional

Considerando a concentração desigual da população na região do Baixo Alentejo, atendendo quer ao volume populacional, quer à área dos diferentes concelhos, introduzimos na análise os valores da densidade populacional. Assim, os resultados para a densidade populacional dão conta de que o concelho de Beja concentrava, em 2021, o maior volume de população, a que correspondia, também, uma maior densidade populacional (29,1 hab./km²).

Em todos os restantes concelhos, independentemente da localização e da dimensão territorial, a densidade populacional apresenta resultados inferiores a 20 habitantes por km². O concelho de Cuba, que faz fronteira, a Norte, com o de Beja, apresenta o segundo resultado mais elevado (25,5 hab./km²).

Tabela 2.4: Densidade populacional (hab./km²), região Baixo Alentejo e concelhos, 2021

Concelho	Densidade Populacional
Aljustrel	19,5
Almodôvar	8,7
Alvito	8,6
Barrancos	8,6
Beja	29,1
Castro Verde	12,1
Cuba	25,5
Ferreira do Alentejo	11,9
Mértola	4,9
Moura	13,8
Ourique	7,3
Serpa	12,5
Vidigueira	16,5

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População, Wikipédia, Lista de concelhos do Baixo Alentejo, área (em km²).

Estrutura demográfica da população residente

De acordo com as tendências de crescimento e a diversidade identificada, interessará perceber de que forma esse crescimento se reflete na estrutura populacional. Introduzimos, de seguida, a pirâmide etária¹⁰, o índice de envelhecimento¹¹, as proporções etárias¹² e as relações de dependência¹³ do Baixo Alentejo e do concelho de Cuba, no sentido de analisarmos a estrutura populacional das respetivas populações, no momento censitário mais recente (ver duas tabelas seguintes).

A pirâmide etária, que apresenta a repartição da informação por sexo e idade, com desagregação da informação para grupos etários anuais, revela uma estrutura populacional com menor expressão da população jovem e adulta jovem, e pela mais forte presença da população adulta mais velha e da população idosa. Verifica-se, ainda, uma sobrerrepresentação da população feminina face à masculina, nas idades mais avançadas. A feminização do envelhecimento decorre do efeito da sobremortalidade masculina e da mais elevada esperança de vida feminina.

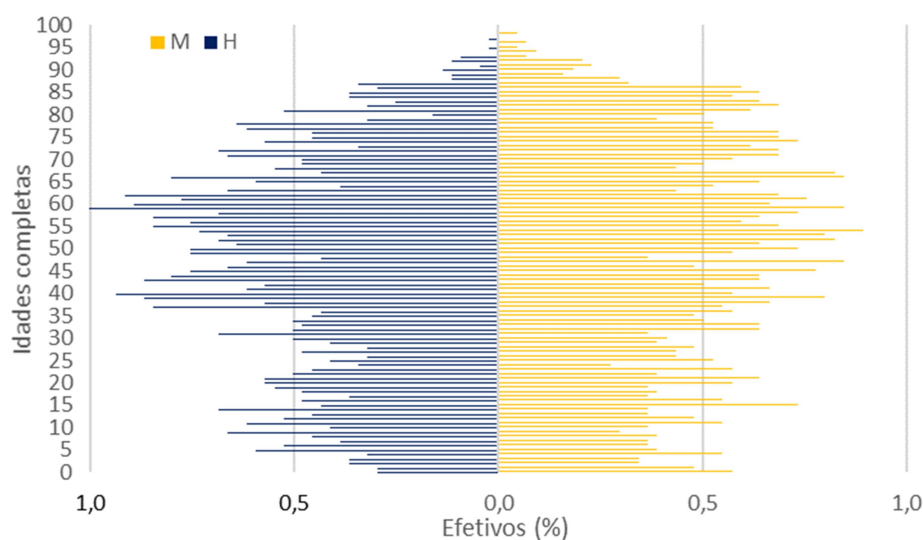
¹⁰ A pirâmide etária foi construída com recurso ao Excel, a partir de proporções de efetivos (grupos etários anuais), para possibilitar comparações

¹¹ O índice de envelhecimento resulta do quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população jovem (0-14 anos completos) e é expresso em percentagem: $IE = \text{Pop.}(65e+)/\text{Pop.}(0-14) * 100$. Refira-se que se considerou como população jovem, em termos etários, a população até aos 14 anos, atendendo ao critério definido pelo INE, entidade produtora da informação estatística, e à desagregação etária da informação, que considera os grupos etários com esta delimitação. A população idosa é considerada a partir dos 65 anos, sendo o grupo etário dos adultos delimitado pelos 15 e 64 anos completos.

¹² As proporções etárias resultam do quociente entre o efetivo populacional de um grupo etário definido (aqui consideraram-se os três grupos funcionais – jovens, adultos, idosos) e o total da população, sendo expressas em percentagem.

¹³ As relações de dependência resultam do quociente entre a população jovem e adulta (relação de dependência dos jovens), a população idosa e a população adulta (relação de dependência dos idosos), ou entre a população jovem e idosa e a população adulta (relação de dependência total). Os resultados são, habitualmente, expressos em percentagem.

Gráfico 2.1: Pirâmide etária (%) Cuba, 2021



Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.5: População total e por grandes grupos funcionais (idades completas), Baixo Alentejo e concelho de Cuba, 2021

Concelho/Região	Total	Jovens (0-14)	Adultos (15-64)	Idosos (65 e +)
Cuba	4374	577	2629	1168
Total Baixo Alentejo	114889	14547	68648	31694

Fonte: INE, XVI Recenseamento Geral da População.

A análise do índice de envelhecimento e das proporções dos grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) dão conta de elevados níveis de envelhecimento em todo o Baixo Alentejo. No concelho de Cuba, o número de idosos é superior ao de jovens, o que resulta num índice de envelhecimento elevado (202,4), ainda assim, destacando-se por ser inferiores ao da região (217,9).

Os resultados das proporções etárias reforçam, em certa medida, a tendência descrita a partir dos do índice de envelhecimento, mas revelam novas particularidades da estrutura populacional dos concelhos. Na figura em baixo, é visível que Cuba tem uma maior proporção de idosos e menor de jovens, no entanto, a proporção de jovens é superior no concelho, e a proporção de população adulta (60,1%) é semelhante aos 59,8% registados no total do Baixo Alentejo.

Os resultados apresentados são reforçados pelos das relações de dependência. A relação de dependência dos jovens é de 21,9% em Cuba, ou seja, existem cerca de 30 jovens por cada 100 adultos no concelho, um valor similar do total do Baixo Alentejo (21,2 jovens por cada 100 adultos). Verifica-se o oposto no caso da relação de dependência de idosos, ou seja, um número mais elevado por cada 100 adultos no concelho de Cuba (44,4%) em comparação com o valor regional (46,2%).

A soma da relação de dependência de jovens e de idosos determina a relação de dependência total, e Cuba apresenta um resultado semelhante ao da região (66,4%, isto é, 66 jovens e idosos por cada 100 adultos), por comparação ao valor médio do Baixo Alentejo de 67,4 jovens e idosos por 100 adultos, em 2021.

Tabela 2.6: Índice de Envelhecimento, Proporção de Jovens, Adultos e Idosos e Relações de Dependência (%), na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2021

Concelho/Região	IE	Proporção Jovens	Proporção Adultos	Proporção Idosos	Rel. Dep. Jovens	Rel. Dep. Idosos	Rel. Dep. Total
Cuba	202,4	13,2	60,1	26,7	21,9	44,4	66,4
Total Baixo Alentejo	217,9	12,7	59,8	27,6	21,2	46,2	67,4

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População.

Legenda: IE = Índice de envelhecimento.

De seguida, analisaremos as dinâmicas de crescimento total, natural e migratório da região do Baixo Alentejo e respetivos concelhos, para o último período intercensitário, o de 2011 a 2021.

Dinâmica populacional: Crescimento Total, Natural e Migratório

Para o aprofundamento da análise da dinâmica populacional (que influencia o volume e a estrutura da população entre dois momentos censitários), consideraremos os resultados das duas componentes do movimento da população: a componente natural e a migratória (ver tabela em baixo).

No balanço do movimento natural, verificou-se, quer na região do Baixo Alentejo quer no concelho de Cuba, ao longo do último período intercensitário, um crescimento negativo. Esse crescimento, medido pela taxa bruta de crescimento natural, foi particularmente negativo em Cuba (com um decréscimo de 10,6 indivíduos, por cada 100, em termos naturais, ao longo do período, em termos médios anuais), face à média dos concelhos da região.

Já o movimento migratório, com um valor global negativo para a região do Baixo Alentejo (de -1,6%, o que significa uma perda populacional de 1,6 indivíduos por cada 100, ao longo do período intercensitário), apresentou resultados igualmente negativos no concelho de Cuba que regista, simultaneamente, saldos natural e migratório negativos, em termos relativos. Este concelho insere-se, desta forma, na categoria de *decréscimo permanente* porque apresenta sempre taxas de crescimento natural e de crescimento migratório negativas, no último período intercensitário.

No conjunto, é evidente que a dinâmica natural se tem sobreposto, em particular na última década, à dinâmica migratória, determinando um crescimento total negativo na região do Baixo Alentejo. O efeito desses ganhos tem sido, até ao momento, o de atenuar as perdas globais, mas ainda não o de superar o saldo natural. No concelho de Cuba, ambas as dinâmicas são negativas.

Tabela 2.7: População residente em 2011 e 2021, total de nados-vivos e óbitos 2011-2020 por local de residência, saldo natural e saldo migratório 2011-2021, Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade, Taxa de Crescimento Natural e Taxa da Balança Migratória, Taxa de Crescimento Total, Tipologia de Crescimento na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba

Concelho/Região	Pop.2011	Pop.2021	Tot. Nv	Tot. Ób.	Saldo Nat.	Saldo Mig.	TBNat. (%)	TBMort. (%)	TCN* (%)	TBM* (%)	TCT* (%)	Tip. Cresc.**
Cuba	4878	4374	383	872	-489	-15	8,3	18,8	-10,6	-0,3	-10,9	3
Total BA	126692	114889	9706	19523	-9817	-1986	8,0	16,2	-8,1	-1,6	-9,8	3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020; INE, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

Legenda: *TCN - Taxa de Crescimento Natural, TBM - Taxa da Balança Migratória, TCT - Taxa de Crescimento Total; **Categorias da Tipologia de Crescimento: 1 - Inversão para tendência negativa; 2 - Decréscimo esbatido; 3 - Decréscimo permanente; 4 - Decréscimo reforçado.

Dinâmica populacional: Natalidade e Fecundidade

Se, até aqui, a análise se centrou na evolução da população até 2021, ano do último censo, importa agora compreender como terá evoluído a natalidade¹⁴ e a fecundidade¹⁵ na região, considerando as tendências até aqui reveladas. Essas tendências são as de um quadro de crescimento natural negativo, ou seja, em que os resultados da mortalidade superam os da natalidade (ver tabela seguinte).

Consideraremos o indicador da intensidade da fecundidade para a análise, o índice sintético de fecundidade (ISF)¹⁶ e situaremos os resultados do Baixo Alentejo no contexto nacional, pela importância de que se reveste o presente indicador. Mas começamos a análise pela apresentação da evolução do número de nados-vivos na região, ao longo da década de 2011 a 2020.

A evolução do número de nados-vivos no Alentejo revela oscilações ao longo do período de dez anos em análise, registando-se um decréscimo, no número de acontecimentos, entre o início e o final do período. Assim, se o número de nados-vivos era de 1016 em 2011, já em 2020 registaram-se 943. No início do período em análise, o país foi atravessado por uma crise económica e financeira, com repercussões a nível social e demográfico, que justificam, também, o valor mais baixo (921 nados-vivos) de todo o período, registado em 2013. A partir de 2014, dá-se uma recuperação dos valores, cujas oscilações se devem, em parte ao número relativamente reduzido de casos. Em 2020 regista-se uma quebra no resultado, face ao ano anterior, que pode, pelo menos em parte, dever-se ao contexto de pandemia (por Covid-19).

Cuba (com 383 nados-vivos), o segundo concelho mais pequeno e o terceiro menos populoso do Baixo Alentejo por comparação com os restantes concelhos da região. Como facilmente se compreende, estes números não dão para constituir duas turmas com a dimensão recomendada pelo Ministério da Educação a nível nacional, o que dá bem uma ideia da dimensão do problema com que o concelho se defronta.

Tabela 2.8: Nados-vivos (N), no Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2011-2020

Concelho / Região	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cuba	45	40	34	44	48	31	37	28	34	42
Baixo Alentejo	1016	1058	921	937	948	1020	940	941	982	943

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 2011-2020.

Estes resultados, aqui apresentados em valores absolutos, não podem dissociar-se do volume populacional do concelho, sobretudo quando se pretende realizar uma análise comparativa. Importa, assim, observar não tanto a grandeza absoluta dos valores, mas, sobretudo, a tendência de evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) que considera e sintetiza não só a relação dos nados-vivos com a população em que ocorrem, mas também a respetiva distribuição etária.

Apresentam-se, assim, de seguida os resultados do ISF, em 2001 e de 2009 a 2020, para o concelho de Cuba, para a região do Baixo Alentejo e para o país.

¹⁴ A natalidade é um fenómeno demográfico que diz respeito aos resultados globais da procriação, numa determinada população.

¹⁵ A fecundidade, enquanto fenómeno demográfico, diz respeito aos resultados da procriação da população feminina e/ou masculina, em idade fértil, sendo habitualmente considerado, sobretudo, no caso das mulheres, o intervalo entre os 15 e os 50 anos exatos.

¹⁶ O ISF refere-se ao número médio de filhos por mulher, numa população, num determinado período em análise. O limiar de substituição das gerações situa-se no valor de 2,1 filhos por mulher. Em Portugal, desde 1982 que o valor do ISF se situa abaixo do limiar de substituição das gerações.

Os valores do indicador dão conta de que, em todos os anos em análise, nem o concelho, nem a região do Baixo Alentejo nem Portugal atingem 2,1 filhos por mulher, o limiar mínimo para que se assegure a substituição das gerações.

É de notar que se, em 2001, Portugal apresentava, em média, uma fecundidade mais elevada do que a região do Baixo Alentejo, já em todos os anos do período de 2009 a 2020, a região do Baixo Alentejo contraria essa tendência e supera a média nacional, com um máximo de 1,6 filhos por mulher em 2019 (ano em que Portugal atingiu 1,42 filhos por mulher). No último ano em análise, Portugal registava um resultado de 1,4 e o Baixo Alentejo o de 1,56 filhos por mulher.

O concelho de Cuba apresenta resultados muito abaixo do limiar da substituição das gerações, com um número médio de filhos por mulher, geralmente entre 1 e 2 filhos, entre 2001 e 2020. No geral, o índice sintético de fecundidade foi mais elevado em 2011 e em 2009 (1,89 e 1,65), ficando nos outros anos sempre abaixo desses valores.

Tabela 2.9: Índice sintético de fecundidade, em Portugal, na região do Baixo Alentejo no concelho de Cuba, 2001, 2009-2020

Concelho/ Região	Anos												
	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cuba	1,89	1,65	1,19	1,47	1,28	1,13	1,43	1,57	1,03	1,26	0,96	1,16	1,41
Baixo Alentejo	1,36	1,4	1,46	1,4	1,48	1,32	1,38	1,42	1,56	1,49	1,52	1,6	1,53
Portugal	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21	1,23	1,3	1,36	1,37	1,41	1,42	1,40

Fonte: Pordata (INE), Municípios, População, Fecundidade, ISF, 2001, 2009-2020.

O aumento generalizado dos resultados da fecundidade e natalidade ao longo do período seriam bons indicadores do potencial de crescimento da população. Contudo, a mortalidade mais elevada limita esse potencial de crescimento. Os resultados da mortalidade, por sua vez, serão determinados pela estrutura populacional muito envelhecida das populações analisadas, sendo o risco de mortalidade justamente mais elevado nos grupos etários mais velhos, fortemente representado quer na região que no concelho.

No sentido de considerar a influência dos fluxos migratórios nos resultados da natalidade e fecundidade, analisaremos, de seguida, informação relativa aos nados-vivos ocorridos no Baixo Alentejo e respetivos concelhos, com mães de nacionalidade estrangeira, no período de 2011 a 2020.

Em 2011, a proporção de nados-vivos de mães estrangeiras foi de 5,5%, no Baixo Alentejo. Ou seja, por cada 100 nados-vivos, 5,5 foram protagonizados por mulheres de nacionalidade estrangeira (ver tabela seguinte). No ano seguinte, registou-se um crescimento, seguido de um decréscimo de dois anos, um ligeiro crescimento em 2014 e novo decréscimo até 2017, ano em que se registou a proporção mais baixa de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (4,4%). Daí em diante, houve um crescimento acelerado no resultado do indicador, sendo que os dois últimos anos em análise (2019 e 2020) apresentam os resultados mais elevados de todo o período, ambos acima de 7%.

No concelho de Cuba os resultados ultrapassam os 8% de nados-vivos filhos de mulheres estrangeiras em 5 anos do período em análise, porém, nos outros anos, incluindo em 2019 e em 2020, ficou abaixo desse marco (de realçar que em 2019 não nasceram crianças de mães estrangeiras no Município).

Tabela 2.10: Proporção de nados-vivos de mulheres de nacionalidade estrangeira (%), no Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2011-2020

Concelho/Região	Anos									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020

Concelho/Região	Anos									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cuba	6,7	12,5	8,8	13,6	14,6	3,2	5,4	17,9	0,0	7,1
Baixo Alentejo	5,5	6,8	5,8	5,1	6,0	5,7	4,4	6,8	7,7	7,5

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas, 2011-2020*.

Projeções demográficas

As projeções demográficas são exercícios que apresentam resultados de possíveis evoluções populacionais, considerando hipóteses com um grau variável de probabilidade e plausibilidade. O objetivo das projeções demográficas é, antes de mais, o de compreender as consequências da concretização de determinadas hipóteses definidas, no que diz respeito à evolução de uma população. Essas hipóteses, por sua vez, baseiam-se em pressupostos associados à evolução das dinâmicas demográficas naturais (fecundidade e mortalidade) e migratórias que resultam em cenários que poderão concretizar-se a prazo, e de acordo com os limites temporais definidos, determinando tendências em termos de volume e estrutura de uma determinada população.

O documento metodológico sobre projeções demográficas, produzido pelo INE (2020) apresenta, para o país e regiões (NUTS II), a aplicação do modelo de projeções demográficas por coortes e componentes, um modelo consensualmente aceite, no âmbito das ciências sociais, e da análise demográfica, para a construção de projeções demográficas. Nesta metodologia, considera-se a distribuição etária da população, à qual se aplicam matrizes de crescimento demográfico à população residente de partida, em função dos pressupostos definidos para a possível evolução populacional, como base de sustentação dos cenários considerados.

Nesse sentido, e considerando a dinâmica temporal de indicadores demográficos, sem considerar variáveis exógenas (INE, 2020: 13), foram “definidas hipóteses sobre os níveis futuros da fecundidade, mortalidade e migrações, procedendo-se, de acordo com essas hipóteses, à atualização sucessiva dos efetivos populacionais, por idade e sexo, até atingir o último ano do período de projeção.” (INE, 2020: 5)

A conjugação de hipóteses permitiu definir 4 cenários de projeção da população para Portugal e regiões NUTS II:

“CENÁRIO BAIXO: Neste cenário são consideradas as hipóteses pessimistas para a fecundidade, pessimista para a mortalidade e pessimista para as migrações.

CENÁRIO CENTRAL: Neste cenário são consideradas as hipóteses de evolução central da fecundidade, central da mortalidade e central das migrações.

CENÁRIO ALTO: Este cenário resulta da combinação das hipóteses de evolução otimista da fecundidade, otimista da mortalidade e otimista das migrações.

CENÁRIO SEM MIGRAÇÕES: Um cenário idêntico ao cenário central, mas sem migrações.” (INE, 2020: 33, 34)

De acordo, com as projeções apresentadas no documento referido e com a análise aqui efetuada da evolução demográfica, será adotado o cenário baixo, por ser o mais ajustado ao concelho, que apresentou no período anterior a 2021 um decréscimo populacional e, no caso do concelho de Cuba, de decréscimo permanente. O cenário baixo será o mais ajustado a esta tendência, ao pressupor: i) no caso do resultado da fecundidade, a manutenção dos valores do Índice Sintético de Fecundidade nos resultados imediatamente anteriores à projeção (cerca de 1,41 filhos por mulher); no caso da mortalidade, um abrandamento da evolução da esperança de vida; no caso das migrações, um saldo migratório negativo (INE, 2020: 11-34)

A partir dos resultados de exercício de projeções apresentado pelo INE, fizemos uso dos resultados por NUTS II, por idade ano a ano, fazendo, a partir dessa informação, um exercício de apuramento dos possíveis resultados

associados à região do Baixo Alentejo e do concelho. Este é um exercício cujos resultados deverão sempre ser lidos com cautela, que aqui se acentuam, essencialmente, por dois motivos. Por um lado, pela reduzida dimensão populacional associada ao concelho. Por outro, porque na altura da realização do exercício, não existiam os resultados definitivos do recenseamento geral da população de 2021, por idade ano a ano.

Assim, apresentam-se, de seguida, os resultados dessa aplicação, concretizados para a região do Baixo Alentejo e para o concelho, e para os grupos etários escolares (até aos 19 anos) até ao ano de 2033, com resultados para o final de cada quinquénio a partir de 2023. Ao longo do período em análise, o efetivo populacional projetado para os grupos etários assume uma tendência de crescimento negativo.

A partir da informação censitária de 2011, apurou-se a população residente, por grupos etários escolares, entre os 3 e os 19 anos de idade, no sentido de perfazer o percurso escolar, em termos etários, até ao limite da escolaridade obrigatória. Considerou-se, também, o peso percentual do concelho no conjunto da região do Baixo Alentejo, em termos populacionais, para 2011 e para 2021 (duas tabelas seguintes).

Tabela 2.11: População por grupos etários escolares (n.º), no concelho e no Baixo Alentejo, 2011 e população total do concelho, 2021

Concelho/ Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2011	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19			
Cuba	132	165	91	120	140	101	749	4878	4374
B. Alentejo	3312	4524	2395	3540	3441	2593	19805	126692	114889

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV Recenseamento Geral da População.

Tabela 2.12: População por grupos etários escolares (% do total), no concelho e no Baixo Alentejo, 2011, Proporção da população total (%) do concelho na região do baixo Alentejo (2011 e 2021)

Concelho/ Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total 2011	Total 2021
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19			
Cuba	2,71	3,38	1,87	2,46	2,87	2,07	15,35	3,85	3,81
B. Alentejo	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89	2,89

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XV Recenseamento Geral da População.

A partir dos resultados relativos à população residente total recenseada em 2021 (10344802 para Portugal e 704707 para o Alentejo) e das projeções para o mesmo ano, de acordo com os diferentes cenários definidos, para Portugal e a região do Alentejo, verificou-se uma maior aproximação dos resultados do cenário baixo (ou sem migrações) das projeções à população observada através do censo. As tendências reveladas pelo cenário baixo também são compatíveis com as tendências de evolução anterior (nos intervalos intercensitários) que revelaram decréscimos populacionais, alguns reforçados, em todos os concelhos, no período intercensitário mais recente.

Tabela 2.13: Projeções da População Total para 2021, Portugal e Alentejo, por cenários

Região/ País	Cenários			
	Baixo	Central	Alto	Sem migrações
Alentejo	702198	705049	706567	692737
Portugal	10318912	10367765	10407301	10202247

Fonte: INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

A partir dos resultados das projeções associadas ao cenário baixo proposto pelo INE, consideram-se ainda os seguintes pressupostos: i) a proporção da população no Baixo Alentejo face ao total do Alentejo mantém-se ao longo do período em análise; ii) a variação na proporção da população por grupos etários escolares, por concelho, ao longo dos períodos ou quinquénios de 2023 a 2033, segue tendência média da região, a partir do valor de partida de cada concelho. Para tal, assume-se a proporção etária de 2021 igual à de 2011 nos grupos etários escolares, em cada concelho.

Os resultados das proporções dos grupos etários escolares da região do Baixo Alentejo de 2011 (última informação censitária disponível até ao momento) comparam bem com os resultados das projeções dos mesmos grupos etários e com a diferença dos resultados entre grupos etários do Alentejo (tabela 2.15). Dessa forma, e assumindo a evolução projetada para a população em idade escolar no Alentejo (tabelas 2.14 e 2.15), a sua variação ao longo dos quinquénios em análise (tabela 2.16), bem como a proporção da população do Baixo Alentejo no conjunto da região e do concelho na região do Baixo Alentejo, encontram-se os resultados do exercício de projeção da população residente em idade escolar, por grupos etários, no concelho de Cuba para os anos de 2023, 2028 e 2033 (tabelas 2.17, 2.18 e 2.19, respetivamente).

Tabela 2.14 Projeção da população por grupos etários escolares (n.º), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2033

Anos	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)	Total
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19		
2021	16242	22075	12580	18752	20284	14003	103936	702198
2023	16337	21755	11447	18887	19215	13982	101623	699098
2028	15561	21393	10793	16371	17588	12506	94212	677411
2033	14994	20357	10383	15996	16170	10616	88516	651530

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.15 Projeção da população por grupos etários escolares (% do total), cenário baixo, Alentejo, 2021, 2023, 2028, 2031

Anos	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021	2,31	3,14	1,79	2,67	2,89	1,99	14,80
2023	2,34	3,11	1,64	2,70	2,75	2,00	14,54
2028	2,30	3,16	1,59	2,42	2,60	1,85	13,91
2033	2,30	3,12	1,59	2,46	2,48	1,63	13,59

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.16: Variação do resultado da projeção da população por grupos etários escolares em quinquénios (%), cenário baixo, Alentejo, 2021-2023, 2023-2028, 2028-2031

Anos	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
2021-2023	1,03	-1,01	-8,60	1,17	-4,85	0,29	-1,79
2023-2028	-1,70	1,48	-2,69	-10,55	-5,54	-7,69	-4,32
2028-2033	0,18	-1,06	0,02	1,59	-4,41	-11,74	-2,31

Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.17: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário baixo, no concelho e no Baixo Alentejo, 2023

Concelhos/ Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Cuba	120	146	75	109	119	91	660
Baixo Alentejo	3040	4062	1986	3246	2970	2357	17661

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.18: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e no Baixo Alentejo, 2028

Concelhos/ Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Cuba	118	149	73	97	113	84	633
Baixo Alentejo	2989	4122	1932	2904	2805	2175	16928

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Tabela 2.19: Projeção da população por grupos etários escolares, cenário central, no concelho e no Baixo Alentejo, 2033

Concelhos/ Região	Grupos etários escolares						Total (idade escolar)
	3-5	6-9	10-11	12-14	15-17	18-19	
Cuba	118	147	73	99	108	74	618
Baixo Alentejo	2994	4078	1933	2950	2682	1920	16557

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE, XVI Recenseamento Geral da População e INE (2020), Projeções da população residente 2018-2080.

Dinâmica socioeconómica

A caracterização socioeconómica baseia-se nos dados do INE, em particular no Sistema de Contas Integradas das Empresas, das Estimativas Anuais da População Residente, Demografia das Empresas, GEP/MSESS, MTSS - Quadros de Pessoal.

Este subcapítulo inclui a caracterização de quatro dimensões principais: i) dos empregadores e da empregabilidade, ii) da população ativa, taxas de atividade e remunerações, iii) da escolaridade e das qualificações e, por último, iv) do desemprego e dos apoios sociais.

Empregadores e empregabilidade

Neste ponto a análise será ao tecido empresarial, em primeiro lugar, e depois aos indicadores sobre empregabilidade.

Tecido empresarial

Para uma caracterização inicial dos empregadores do concelho de Cuba, da NUTIII do Baixo Alentejo, da NUTII do Alentejo e de Portugal¹⁷, utilizaram-se dois indicadores que revelam a dimensão e robustez do tecido

¹⁷ Apenas o Continente, sem contabilizar as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

empresarial. O primeiro designa-se por densidade das empresas não financeiras¹⁸ e permite identificar onde existe maior número de empresas, em média, por km², e o segundo indica quantas empresas não financeiras existem em cada território por cada 100 habitantes.

As regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo apresentam valores bastante reduzidos em termos de densidade empresarial (de 2,7 e 1,8, respetivamente, ou seja, perto de 3 e de 2 empresas por cada km²) e consideravelmente inferiores em relação ao cenário nacional que apresentou valores à volta de 14 empresas por cada km² entre 2018 e 2020. No concelho de Cuba, os valores da densidade empresarial, ou número médio de empresas por km² são mais elevados do que o observado na região (3,4 em 2018 e em 2010 e 3,5 em 2019).

Quando consideramos o indicador sobre o número médio de empresas por cada 100 habitantes, os valores do concelho de Cuba são similares aos da região do Baixo Alentejo e aos do cenário nacional (cerca de 13 empresas por cada 100 hab.), ou seja, uma dimensão média semelhante.

Tabela 2.20: Densidade empresarial e Número médio de empresas não financeiras por cada 100 habitantes, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/País	Densidade empresarial (Nº médio de empresas por Km ²)			Número médio de empresas por cada 100 hab.		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba	3,4	3,5	3,4	12,7	12,9	12,7
Baixo Alentejo	1,8	1,8	1,8	13,2	13,4	13,3
Alentejo	2,7	2,7	2,7	12,1	12,2	12,1
Portugal	13,7	14,2	14,0	12,5	12,9	12,7

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas/ Estimativas Anuais da População Residente).

Importa também perceber onde há mais Pequenas e Médias Empresas (PMEs)¹⁹ e Grandes Empresas (GE). O tecido empresarial português é na sua quase totalidade constituído por PMEs, correspondendo o número de Grandes Empresas (GE) a 0,1 do número total de empresas existentes no território nacional.

O cenário não é diferente do que se observa para a região do Alentejo em que existiam, em 2020, apenas 57 Grandes Empresas, e no distrito de Beja onde, nos três anos em análise, o número de GE era apenas de 4, duas localizadas no concelho de Aljustrel, uma em Beja e outra em Castro Verde.

Dessa forma, o tecido empresarial de Cuba é totalmente constituído por PMEs, num total de 582 no ano de 2020.

¹⁸ Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais. Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única. A empresa, tal como é definida, é uma entidade económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem atividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas atividades devem ser interpretadas como atividades auxiliares das atividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica. (metainformação – INE)

¹⁹ A categoria das micros, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros. (metainformação – INE)

Tabela 2.21: Número de PME e de Grandes Empresas, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020

Concelho/Regiões/ País	Total			PMEs			Grandes empresas		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba	588	595	582	588	595	582	0	0	0
Baixo Alentejo	15520	15587	15365	15516	15583	15361	4	4	4
Alentejo	86098	86189	84838	86054	86136	84781	44	53	57
Portugal	1221902	1260923	1244194	1220734	1259667	1242979	1168	1256	1215

Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Avancemos agora para a análise das Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras, indicadores que mostram quantas empresas foram criadas e extintas, por ano, por cada 100 empresas existentes.

No território continental, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba observa-se que a taxa de natalidade diminuiu em 2020, um cenário previsto no contexto pandémico, embora a queda tenha sido menos acentuada no distrito (passou de 14,3% em 2019 para 11,9% em 2020), e maior em Cuba. Neste concelho, por cada 100 empresas existentes em 2019 nasceram cerca de 17 (em 2020, o número desceu para 14,5).

As taxas de mortalidade indicam que, apesar das dificuldades trazidas pela pandemia e, sobretudo, pelos confinamentos e encerramentos de negócios, no ano de 2020, não se registaram grandes alterações em relação aos anos anteriores. Aliás, verifica-se que em Portugal, no Alentejo e no Baixo Alentejo, as diminuições foram ligeiras. No concelho de Cuba, em 2020, verificou-se, pelo contrário, um ligeiro aumento. Nesse ano, foram extintas 14 empresas por cada 100 empresas ativas (face às cerca de 12 empresas nos outros territórios).

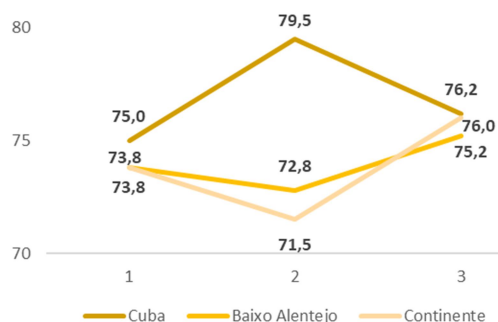
Tabela 2.22: Taxas de Natalidade e de Mortalidade das empresas não financeiras em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)

Concelho/Regiões/País	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba	14,3	17,2	14,5	10,3	13,8	14,1
Baixo Alentejo	13,7	14,3	11,9	10,8	12,0	11,5
Alentejo	13,9	14,1	12,3	11,6	12,7	12,0
Portugal	15,1	15,2	14,8	12,0	12,5	12,2

Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Passamos a um outro indicador – Taxa de Sobrevivência – que revela quantas empresas não financeiras se mantiveram ativas após 12 meses de existência, ou seja, quantas empresas com um ano de existência existem em cada 100 empresas nascidas no ano civil anterior. As taxas de sobrevivência de empresas em Portugal e no Baixo Alentejo são similares quer nas percentagens quer nas oscilações. Ambas diminuíram em 2019 e aumentaram em 2020, para valores superiores aos de 2018. Cerca de 75 e 76, pela ordem, de empresas com um ano de existência em cada 100 empresas ativas nascidas no ano anterior conseguiram sobreviver ao contexto pandémico de 2020. O concelho de Cuba apresentou sempre percentagens superiores, sobretudo no ano de 2019 em que atingiu uma taxa de sobrevivência de perto de 80%; nos outros anos, foi de 75% e de 76%.

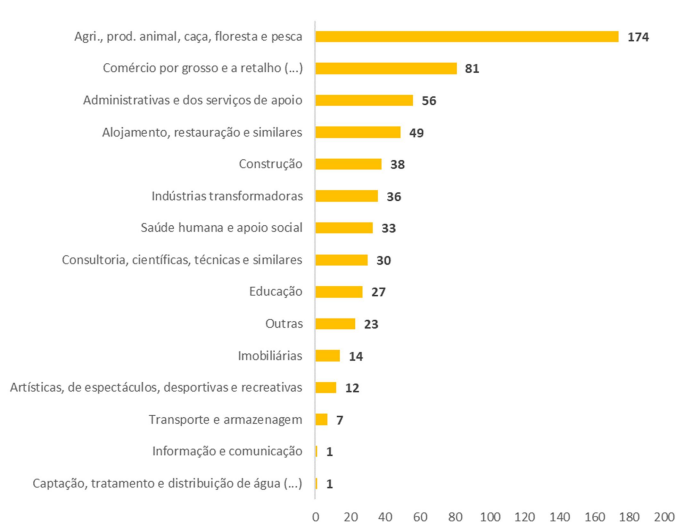
Gráfico 2.2: Taxa de Sobrevivência de empresas não financeiras em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019, 2020 (%)



Fonte: Pordata (INE - Demografia das Empresas).

Para finalizar a análise sobre o tecido empresarial, vamos ver como se distribuem as empresas não financeiras pelos setores de atividade focando a análise apenas no concelho de Cuba e no ano de 2020. No gráfico seguinte, vemos claramente que os setores de atividade com maior presença neste território são o da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 174 empresas ativas). O Comércio por grosso e a retalho (...) também tem forte presença no concelho (81 empresas), seguido pelos setores das atividades Administrativas e dos serviços de apoio (56) e do Alojamento, restauração e similares (49), setores que perfazem, no total das 582 empresas não financeiras ativas no ano de 2020, em Cuba, perto de 62% das empresas existentes.

Gráfico 2.3: Número de empresas não financeiras por setor de atividade no concelho de Cuba, 2020

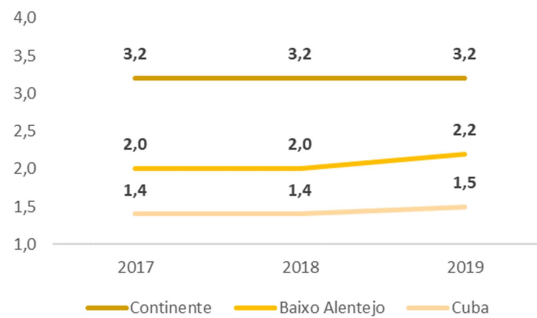


Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Empregabilidade

Para avaliar a empregabilidade começamos pelo indicador relativo ao número médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras. No gráfico seguinte, vemos que o indicador, na região do Baixo Alentejo (cerca de 2 trabalhadores, em média, por empresas), é inferior ao nacional (um pouco acima dos 3 trabalhadores), e ligeiramente mais baixo no concelho de Cuba (inferior aos 2 trabalhadores, em média, por empresa).

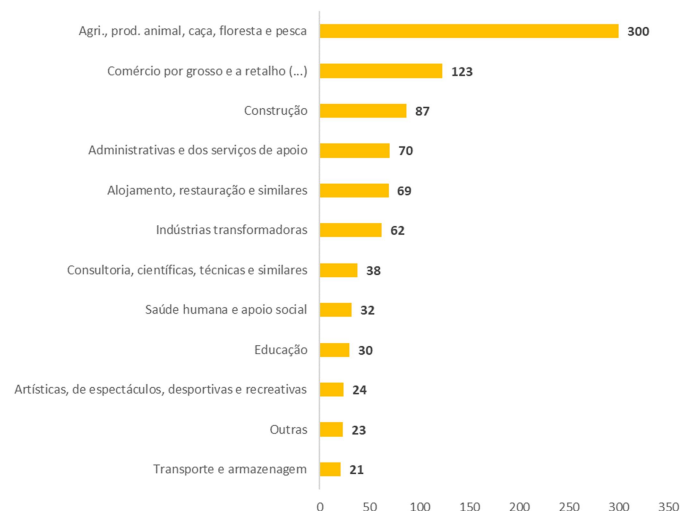
Gráfico 2.4: Número médio de trabalhadores por empresa não financeira em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020



Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

Vamos ver agora quantos trabalhadores existem por cada setor de atividade no concelho de Cuba no ano de 2020. No total dos 903²⁰ trabalhadores ao serviço das empresas não financeiras localizadas neste território, cerca de 79% estava empregado nos setores da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (300), do Comércio por grosso e a retalho (...) (123), da Construção (87), das atividades Administrativas e dos serviços de apoio (70), do Alojamento, restauração e similares (69) e, ainda, das Indústrias transformadoras (62).

Gráfico 2.5: Número de trabalhadores por setor de atividade económica no concelho de Cuba, 2020



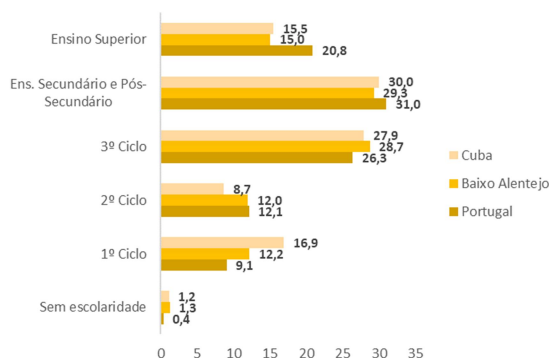
Fonte: Pordata (INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas).

De acordo com dados dos Quadros de pessoal retirados do Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal), mais de 94% dos trabalhadores ao serviço nas empresas no território nacional e na região no Baixo Alentejo são Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO). Em Cuba, os mesmos dados apontam para os 90% no ano de 2019. Dessa forma, a análise prossegue com maior foco sobre estes trabalhadores com os dados disponíveis mais atualizados.

²⁰ Recorde-se que em 2021 a população escolar, incluindo o pré-escolar, era de 464 crianças, isto é, mais de um terço do total de trabalhadores em empresas não financiadas, o que corrobora o elevado peso dos indivíduos dependentes sobre a população ativa.

O gráfico seguinte revela que no Baixo Alentejo e, em particular, no concelho de Cuba, as percentagens de TCO com Ensino Superior, Ensino Secundário e Pós-secundário e com 3º ciclo de escolaridade concluídos são semelhantes às da região do Baixo Alentejo e às nacionais. O concelho destaca-se, em primeiro lugar, por ter menor percentagem de TCO com o 2º ciclo (menos de 9%) por comparação com os valores regional e nacional (que rondam os 12%). Em segundo lugar, por existirem, no ano de 2019, mais TCO com apenas o 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico concluído no concelho (praticamente 17%), face aos 12% observados na região do Baixo Alentejo e aos 9% a nível nacional.

Gráfico 2.6: Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade em Portugal, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

Relativamente ao regime de duração do trabalho, considerando a mesma fonte de dados, a maioria dos TCO trabalha a tempo completo em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba (com valores superiores aos 92% no contexto nacional, à volta de 96% no Alentejo e Baixo Alentejo, e entre os 97%, em 2019, no caso de Cuba).

Por último, analisamos os tipos de contrato dos TCO. Na tabela em baixo, vemos que no concelho de Cuba existem apenas contratos a termo/a prazo (que diminuíam em 2019 para apenas 23,4%) e contratos permanente/sem termo que, inversamente, aumentaram em 2019 (para 76,1%). Verifica-se, também, que neste concelho havia mais TCO com contratos permanentes/sem termo do que o registado a nível regional e nacional, o que indicia uma maior estabilidade de emprego e com tendência para crescer.

Tabela 2.23: Distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato, em Portugal, nas regiões do Alentejo e Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019 (%)

Concelho/ Regiões/ País	Contrato a termo/ a prazo			Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária			Contrato de trabalho a termo para cedência temporária			Contrato permanente/ sem termo		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Cuba	29,2	31,8	23,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	70,8	68,2	76,1
Baixo Alentejo	32,7	33,2	32,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	66,6	65,6	66,9
Alentejo	34,8	35,8	36,1	0,0	0,1	0,0	0,9	1,0	1,1	63,4	62,2	61,9
Portugal	31,0	32,4	32,4	0,1	0,1	0,0	3,3	3,3	2,9	64,9	63,6	64,0

Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

População ativa, taxas de atividade e remunerações

Nesta secção analisam-se os indicadores referentes à população ativa e às taxas de atividade, embora estes indicadores surjam atualizados com os dados dos censos de 2021 apenas para a NUT II Alentejo, e dos ganhos

médios mensais dos Trabalhadores por Conta de Ourem (TCO) contabilizando os ordenados com horas extra, subsídios ou prémios, fazendo a análise por sexo, por nível de escolaridade e por setor de atividade económica.

Começamos por analisar os indicadores sobre a população ativa²¹, ou seja, os ativos que são mão-de-obra disponível para trabalhar e onde se inserem todos os trabalhadores que estão empregados e desempregados. A nível nacional, o número de empregados e desempregados com idades compreendidas entre os 16 e os 89 anos aumentou entre 2011 (5128,6 milhares) e 2019 (4863,8 milhares), diminuiu depois no ano de 2020 (4786,9 milhares), e tornou a aumentar no ano de 2021 (4903,3 milhares).

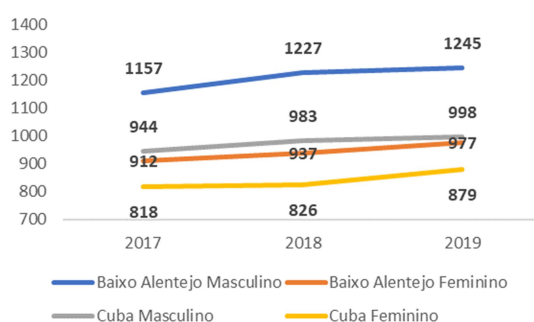
Na região do Alentejo verifica um aumento da população ativa apenas em 2021 (para 341 milhares). Mas o que se destaca de forma bastante evidente é que no Alentejo o número de indivíduos que se constituem como mão-de-obra disponível é bastante diminuta face aos valores nacionais e por comparação a outras NUT II como é o caso do Norte (1829,5), da Área Metropolitana de Lisboa (1403,3) e do Centro (1107,2).

Prevê-se que os valores para a região do Baixo Alentejo e de cada concelho sejam conformes aos apresentados para o país e para a região do Alentejo no que respeita à sua evolução.

Os ganhos médios dos TCO, na região do Baixo Alentejo, aumentaram entre 2017 e 2019, de forma mais acentuada para os homens, o que tem intensificado a diferença masculino-feminino nos ganhos médios mensais nesta região.

No concelho de Cuba, os ganhos médios são bastante inferiores aos da região, em particular entre os TC masculinos, e os aumentos entre anos têm sido igualmente menores. Como os TCO do sexo feminino têm ganhos médios mensais ainda mais reduzidos quer face aos TCO masculinos do concelho quer por comparação às TCO mulheres da região do Baixo Alentejo, verificar-se igualmente uma disparidade de ganhos também no concelho, embora menos intensa do que a da região.

Gráfico 2.7: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por sexo, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019



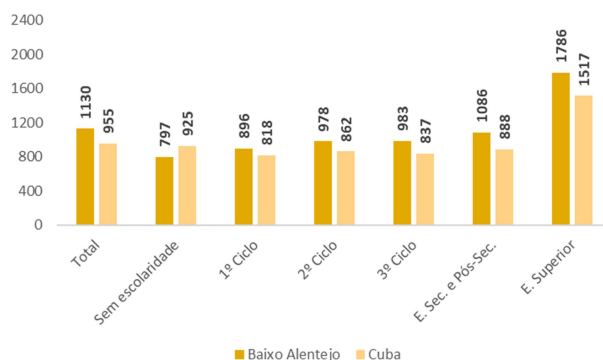
Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

Relativamente aos ganhos mensais médios dos TCO por nível de escolaridade, vemos que quer no distrito de Beja quer no concelho, são os TCO com o Ensino Superior completo que mais ganham (à volta de 1800 euros mensais na região e mais de 1500 euros em Cuba). Os ganhos médios mensais são sempre inferiores independentemente do ciclo/nível de ensino concluído, mas há uma exceção. Os TCO sem escolaridade recebem, em média, 925 euros mensais no concelho, um valor superior ao verificado para a região (menos de

²¹ Conjunto de indivíduos entre os 16 e 89 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação – INE).

800 euros mensais), uma situação que pode explicar o baixo investimento na escolaridade por parte de alunos e famílias no concelho referido pelos atores locais auscultados.

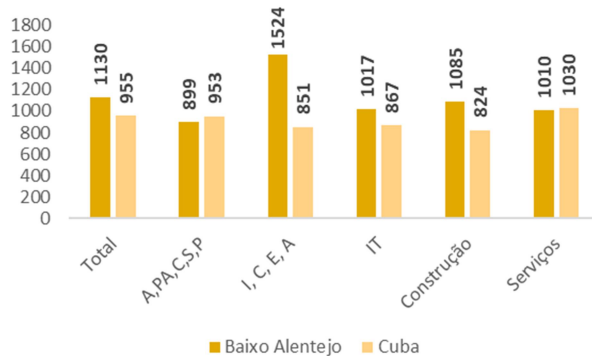
Gráfico 2.8: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por nível de escolaridade, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

Considerando os ganhos médios por setor de atividade económica, verificamos os do concelho são idênticos aos regionais, identificando-se apenas um setor em que a diferença é considerável: ganhos médios mensais superiores aos 1500 euros na região do Baixo Alentejo e de cerca de 850 euros nos setores da Indústria, construção, energia e água.

Gráfico 2.9: Ganhos médios mensais dos trabalhadores por conta de outrem, por setor de atividade económica, na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019

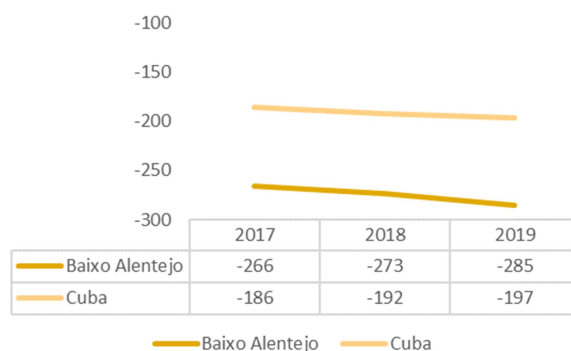


Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

Legenda: A,PA,C,S,P = Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca; I, C, E, A = Indústria, construção, energia e água; IT = Indústrias transformadoras.

Terminamos este ponto com a análise da diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos TCO. Na região do Baixo Alentejo, as remunerações base são, em média, bastante superiores ao salário mínimo nacional (mais de 250 euros), enquanto no concelho de Cuba, a remuneração base média mensal é superior ao salário mínimo praticado a nível nacional em perto de 200 euros.

Gráfico 2.10: Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem na região do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2017, 2018 e 2019



Fonte: Pordata (GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal).

Desemprego e apoios sociais

Como os indicadores censitários referentes ao desemprego não estavam, à data de redação final deste documento, disponíveis, optou-se por usar um indicador que dá pistas fiáveis e atualizadas sobre a população de desempregados: os desempregados inscritos nos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP²²).

Importa, acima de tudo, perceber o peso do número de desempregados inscritos nos CEFP no total de residentes entre os 15 e os 64 anos. A nível nacional, nos últimos três anos, essa percentagem aumentou, ainda que de forma muito ligeira, atingindo os 5,8% em 2021. Na região do Alentejo é mais favorável desde 2020, ao contrário do que se verifica para o Baixo Alentejo (cerca de 7% de desempregados no total da população residente dos 15 aos 64 anos). Cuba apresentava, no ano de 2021, uma percentagem de desempregados inscritos nos CEFP semelhante à média do Baixo Alentejo (6,3% no concelho e 6,7% da região), ou seja, superior às médias registadas no Alentejo e país.

Tabela 2.24: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, total em dezembro e média anual (N), e no total da população de residentes entre os 15 e os 64 anos em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2019, 2020 e 2021 (%)

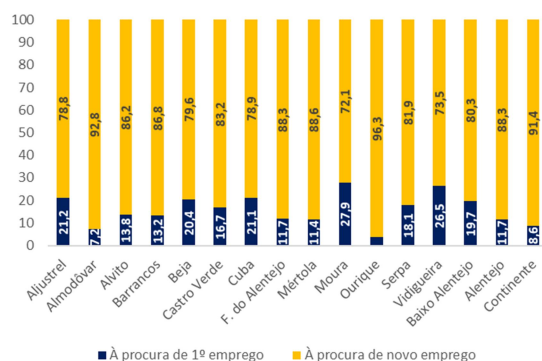
Concelhos/ Regiões/ País	Total em dezembro			Média anual			Em % de população residente		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Cuba	156	175	163	162,3	175,4	167,8	5,5	6,3	6,3
Baixo Alentejo	4131	4737	4169	4361,8	4845,4	4632,3	6,0	6,9	6,7
Alentejo	20460	24190	21427	20280,2	24160,2	22754,6	4,6	5,6	5,3
Continente	288176	375150	327128	291495,7	360040,5	361417,4	4,6	5,7	5,8

Fonte: Pordata (IEFP/MTSSS-METD; INE - Estimativas Anuais da População Residente).

Para um maior aprofundamento da caracterização daquela população por tipo de desemprego, tempo de inscrição, sexo, grupos etários e nível de escolaridade concluído, foca-se a análise no ano de 2021.

²² Candidato inscrito num Centro de Emprego que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade de trabalho. (Glossário – IEFP/MSESS).

Gráfico 2.11: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tipo de desemprego, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)



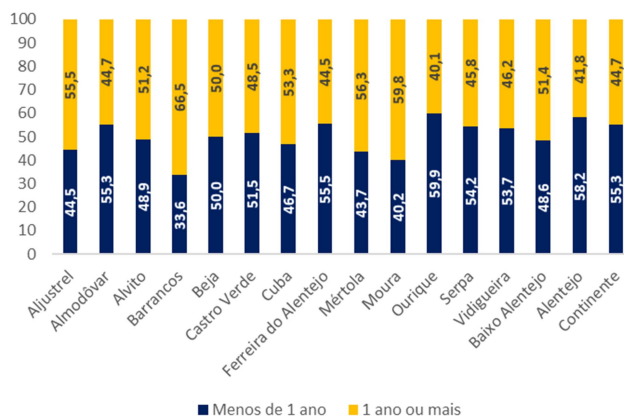
Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (IEFP/MTSSS-METD).

No gráfico anterior, é visível que em Portugal continental, no Alentejo e na região e nos concelhos do Baixo Alentejo, a maioria dos desempregados procuram um novo emprego. Esse cenário representa a maioria dos desempregados inscritos no CEFEP no caso de Cuba, porém, importa realçar que neste concelho a percentagem de desempregados à procura do primeiro emprego posicionava-se entre as mais elevadas na região do Baixo Alentejo (21,1%).

O indicador da distribuição dos desempregados inscritos nos CEFEP por tempo de inscrição permite distinguir os desempregados de curta duração (trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há menos de 12 meses) dos de longa duração (trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais).

A maioria dos desempregados inscritos nos CEFEP, a nível nacional, em 2021, estava inscrita há menos de um ano. O mesmo verificava-se na região do Alentejo. Importa, porém, notar que as percentagens de desempregados de longa duração são, ainda assim, bastante elevadas – 44,7% no país e 41,8% no Alentejo. No Baixo Alentejo, verifica-se que, em média, existem mais desempregados de longa duração, mais de 51%. A percentagem de desempregados de longa duração era mais elevada no concelho de Cuba, ascendendo, em 2021, aos 53,3%.

Gráfico 2.12: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por tempo de inscrição²³, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)

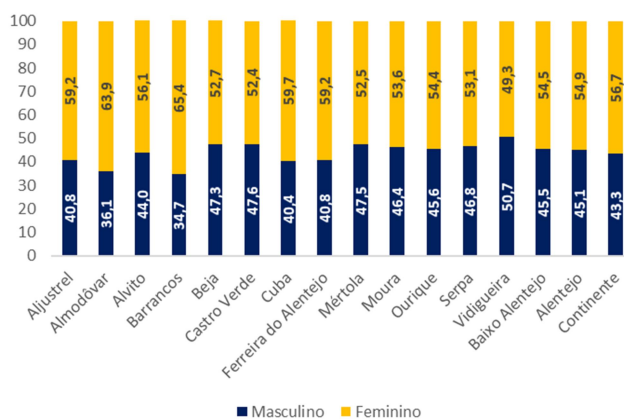


Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (IEFP/MTSSS-METD).

No ano de 2021, observa-se no gráfico seguinte, existiam mais desempregados inscritos nos CEFP do sexo feminino em Portugal continental (56,7%), no Alentejo e no Baixo Alentejo (cerca de 55%).

O cenário é idêntico no concelho de Cuba que registou, em 2021, 59,7% de desempregados do sexo feminino.

Gráfico 2.13: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por sexo, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (IEFP/MTSSS-METD).

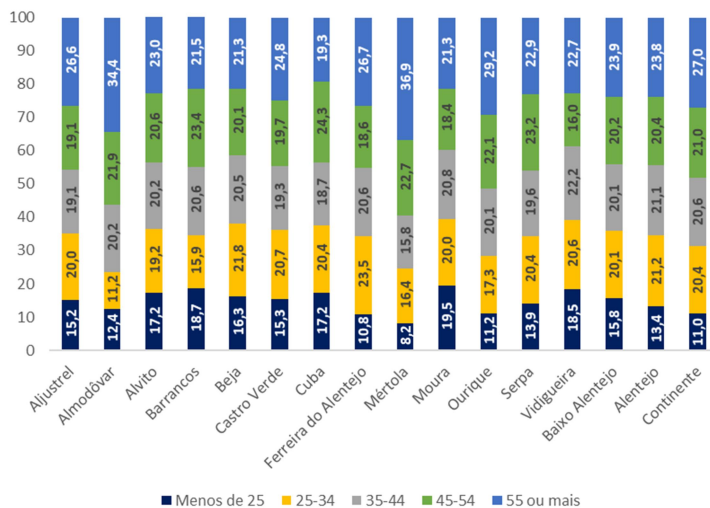
A distribuição dos desempregados inscritos nos CEFP por grupo etário é mais equilibrada, porém, percebe-se que a nível nacional, no ano de 2021, registava-se maior desemprego da população a partir dos 45 anos de idade (21% tem entre os 45 e os 54 anos e 27% tem 55 ou mais anos).

No Alentejo e no Baixo Alentejo, o desemprego abaixo dos 35 anos de idade assumia maior peso, ainda que a percentagem mais elevada se verifique entre os que têm 55 ou mais anos. No caso de Cuba a distribuição dos desempregados inscritos pelos grupos etários é mais equilibrada, sendo de notar que existem mais

²³ Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (até 12 meses) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

desempregados os 45 e os 54 anos (24,3%) e menos com 55 ou mais anos (19,3%) do que o registado na região do Baixo Alentejo (de 20,2% e de 23,9%, pela ordem de grupo etário).

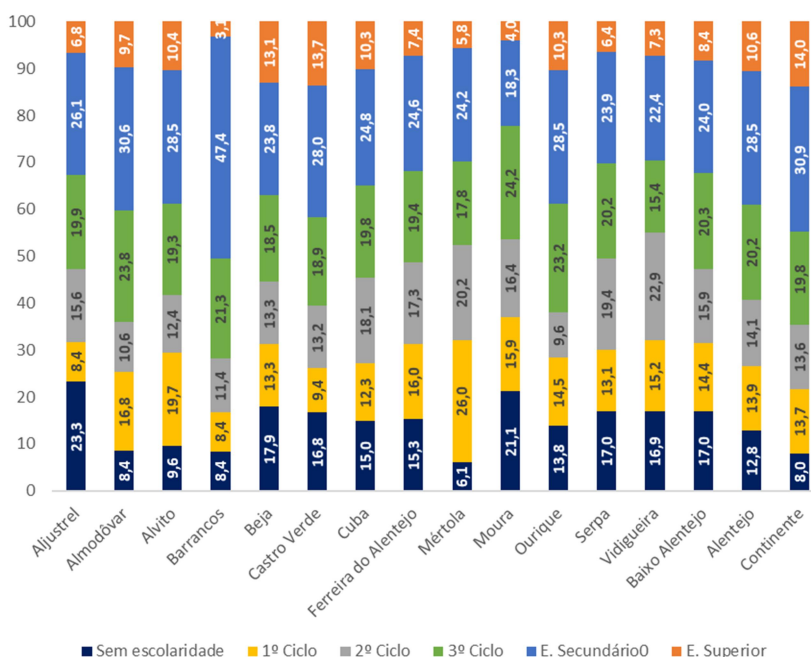
Gráfico 2.14: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por grupo etário, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (IEFP/MTSS-METD).

Considerando a distribuição dos desempregados inscritos nos CEFP observa-se que, no ano de 2021, havia menos com o Ensino Superior concluído, embora isso possa ser parcialmente explicado pelo facto de haver menor quantidade de população com esse nível de qualificação, sobretudo, no Alentejo e no Baixo Alentejo.

Gráfico 2.15: Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional (média anual), por nível de escolaridade completo, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e nos concelhos, 2021 (%)



Fonte: Cálculos próprios, a partir de Pordata (IEFP/MTSS-METD).

No gráfico anterior, verifica-se que o concelho de Cuba tinha, no ano de 2021, 10,3% de desempregados com o Ensino Superior concluído. Ainda assim, uma percentagem inferior em relação aos desempregados com os ciclos de escolaridade do Ensino Básico e com o Ensino Secundário ou Pós-secundário.

Por último, por ser um tipo de desemprego geralmente mais difícil de solucionar, convém realçar que em Cuba a percentagem de desempregados inscritos nos CEFP sem escolaridade era de 15%, uma das mais elevadas da região, mas, ainda assim, ligeiramente inferior à do Baixo Alentejo (17%).

De notar que a proporção de desempregados inscritos nos CEFP com Ensino Secundário completo é a maior, com 24,8%, valor semelhante ao valor médio observado na região (de 24%).

Passamos agora a analisar a situação relativa aos apoios sociais. A proporção de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG)²⁴ e do Rendimento Social de Inserção (RSI)²⁵ e dos, subsídio de desemprego²⁶ e subsídio social de desemprego²⁷, no total da população residente com 15 e mais anos, que permite aferir quantos indivíduos recebem estes apoios por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

Na tabela seguinte, relativamente aos beneficiários de RMG e RSI, observa-se que o número diminuiu ao longo dos três anos considerados. As regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo apresentam maior número de indivíduos dependentes destes apoios por comparação ao cenário nacional (mais de 3 beneficiários de RMG e RSI por cada 100 residentes com 15 ou mais anos no Alentejo e mais de 5 beneficiários por cada 100 residentes no Baixo Alentejo). Neste contexto, Cuba apresenta-se com um cenário similar ao da região do Baixo Alentejo, embora tenha diminuído a percentagem destes beneficiários no último ano em análise para cerca de 5 por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

Nos outros dois indicadores, o concelho de Cuba apresentou, entre 2018 e 2020, percentagens reduzidas de beneficiários do subsídio de desemprego e de subsídio social de desemprego, tal como as regiões do Baixo Alentejo e do Alentejo. De realçar que, relativamente ao subsídio de desemprego, os valores percentuais do concelho foram sempre inferiores.

Tabela 2.25: Proporção de beneficiários do RMG e RSI e do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)

Concelho/ Regiões/ País	RMG e RSI			Subs. de desemprego			Subs. social de desemprego		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba	5,5	5,6	4,7	1,2	0,9	1,5	0,3	0,0	0,4
Baixo Alentejo	5,5	5,4	5,3	1,4	1,4	2,0	0,3	0,3	0,4
Alentejo	3,4	3,2	3,0	1,5	1,6	2,1	0,3	0,3	0,4
Portugal	3,0	2,8	2,7	1,6	1,6	2,3	0,3	0,3	0,4

²⁴ O rendimento mínimo garantido (RMG) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento mínimo garantido foi criado em 1996, sendo substituído pelo rendimento social de inserção em 2003. No entanto, o indicador, calculado pelo INE, mantém no seu nome a designação de RMG, pelo que se utiliza essa designação tal como na fonte.

²⁵ O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

²⁶ O subsídio de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social durante um número limitado de meses enquanto o trabalhador que perdeu o seu emprego procura um novo trabalho.

²⁷ O subsídio social de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social aos desempregados com baixo rendimento familiar e que não podem aceder ao subsídio de desemprego.

Fonte: Pordata (INE - Estimativas Anuais da População Residente).

A análise ficaria incompleta se não se considerassem outros apoios igualmente importantes, como o subsídio de bonificação por deficiência²⁸, subsídio por assistência à 3ª pessoa²⁹, subsídio por doença³⁰ e abono de família³¹.

As proporções de beneficiários de bonificação por deficiência e por assistência à 3ª pessoa são bastante diminutas no país, das regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, quer nos valores quer nas oscilações, ou ausência de oscilações no caso do indicador relativo ao subsídio por assistência à 3ª pessoa.

Em 2020, no concelho de Cuba, existiam 6 beneficiários de subsídio por doença e 8 beneficiários de abono de família por cada 100 residentes com 15 ou mais anos.

Tabela 2.26: Proporção de beneficiários de outros apoios sociais na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)

Concelho/ País	Regiões/ País	Subs. de bonificação por deficiência			Subs. por assistência à 3ª pessoa			Subs. por doença			Abono de família		
		2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba		1,2	1,2	1,1	0,1	0,2	0,2	5,5	6,1	6,2	8,2	8,3	8,2
Baixo Alentejo		1,1	1,1	1,0	0,1	0,1	0,1	6,1	6,5	6,3	8,7	8,5	8,3
Alentejo		0,9	0,9	0,8	0,1	0,1	0,1	7,2	7,7	7,5	8,9	8,6	8,5
Portugal		1,2	1,3	1,2	0,1	0,1	0,1	7,8	8,3	8,1	9,0	8,5	8,3

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE - II/MTSSS e Estimativas Anuais da População Residente).

Legenda: s.d. = Sem dados.

Por fim, analisemos os dados relativos às pensões da Segurança Social (SS) e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e às pensões de sobrevivência³², invalidez³³ e velhice³⁴. Cuba destaca-se no contexto regional por apresentar, entre 2018 e 2020, menores percentagens de pensionistas da SS e da CGA (44% no concelho, em 2020, face a perto de 48% na região do Baixo Alentejo e a 47% no Alentejo); fica ainda bastante aquém dos 40% registados para o cenário nacional, o que se explica pelo quadro de envelhecimento da população estrutural exposto no capítulo anterior.

O cenário do concelho é idêntico quando se analisam as percentagens de beneficiários de pensões de velhice, ou seja, de idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de

²⁸ Bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência.

²⁹ O subsídio por assistência de terceira pessoa é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias para apoiar crianças e adultos com deficiência que exige acompanhamento permanente.

³⁰ O subsídio de doença é o montante compensatório atribuído pela segurança social enquanto o beneficiário está temporariamente incapacitado para trabalhar.

³¹ O abono de família para crianças e jovens é o montante atribuído mensalmente pela segurança social às famílias enquanto criam e educam os filhos.

³² A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido. A pensão de sobrevivência é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

³³ A pensão de invalidez é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.

³⁴ A pensão de velhice é o montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.

proteção social, que são igualmente menores em Cuba (cerca de 25 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos) por comparação com a região (perto de 27%), e superiores ao contexto nacional (com percentagens que rondam os 23%).

Tabela 2.27: Proporção de beneficiários de pensões da segurança social e CGA, de sobrevivência, invalidez e velhice na população residente com 15 ou mais anos, em Portugal, nas regiões do Alentejo e do Baixo Alentejo e no concelho de Cuba, 2018, 2019 e 2020 (%)

Concelho/Regiões/ País	Pensões (SS e CGA)			Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Cuba	45,0	44,4	44,1	25,7	25,0	24,8	2,9	3,0	2,9	9,7	9,7	9,6
Baixo Alentejo	48,1	47,8	47,7	27,0	26,5	26,5	2,5	2,7	2,5	10,8	10,8	10,7
Alentejo	47,3	47,3	47,3	26,8	26,5	26,6	2,7	3,0	2,8	10,0	10,0	10,0
Portugal	39,5	39,7	39,7	22,6	22,6	22,8	1,9	2,0	1,9	7,8	7,8	7,8

Fonte: Cálculos próprios, a partir de INE - II/MTSSS e Estimativas Anuais da População Residente).

Ainda relativamente à tabela anterior, as percentagens de pensionistas por invalidez revelam que, no período considerado, havia cerca de 3 beneficiários por cada 100 residentes com 15 ou mais anos no concelho de Cuba, e nas regiões do Baixo Alentejo e do Alentejo; a média nacional dava conta de apenas 2%.

Por último, quanto às pensões de sobrevivência, verifica-se que o concelho de Cuba apresentava menores percentagens de beneficiários (cerca de 10 em cada 100 residentes com 15 ou mais anos) do que a região (entre 10% e 111%), mas, tal como nos outros indicadores, mais elevadas do que as médias observadas para o país (cerca de 8%).

Rede educativa: cenário em 2022

Estabelecimentos escolares

Neste concelho existe um Agrupamento de Escolas da rede pública constituído por seis estabelecimentos escolares:

1. Escola Básica Fialho de Almeida, Cuba, doravante designada EB Fialho de Almeida;
2. Escola Básica de Vila Alva, Cuba, doravante designada EB de Vila Alva;
3. Escola Básica de Faro do Alentejo, Cuba, doravante designada EB de Faro do Alentejo;
4. Jardim de Infância de Faro do Alentejo, Cuba, doravante designado JI de Faro do Alentejo;
5. Jardim de Infância de Vila Ruiva, Cuba, doravante designado JI de Vila Ruiva;
6. Jardim de Infância de Vila Alva, Cuba, doravante designado JI de Vila Alva.

E dois estabelecimentos privados, a Escola Profissional de Cuba, (EP de Cuba) e o Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba (Centro Infantil da SCM Cuba), assinalados no mapa seguinte.

Figura 2.2: Mapa de localização dos edifícios escolares da rede pública e privada



Fonte: Construção própria.

Nota: Apenas neste mapa, os nomes dos estabelecimentos escolares da rede pública estão assinalados com as suas designações antigas.

Entre as informações expostas na tabela seguinte, destaca-se que apenas o edifício da escola sede foi construído no século XXI, mais especificamente em 2003. Os outros estabelecimentos da rede pública que também integram o Agrupamento de Escolas de Cuba, datam dos anos 40 (EB de Vila Alva), anos 60 (EB de Faro do Alentejo), de 1985 (JI de Faro do Alentejo) e da década de 90 (JI de Vila Ruiva e JI de Vila Alva). A Escola

Profissional de Cuba foi construída nos anos 60 do século XX; e duas décadas mais tarde surgia o Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

Todo o edificado, da rede pública e da rede privada, foi construído com o objetivo de servir a área da educação e/ou formação. Com a exceção da Escola Profissional de Cuba, os estabelecimentos escolares foram intervencionados em termos de requalificação e/ou manutenção: em 2005, na EB de Vila Alva e nos JI de Vila Ruiva e Vila Alva; e mais recentemente, em 2018, a EB Fialho de Almeida; em 2019, a EB e o JI de Faro do Alentejo; e, igualmente em 2019, o Centro Infantil da SCM Cuba.

Tabela 2.28: Informações gerais sobre os edifícios escolares do concelho, 2021/2022

Edifícios escolares	Ano de construção	Construído para ensino	Propriedade	Ano da última intervenção	Número de pisos
EB Fialho de Almeida	2003	Sim	CM Cuba	2018	2
EB de Vila Alva	Anos 40	Sim	CM Cuba	2005	1
EB de Faro do Alentejo	Anos 60	Sim	CM Cuba	2019	1
JI de Faro do Alentejo	1985	Sim	CM Cuba	2019	1
JI de Vila Ruiva	Início anos 90	Sim	CM Cuba	2005	1
JI de Vila Alva	1990	Sim	CM Cuba	2005	1
Escola Profissional de Cuba	Anos 60	Sim	CM Cuba	--	2
Centro Infantil da SCM Cuba	Anos 80	Sim	SCM Cuba	2019	1

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Escola Profissional de Cuba; Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

Nas tabelas seguintes descrevem-se os espaços e equipamentos interiores e exteriores dos edifícios escolares da rede pública de Cuba, com o objetivo de identificar os que existem e de assinalar o seu estado de conservação para, na sequência, identificar potenciais obras de requalificação ou de construção a incluir no plano para os edifícios escolares da presente Carta Educativa.

Em termos de espaços e equipamentos interiores para atividades letivas, a escola sede, a EB Fialho de Almeida é a que tem maior diversidade o que corresponde ao facto de ser o estabelecimento escolar recebe alunos de todo o concelho e para os ciclos de escolaridade do Ensino Básico mais elevados. Com exceção das salas para atividades da Componente de Apoio à Família e das Atividades de Animação e Apoio à Família e dos computadores com ligação à internet, e das salas polivalentes na EB e no JI de Faro do Alentejo, as escolas de 1º ciclo e os jardins de infância não têm salas de informática, espaços específicos para desporto e artes, ciências ou para alunos com necessidades especiais. Importa destacar que os espaços e equipamentos interiores para atividades letivas identificados encontram-se em “bom” ou “muito bom” estado de conservação.

No que respeita aos espaços e equipamentos interiores para trabalho em análise, a escola sede tem quase todos em “bom” estado de conservação. No total, o Agrupamento tem 4 bibliotecas em “bom” estado de conservação em quatro estabelecimentos escolares que, com exceção do JI de Vila Alva, integram a Rede de Bibliotecas Nacional.

Todas as escolas têm refeitório, o que é um aspeto bastante positivo. No entanto, além do refeitório e dos sanitários, verifica-se novamente a diferença entre a escola sede e as demais, o que torna premente uma reflexão sobre as diferentes condições oferecidas pelas escolas aos seus alunos.

Relativamente aos espaços e equipamentos exteriores, todos os estabelecimentos escolares do Agrupamento de Escolas de Cuba têm vedação exterior, espaços verdes (menos a EB e o JI de Faro do Alentejo), e recreio coberto (exceto na escola sede). Existem campos de desporto e balizas disponíveis na EB Fialho de Almeida e na EB e no JI de Faro do Alentejo.

Tabela 2.29: Espaços e equipamentos interiores para atividades letivas das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022

Edifícios escolares	Salas de aula		Salas polivalentes		Salas de informática		Computadores com internet		Pavilhão desportivo		Ginásio		Unidade desportiva interior		Sala de música		Laboratórios de ciências		Espaços para alunos com NE		Salas de CAF/ AAAF	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Fialho de Almeida	26	5	1	5	1	4	123	4	1	5	1	5	1	5	1	5	2	5	3	s.d.	2	4
EB de Vila Alva	1	4	-	-	-	-	5	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
EB de Faro do Alentejo	2	4	1	4	-	-	13	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
JI de Faro do Alentejo	1	4	1	4	-	-	5	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
JI de Vila Ruiva	1	4	-	-	-	-	3	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
JI de Vila Alva	1	4	-	-	-	-	3	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Legenda: NE = Necessidades Especiais; CAF = Componente de Apoio a Família; AAAF = Atividades de Animação e Apoio à Família; N = Número total; EC = Estado de Conservação avaliado numa escala de 1 a 5 em que 1- Muito Mau; 2 - Mau; 3 - Nem Mau nem Bom; 4 - Bom; 5 - Muito Bom; s.d. = sem dados.

Tabela 2.30: Espaços e equipamentos interiores para trabalho das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022

Edifícios escolares	Salas de direção		Sala de professores		Sala de educadores		Sala de assistentes operacionais		Salas de atividades (reuniões, etc.)		Sala de associação de pais		Sala de associação de estudantes		Biblioteca/ Centro de documentação	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Fialho de Almeida	2	4	1	4	1	5	1	4	-	-	1	4	-	-	1	4
EB de Vila Alva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
EB de Faro do Alentejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
JI de Faro do Alentejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Vila Ruiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Vila Alva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	s.d.

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Legenda: N = Número total; EC = Estado de Conservação avaliado numa escala de 1 a 5 em que 1- Muito Mau; 2 - Mau; 3 - Nem Mau nem Bom; 4 - Bom; 5 - Muito Bom; s.d. = sem dados.

Tabela 2.31: Outros espaços e equipamentos interiores das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022

Edifícios escolares	Sanitários		Balneários		Refeitório		Bar/Bufete		Cozinha		Gabinete de apoio ao aluno		Sala de convívio dos alunos	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Fialho de Almeida	35	4	1	s.d.	1	5	1	5	1	5	1	4	1	5
EB de Vila Alva	2	s.d.	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Faro do Alentejo	2	s.d.	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Faro do Alentejo	2	s.d.	-	-	1	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Vila Ruiva	2	s.d.	-	-	1	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Vila Alva	1	s.d.	-	-	1	s.d.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Legenda: N = Número total; EC = Estado de Conservação avaliado numa escala de 1 a 5 em que 1- Muito Mau; 2 - Mau; 3 - Nem Mau nem Bom; 4 - Bom; 5 - Muito Bom; s.d. = sem dados.

Tabela 2.32: Espaços e equipamentos exteriores das escolas da rede pública e respetivo estado de conservação, 2021/2022

Edifícios escolares	Vedação exterior		Espaço verde		Espaços de recreio		Recreio coberto		Horta pedagógica		Campos de desporto		Balizas		Tabelas de basquetebol	
	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC	N	EC
EB Fialho de Almeida	1	4	1	2	2	3	-	-	1	3	1	3	2	2	4	3
EB de Vila Alva	1	4	1	s.d.	1	4	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
EB de Faro do Alentejo	1	4	-	-	1	4	1	3	-	-	1	s.d.	2	4	-	-
JI de Faro do Alentejo	1	4	-	-	1	4	1	3	-	-	1	s.d.	2	4	-	-
JI de Vila Ruiva	1	4	1	s.d.	1	4	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
JI de Vila Alva	1	4	1	s.d.	1	4	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Legenda: N = Número total; EC = Estado de Conservação avaliado numa escala de 1 a 5 em que 1- Muito Mau; 2 - Mau; 3 - Nem Mau nem Bom; 4 - Bom; 5 - Muito Bom; s.d. = sem dados.

Rede de ofertas educativas e formativas

Neste ponto identificam-se todas as ofertas educativas e formativas das redes pública e privada existentes no concelho de Cuba.

1. Educação Pré-escolar

No concelho de Cuba a educação Pré-escolar está a cargo da rede pública, existindo 6 salas de JI em todo o Agrupamento de Escolas de Cuba. Em 2021/2022 havia um total de 106 alunos matriculados em Pré-escolar, estando a maioria das crianças integradas nas salas da EB Fialho de Almeida (N = 66); e mais 25 no JI de Faro do Alentejo, 6 no JI de Vila Ruiva e 9 no JI de Vila Alva.

A rede privada no concelho, representada pelo Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba, dispõe apenas da oferta de Berçário e Creche (para o mesmo ano letivo e respetivamente: N = 8 e N = 25).

Tabela 2.6: Alunos matriculados no Pré-Escolar nas redes pública e privada, 2021/2022

Estabelecimentos escolares	Berçário		Creche		Pré-escolar	
	Número de alunos	Número de salas	Número de alunos	Número de salas	Número de alunos	Número de salas
EB Fialho de Almeida	-	-	-	-	66	3
JI de Faro do Alentejo	-	-	-	-	25	1
JI de Vila Ruiva	-	-	-	-	6	1
JI de Vila Alva	-	-	-	-	9	1
Centro Infantil da SCM Cuba	8	1	25	3	-	-
Total	8	1	25	3	106	6

Fontes: Observatório de Educação do Baixo Alentejo; Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Câmara Municipal de Cuba.

2. Ensino Básico

O 1º ciclo do Ensino Básico é providenciado por três estabelecimentos escolares da rede educativa pública (EB Fialho de Almeida; EB de Vila Alva e EB de Faro do Alentejo), com um total de alunos matriculados, em 2021/2022, de 161. Os restantes ciclos do Ensino Básico estão concentrados na EB Fialho de Almeida; em 2021/2022 contavam-se 79 alunos matriculados no 2º ciclo e 118 alunos matriculados no 3º ciclo.

Esta oferta tem apenas um caráter geral e regular, não obstante, na rede privada, e mais especificamente na Escola Profissional de Cuba, existirem dois Cursos de Educação e Formação nas áreas de Operador de Fotografia e de Operador de Informática. Ambos frequentados por um número considerável de alunos (ver tabela).

Tabela 2.33: Número de alunos por curso de educação e formação, por ano de escolaridade e total, e por ano letivo

Cursos de Educação e Formação	2019/2020				2020/2021				2021/2022				2022/2023			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Operador de fotografia	11	-	-	11	6	8	-	14	10	14	-	24	9	8	-	17
Informática	7	20	-	27	11	7	-	18	5	10	-	15	12	10	-	22

Fonte: Escola Profissional de Cuba.

3. Ensino Secundário

Não existe oferta de Ensino Secundário na rede pública de escolas do concelho de Cuba, muito por força das dinâmicas demográficas que marcam a realidade do concelho e que determinam um cenário de ineficiência perante a possibilidade de abertura de opções regulares, ou de outras, neste nível. De acordo com as

informações recolhidas junto de profissionais do Agrupamento e da Câmara Municipal de Cuba, a maioria dos alunos que termina o 9º ano faz prosseguimento de estudos para as opções de nível secundário público da rede de escolas de Beja, nomeadamente na Escola Secundária Diogo Gouveia que integra o Agrupamento de Escolas nº 1 de Beja e na Escola Secundária D. Manuel I que pertence ao Agrupamento de Escolas nº 2 de Beja. Todos aqueles que seguem para a via do ensino profissional, o que corresponderá a cerca de 20% do total dos diplomados de 9º ano em cada ano, acabam, na sua maioria, por serem absorvidos pela EP sediada no concelho. Ou seja, a distribuição de alunos pelas modalidades de ensino revela que um afastamento considerável da meta de 50% de alunos a frequentar cursos profissionais definida, quer a nível nacional quer europeu.

As ofertas da Escola Profissional de Cuba compreendem, presentemente, os cursos profissionais indicados na tabela em baixo. O número total de alunos da EP de Cuba tem vindo a aumentar.

Tabela 2.34: Número de alunos por curso profissional, por ano de escolaridade e total, e por ano letivo

Cursos Profissionais	2019/2020				2020/2021				2021/2022				2022/2023			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Técnico de Audiovisuais	22	18	-	40	20	19	12	51	18	15	15	48	19	18	14	51
Técnico de Ação Educativa	-	-	-	-	18	-	-	18	14	14	-	28	16	14	11	41
Técnico de Desporto	28	-	-	28	26	28	-	54	27	26	27	80	24	29	25	78
Técnico de Auxiliar de Saúde	-	8	13	21	-	-	8	8	12	-	-	12	9	10	-	19
Técnico de Apoio à infância	22	9	14	45	-	15	8	23	-	-	14	14	-	-	-	-
Técnico de Apoio Psicossocial	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de alunos	173				186				221				228			

Fonte: Escola Profissional de Cuba.

4. Educação e Formação

O concelho de Cuba não tem oferta de Ensino Secundário pública, ou de outras opções de formação avançada, apesar de ter uma boa oferta de cursos profissionais de dupla certificação a partir da EP de Cuba. Não obstante, a maioria dos alunos ao terminar o Ensino Básico, opta por prosseguimento de estudos, sobretudo procurando as ofertas existentes no concelho de Beja. Os que ficam em ensino profissional beneficiam de uma rede de cursos que, no geral, e de acordo com dados recolhidos, apresentam bons níveis de empregabilidade, em particular a área de Auxiliar de Saúde. Neste ponto, o Curso de técnico de Desporto é referido justamente por constituir uma área muito apelativa e procurada pelos diplomados, contudo com um mercado mais frágil para inserção profissional na região.

Não existe no concelho oferta de Educação para Adultos de forma estruturada. No ano letivo de 2020/2021 foram realizados alguns processos de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências por via de protocolo que envolvia o Agrupamento de Escolas de Cuba e o Centro Qualifica da Escola D. Manuel I em Beja. Durante o ano de 2020, o Município articulou com o centro de formação do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional para o desenvolvimento de processos de requalificação de adultos ao nível das UFCD (Unidades de Formação de Curta Duração) isoladas e ao nível da qualificação profissional, compreendendo alguns processos de RVCC para níveis de habilitação. No entanto, apenas se poderá considerar essa oferta no concelho limítrofe como uma vantagem caso estejam garantidos acessos, por vias rodoviárias ou através da rede de transportes públicos, rápidos e adequados em termos de horários.

O IIEFP – Serviços de Beja, faz-se representar em Cuba, quinzenalmente, para atender os utentes, numa ótica de proximidade dos cidadãos aos serviços.

Por último, a Associação Terras Dentro também tem sido responsável por desenvolver diversas ações de formação certificada destinadas à população adulta do concelho de Cuba.

5. Educação inclusiva

Nos últimos anos tem havido um relevante desenvolvimento em termos das orientações nacionais e projetos que visam a construção da educação/escola inclusiva. Isto é, que estimulem ambientes educativos onde as necessidades de todos os alunos são cobertas e enquadradas no processo de ensino/aprendizagem. A publicação do Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, vem, neste seguimento, procurar estabelecer “(...) os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (nº 1, art.º 1 Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho). As medidas que este documento legal destaca estão organizadas de acordo com três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, e são atribuídas ao longo do percurso escolar dos alunos, de acordo com as necessidades que vão sendo evidenciadas.

Assim, as Medidas Universais preveem a diferenciação pedagógica; adaptações curriculares; privilegiam o enriquecimento curricular; o desenvolvimento psicossocial das crianças/jovens e das competências sociais e académicas; as Medidas Seletivas estão ligadas aos percursos curriculares diferenciados, com adaptação curricular mais leve e promoção de ambientes de reforço de aprendizagens e de acompanhamento/suporte consistente; e, finalmente, as Medidas Adicionais envolvem as adaptações curriculares mais visíveis, dado que preveem a construção de um Plano Individual de Transição e que estão mais focadas em metodologias e estratégias de ensino estruturado e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

Os recursos específicos de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão são operacionalizados em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento escolar do concelho, a partir de uma linha de atuação geral bem definida em termos da atribuição/validação das medidas previstas no decreto atrás referido, e de outras valências e adaptações relevantes no quadro da promoção de uma educação inclusiva. Esta linha de atuação é assegurada por uma equipa de docentes e de técnicos especializados e, assim, pelo trabalho desenvolvido a partir do Centro de Apoio à Aprendizagem do Agrupamento. Este trabalho consiste, sobretudo, na promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem visando todos os alunos do Agrupamento, a partir da criação de respostas individualizantes àquelas que são as necessidades de cada um e que, uma vez cobertas, permitem a progressão com sucesso no alcance da escolaridade obrigatória.

O Agrupamento de Escolas de Cuba está ainda na área de abrangência do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) dinamizado pelo Centro de Paralisia Cerebral de Beja. A equipa CRI atua numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com o Agrupamento, funcionando como elemento facilitador da implementação de medidas e práticas de educação inclusiva. A Equipa Multidisciplinar de apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) de referência no Agrupamento, responsável pela gestão das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, dá também apoio nos processos de transição para a vida ativa, ou pós-escolar, e envolve as famílias e comunidade nas suas ações.

No que respeita ao número de alunos com necessidades na Unidade Orgânica de Cuba e considerando o ano letivo de 2021/2022, estavam sinalizados 23 alunos abrangidos por medidas e adaptações curriculares, ou seja, correspondendo a cerca de 5% do total dos alunos matriculados no Agrupamento. Destes, 3 alunos estavam matriculados no Pré-Escolar; 3 alunos matriculados no 1º ciclo; 8 alunos matriculados no 2º ciclo; 9 alunos matriculados no 3º ciclo.

6. Apoios e complementos educativos

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) estão destinadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico e compreendem várias áreas complementares às aprendizagens curriculares e escolares. As CAF (Componente de Apoio à Família) funcionam de forma articulada com as AEC e com o ensino curricular de 1º ciclo e visam o

acompanhamento dos alunos fora do período de funcionamento das aulas e das atividades de enriquecimento. As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) têm a mesma natureza e destinam-se às crianças integradas no Pré-escolar.

No seu conjunto, estas atividades têm muita relevância no quadro da oferta educativa nacional e no apoio socioeducativo. Enquadram princípios de inclusão, uma vez que garantem o acesso gratuito a componentes lúdicas, artísticas e desportivas a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 9 anos de idade, matriculadas na rede pública.

Em 2021/2022, dos 106 alunos matriculados no Pré-escolar, 92 estavam inscritos nas AAAF, na componente de almoço, e 73 inscritos em prolongamento de horário. Dos 161 alunos de 1º ciclo, e relativamente às Componentes de Apoio à Família, 112 alunos estavam inscritos na componente de Almoço e apenas 49 alunos no prolongamento de horário. As tabelas de seguida apresentam a distribuição e proporção de alunos nestas componentes por estabelecimento escolar.

Tabela 2.35: Número de alunos inscritos no Pré-escolar na rede pública nas Atividades de Animação e Apoio à Família, 2021/2022

Escolas com Pré-escolar	Almoço			Prolongamento de horário		
	n	N	%	n	N	%
EB Fialho de Almeida	53	66	80,3	41	66	62,1
JI de Faro do Alentejo	25	25	100	18	25	72
JI de Vila Ruiva	5	6	83,3	5	6	83,3
JI de Vila Alva	9	9	100	9	9	100

Fontes: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Legenda: n = número de inscritos nas AAAF; N = número total de crianças inscritas no pré-escolar.

Tabela 2.36: Número de alunos inscritos no 1º Ciclo de escolaridade na rede pública nas atividades da Componente de Apoio à Família, 2021/2022

Escolas com 1º ciclo	Almoço			Prolongamento de horário		
	n	N	%	n	N	%
EB Fialho de Almeida	80	123	65	17	123	13,8
EB de Vila Alva	16	18	88,9	16	18	88,9
EB de Faro do Alentejo	16	20	80	16	20	80

Fontes: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Legenda: n = número de inscritos nas CAF; N = número total de crianças inscritas no pré-escolar.

As AEC foram agregadas numa única área, as Atividades Lúdico Expressivas, compreendendo por isso diferentes valências e professores. As taxas de frequência são elevadas, na ordem dos 100%, ou muito próxima de 100%, considerando todos os estabelecimentos de ensino de 1º ciclo, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 2.37: Número de alunos inscritos no Pré-escolar na rede pública nas Atividades de Enriquecimento Curricular, 2021/2022

Escolas com 1º ciclo	Atividades Lúdico Expressivas		
	n	N	%
EB Fialho de Almeida	122	123	99,2
EB de Vila Alva	18	18	100
EB de Faro do Alentejo	23	23	100

Fontes: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Legenda: n = número de inscritos nas AEC; N = número total de crianças inscritas no pré-escolar.

7. Outros apoios da Câmara Municipal de Cuba

A ação social escolar no Município de Cuba prevê diversos apoios socioeducativos para as famílias e alunos, desde apoios alimentares, com a comparticipação nas cantinas escolares e o programa de distribuição de fruta nas escolas, à aquisição de material escolar e informático, aos apoios às famílias (como, as AAAF, as CAF e o prolongamento de horário e refeição), e ainda os transportes escolares. No que respeita aos transportes escolares, estão destinados aos alunos que residem longe da escola onde se encontram matriculados, sendo os passes escolares suportados na íntegra pelo Município de Cuba, desde o 2º ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário. De acordo com dados facultados pelo Agrupamento de Escolas de Cuba, em 2021/2022 eram 29 os alunos a beneficiarem de transporte escolar, com carro e motorista do Município, a maioria ao nível do Pré-escolar e 1º ciclo. Vejamos a lista de apoios de forma mais pormenorizada.

O Serviço de Ação Educativa da Câmara Municipal de Cuba planeia e organiza todo o trabalho desenvolvido com o Agrupamento de Escolas de Cuba, nomeadamente desde a sistematização de um conjunto de apoios associados à Ação Social Escolar, bem como a organização e coordenação de todas as competências da autarquia referentes à área da Educação e das necessidades de toda a comunidade escolar.

Ao nível da Ação Social Escolar, os auxílios económicos constituem uma modalidade de apoio socioeducativo destinado aos alunos inseridos em agregados familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipações para fazer face aos encargos relacionados com o prosseguimento da escolaridade.

De acordo com o Regulamento da Ação Social Escolar, os apoios concedidos pelo Município, são:

1. Educação Pré-escolar – Apoio em Cantina:
 - a. Alimentação
 - i. 100% do valor da refeição (almoço) para os alunos posicionados no Escalão I,
 - ii. 50% do valor da refeição (almoço) para os alunos posicionados no Escalão II.
2. 1.º Ciclo - Apoio em Cantina e Livros e/ou Materiais escolares:
 - a. Alimentação
 - i. 100% do valor da refeição (almoço) para os alunos posicionados no Escalão I,
 - ii. 50% do valor da refeição (almoço) para os alunos posicionados no Escalão II.
 - b. Livros e/ou Materiais escolares
 - i. Subsídio de 50 € a cada aluno do 1º Ciclo do Ensino Básico, posicionado no Escalão I, para aquisição no comércio local,
 - ii. Subsídio de 40 € a cada aluno do 1º Ciclo do Ensino Básico, posicionado no Escalão II, aquisição no comércio local.
3. O Serviço de Apoio à Família, através da escola a tempo inteiro, dá resposta às necessidades das famílias, com as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), direcionadas para o pré-escolar, e com a Componente de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), direcionadas para o 1º ciclo, garantido que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas. Consideramos que as AAAF garantem o direito das crianças a uma vida harmoniosa e o direito dos pais ao trabalho, o que pode contribuir para sustentar a migração dos jovens para outros centros urbanos, prevenindo um aumento mais acentuado do défice demográfico da nossa região.

4. Durante o período de férias escolares, o Município promove as “Férias Jovens” oferecendo programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens que promovem hábitos de participação cultural e desportiva de uma forma generalizada na população mais jovem nos períodos de interrupção letiva e colabora, enquanto parceiro ativo, nas inúmeras iniciativas desenvolvidas pelos projetos em curso na área da infância e adolescência. A realização das atividades culturais, lúdicas e desportivas contribuem para o desenvolvimento da formação social, pessoal e educativa de todos os participantes, fomentando também a aquisição de estilos de vida saudáveis e a sensibilização para a importância do associativismo no desenvolvimento sociocultural de uma comunidade.
5. Ao nível do Transporte Escolar, o Município assegura o transporte de todos os alunos residentes em montes e nas freguesias de Faro do Alentejo, de Vila Alva, de Vila Ruiva e Albergaria.
 - a. Atualmente o Município suporta a 100% os passes escolares de transporte público a todos os alunos do 2º e 3º ciclo e que frequentam o ensino secundário,
 - b. O transporte dos alunos da Escola Profissional de Cuba, residentes nos concelhos adjacentes, nomeadamente Beja, Vidigueira, Ferreira do Alentejo e Alvito, é assegurado pelo Serviço Municipal de Transportes.
6. O Município também possui uma residência de estudantes do ensino profissional, para um total de 24 alunos, entre os quais, alguns vindos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), nomeadamente, por exemplo, da Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde.
7. O Município de Cuba incentiva e apoia os alunos que frequentam o Ensino Superior com a atribuição de Bolsas de Estudo.
8. De forma a salvaguardar e a promover o Cante Alentejano, o Município de Cuba investiu no Ensino do Cante Alentejano para alunos do 1º ciclo, garantindo assim a perpetuação desta tradição, classificada como património cultural imaterial da Humanidade, que constitui um dos traços mais fortes da identidade local.
9. O Município de Cuba é parceiro ativo das inúmeras iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, implementando metodologias inovadoras, complementares às já existentes e que permitem estimular toda a comunidade educativa a fazer mais e melhor.

De forma a promover uma educação ambiental para a sustentabilidade, o Município de Cuba promove o Projeto Internacional Eco Escolas, que é dinamizado pelo Agrupamento de Escolas de Cuba.

8. Áreas de influência dos equipamentos escolares

O Município de Cuba tem uma área de 170 Km², é formado por quatro freguesias: Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva, Vila Ruiva/Albergaria dos Fusos, é servido por uma rede de transportes públicos, mas existem zonas e freguesias rurais com baixa densidade populacional associada a uma fraca acessibilidade em transportes públicos.

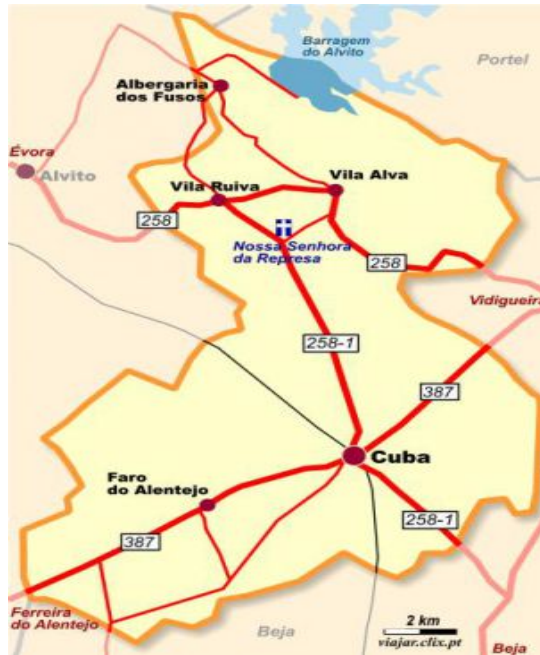
Apesar da existência de transportes públicos no concelho de Cuba (primeira figura em baixo), o Município de Cuba implementa medidas, de forma a cumprir os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito à igualdade de oportunidades, a equidade educativa, que alarga a política de apoio à família, viabilizando o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar.

Figura 2.3: Distrito de Beja e principais vias rodoviárias



Fonte: Câmara Municipal de Cuba.

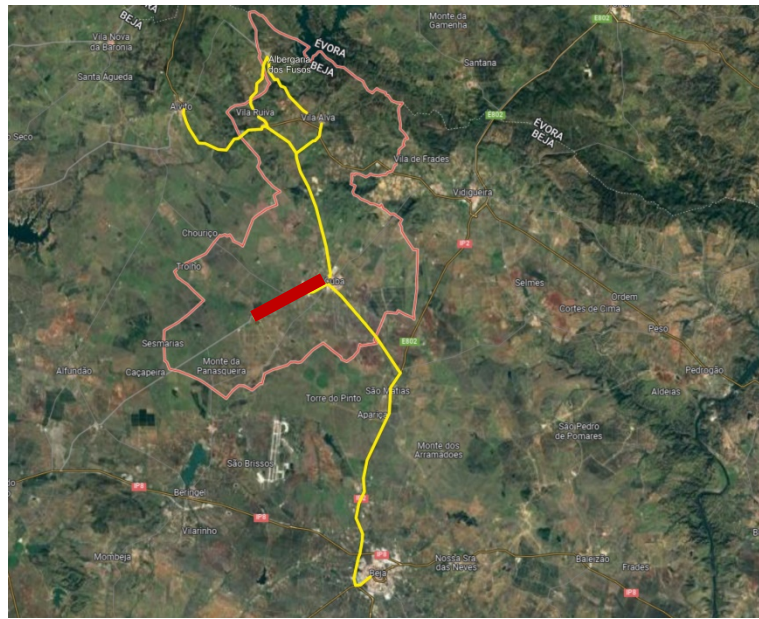
Figura 2.4: Concelho de Cuba e principais vias rodoviárias e ferroviária



Fonte: Câmara Municipal de Cuba.

Legenda: — Via rodoviária; — Via ferroviária.

Figura 2.5: Itinerários dos meios de transporte coletivos - autocarros



Fonte: Carreiras da ABA – Autocarros do Baixo Alentejo, SA.



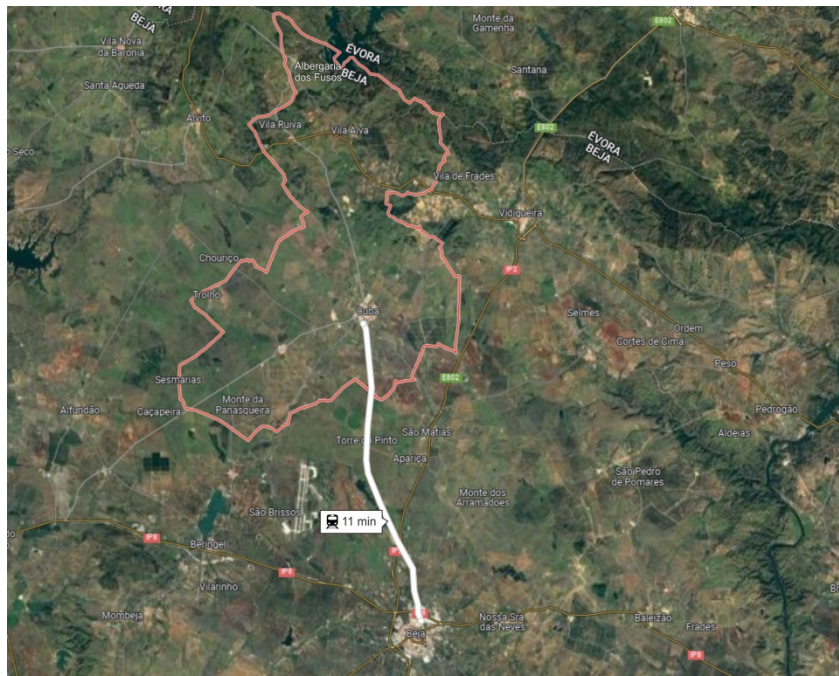
Legenda:  Carreira com a linha 8232 (Alvito – Cuba – Beja - Cuba);  Carreira com a linha 8034 (Cuba - Faro - Cuba).

Figura 2.6: Itinerários dos meios de transporte coletivos – comboio



Fonte: Comboios da CP – Comboios de Portugal.

Legenda: Linha ferroviária Cuba - Beja – Cuba.

O cenário de dispersão dos estabelecimentos de 1º ciclo pelas várias freguesias mantém-se (embora Vila Ruiva não tenha estabelecimento para 1º ciclo) com os alunos residentes no concelho com residências mais

distantes daqueles estabelecimentos a morar bastante perto das respetivas escolas para as quais se dirigem a pé demorando entre 4 e 7 minutos. Estes são estabelecimentos para 25 ou 50 alunos.

Tabela 2.38: Irradiação máxima, população base e áreas de influência por estabelecimentos escolares nas redes pública e privada, 2021/2022

Agrupamentos de Escolas/ Edifícios escolares	Irradiação máxima ¹			População base máxima	Área de influência
	Distância ¹ (Km)	Tempo de viagem (minutos)	Meio		
EB Fialho de Almeida	15,3	17	Transportes	540	Todas
EB de Vila Alva ²	1,4	7	A pé	50	Vila Alva
EB de Faro do Alentejo ²	0,4	4	A pé	50	Faro do Alentejo
Jl de Faro do Alentejo ²	0,45	4	A pé	25	Faro do Alentejo
Jl de Vila Ruiva ²	0,6	7	A pé	25	Vila Ruiva
Jl de Vila Alva ²	1,4	7	A pé	25	Vila Alva
Centro Infantil da SCM Cuba	7,1	9	Transportes	54	Todas
Escola Profissional de Cuba	11	15	Transportes	250	Todas

Fonte: Agrupamento de Escolas de Cuba; Escola; Escola Profissional de Cuba; Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

Legenda: s.d. – sem dados.

Notas: ¹A irradiação máxima é calculada tendo em conta o aluno residente no concelho que mais longe se encontra a morar da escola que frequenta. ²Estabelecimentos de ensino procurados por encarregados de educação residentes noutras freguesias do concelho de Cuba, com maior predominância no polo escolar de Faro do Alentejo.

A EB Fialho de Almeida serve prioritariamente os alunos que residem em Cuba na valência de pré-escolar e 1.º ciclo e localiza-se na sede de concelho para um máximo de 540 alunos. Neste caso, o aluno residente no concelho que demora mais tempo na viagem entre residência e escola (17 minutos) usa transportes para percorrer os 15,3 km.

Na EP de Cuba e no Centro Infantil da SCM Cuba, os tempos de viagem entre a casa e a escola são igualmente adequados, e a viagem é realizada através dos transportes disponibilizados.

Nas imagens anteriores é visível que as redes rodoviárias estão dispersas por todo o concelho, sendo menos ramificada a rede de autocarros e, sobretudo, as vias ferroviárias que servem o concelho. Apesar disso, os tempos de viagem entre a residência dos alunos e a escola podem ser considerados bons (iguais ou inferiores a 17 minutos) tal como observado na tabela em cima.

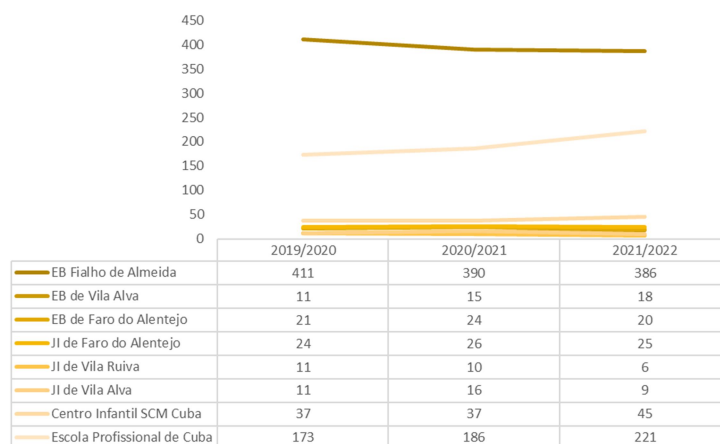
População discente

A evolução do número de alunos da rede pública no concelho de Cuba, nos últimos três anos letivos, tem vindo a apresentar tendências diferentes consoante o ciclo/nível de ensino considerado. Enquanto o número de alunos no 2º ciclo do Ensino Básico tem vindo a diminuir de forma quase constante desde o ano letivo 2019/2020 (N = 110 em 2019/2020; N = 127 em 2020/2021; e N = 106 em 2021/2022), no 3º ciclo tem vindo a aumentar de forma continua no mesmo período (N = 100 em 2019/2020; N = 113 em 2020/2021; e N = 118 em 2021/2022). O número de alunos do Pré-escolar aumentou ligeiramente de 2019/2020 para 2020/2021 (N = 121 no ano letivo inicial e N = 127 em 2020/2021), mas em 2021/2022 reverteu esse aumento, inclusive registando um número de alunos inferior ao registado no período inicial (N = 106). O oposto aconteceu no 1º ciclo do Ensino Básico, cujo número de alunos diminuiu entre 2019/2020 e 2020/2021 (N = 158 e N = 153, respetivamente) e aumenta entre 2020/2021 e 2021/2022 (N = 161).

Na EP de Cuba, o número de alunos aumentou ao longo dos três anos letivos considerados (N = 171 em 2019/2020, N = 186 em 2020/2021 e N = 221 em 2021/2022), um sinal claro do aumento da atratividade dessa instituição de ensino.

No Centro Infantil da SCM de Cuba, o número de alunos também aumentou no último ano letivo em análise.

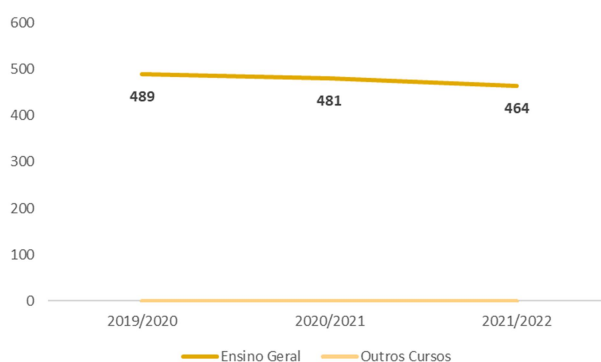
Gráfico 2.16: Alunos por ciclo/nível de ensino na rede pública e na rede privada, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N)



Fonte: Observatório da Educação do Baixo Alentejo; Escola Profissional de Cuba; Santa Casa da Misericórdia de Cuba.

Relativamente à modalidade de ensino, a rede pública de educação em Cuba tem vindo a registar, nos últimos três anos letivos, apenas alunos que frequentam o ensino geral. A observação deste indicador permite ainda confirmar que, no total, a população discente do concelho de Cuba tem vindo a sofrer um pequeno decréscimo de ano letivo para ano letivo (N = 489 em 2019/2020; N = 481 em 2020/2021; e N = 464 em 2021/2022).

Gráfico 2.17: Alunos segundo a modalidade de ensino na rede pública, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N)

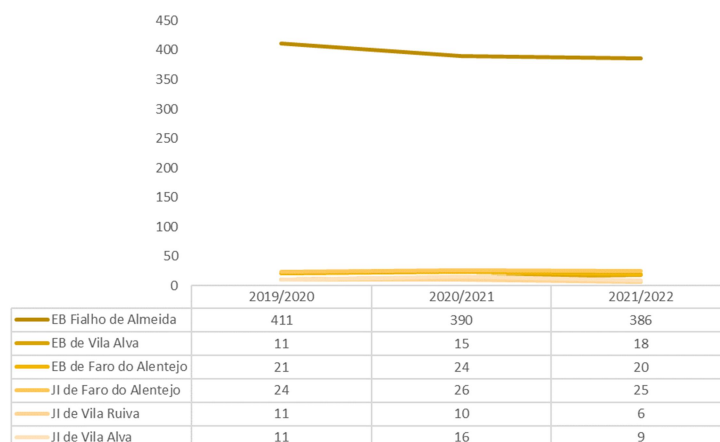


Fonte: Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Observando a evolução do número de alunos por estabelecimento escolar no concelho de Cuba, verificamos, em primeiro lugar, as diferenças consideráveis na dimensão da população discente da EB Fialho de Almeida (que regista um total de 411 alunos no ano letivo 2019/2020; 390 alunos em 2020/2021; e 386 em 2021/2022), por ser o estabelecimento que inclui todos os ciclos/níveis de ensino existentes no concelho, e das restantes escolas, cujo número de alunos é (em todas as escolas anos letivos) sempre inferior a 30 alunos. Para além desta evidência, é possível constatar que a única escola onde o número de alunos aumenta é a EB de Vila Alva (N = 11 em 2019/2020; N = 15 em 2020/2021; e N = 18 em 2021/2022), sendo que a EB de Faro do Alentejo, bem como o Jl de Faro do Alentejo aumentam o número de alunos em 2020/2021 (de 21 e 24 alunos,

respetivamente, em 2019/2020 para 24 e 26 alunos em 2020/2021), crescimento que é (parcial ou totalmente) revertido em 2021/2022 (também respetivamente, N = 20 e N = 25).

Gráfico 2.18: Alunos por estabelecimento escolar na rede pública, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 (N)



Fonte: Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Na tabela seguinte, verifica-se que, no total do Agrupamento de Escolas de Cuba, a proporção de alunos com medidas seletivas, medidas adicionais e com programas educativos individuais, no ano letivo 2021/2022, é reduzida (representam 6%, 5% e cerca de 4% do total de alunos, respetivamente).

Analisando as diferenças entre ciclos/níveis de ensino, é no 2º ciclo de escolaridade do Ensino Básico que se identificam maiores percentagens de alunos com estas medidas nos respetivos totais de alunos: 8,9% por cada tipo de medida. São, também, de destacar as percentagens de alunos com medidas seletivas no 3º ciclo (6,8%) e no 1º ciclo (6,2%); assim como, o caso dos alunos do 1º ciclo com medidas adicionais que ascendem aos 6,2%.

Tabela 2.39: Alunos com medidas seletivas e medidas adicionais por ciclo/nível de ensino na rede pública, 2021/2022

Ciclos/ Níveis	Medidas Seletivas (MS)	Medidas Adicionais (MA)	Programas Educativos Individuais	Total Alunos do AE	% de Alunos com MS	% de Alunos com MA	% de Alunos com PEI
Pré-escolar	2	2	2	106	1,9	1,9	1,9
1º Ciclo	11	10	5	161	6,8	6,2	3,1
2º Ciclo	7	7	7	79	8,9	8,9	8,9
3º Ciclo	8	4	4	118	6,8	3,4	3,4
Total do AE	28	23	18	464	6,0	5,0	3,9

Fontes: Agrupamento de Escolas de Cuba; Câmara Municipal de Cuba.

Na tabela seguinte analisa-se o número de beneficiários da Ação Social Escolar (ASE) considerando apenas o escalão A e B, que se posicionam como os que melhor permitem traçar a caracterização socioeconómica dos agregados familiares dos alunos. Na tabela seguinte, observa-se que, no total dos 464 alunos do Agrupamento de Escolas de Cuba, 39,2% são beneficiários da ASE (escalões A e B), ou seja, uma percentagem bastante elevada.

Considerando os ciclos, no Pré-escolar e no 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico, a percentagem de alunos com ASE é menor (32,1% e 20,3%, respetivamente). No 1º ciclo, esses alunos passam a representar 43,5% do total dos alunos matriculados no 1º ciclo no ano letivo de 2021/2022 e no 2º ciclo 68,4% dos 79 alunos a frequentar esse ciclo.

Gráfico 2.19: Alunos com ação social escolar por ciclo de escolaridade/nível de ensino na rede pública, 2021/2022 (%)

Ciclos/ Níveis	Ação Social Escolar (escalões A e B)		
	n	N	%
Pré-escolar	34	106	32,1
1º Ciclo	70	161	43,5
2º Ciclo	54	79	68,4
3º Ciclo	24	118	20,3
Total	182	464	39,2

Fontes: Agrupamento de Escolas de Cuba; Câmara Municipal de Cuba.

Um último indicador de caracterização socioeconómica que importa ter em conta na caracterização da população discente do AE de Cuba é a escolaridade das mães. À primeira vista, podemos verificar que a maioria das mães dos alunos da rede pública de Cuba é detentora do Ensino Secundário ou do Ensino Superior. Enquanto a percentagem de mães com o Ensino Superior ultrapassa um terço dos alunos do AE de Cuba que frequentam o Pré-escolar (43,3%, N =42) e no 1º ciclo (31,4%, N = 38) e tende a diminuir no 2º e 3º ciclos (respetivamente, 25,4% e 21,9%, N = 15 e N =23); a percentagem de mães com o Ensino Secundário apresenta uma tendência oposta, com mais de um terço das mães com o Ensino Secundário nos vários ciclos do Ensino Básico (no 1º ciclo, 37,2%, N = 45; no 2º ciclo, 32,2% N = 19; e no 3º ciclo, 35,2%, N = 37) e registando uma proporção mais reduzida no Pré-escolar. Mães com o nível de Ensino Básico registam-se, sobretudo, entre os alunos do 2º ciclo (respetivamente, 32,2%, N = 19), sendo o Pré-escolar o nível de ensino com a menor proporção de mães com o Ensino Básico (21,6%, N = 21). Relativamente às mães com outro tipo de escolaridade, estas compõem uma pequena parte da população discente em todos os ciclos/níveis, sendo o 1º ciclo do Ensino Básico o que regista a menor percentagem e mães com outros tipos de escolaridade (7,2%, N = 7) e o Ensino Secundário o ciclo/nível que regista a maior percentagem de mães com outros tipos de escolaridade (14,3%, N = 15).

Tabela 2.40: Grau de escolaridade das mães por ciclo de escolaridade/nível de ensino de frequência dos alunos na rede pública, 2021/2022

Ciclo/Nível	Escolaridade das Mães									
	Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Superior		Outro		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pré-escolar	21	21,6	27	27,8	42	43,3	7	7,2	97	100
1º Ciclo	29	24,0	45	37,2	38	31,4	9	7,4	121	100
2º Ciclo	19	32,2	19	32,2	15	25,4	6	10,2	59	100
3º Ciclo	30	28,6	37	35,2	23	21,9	15	14,3	105	100

Fonte: Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Desempenho escolar

Na análise dos resultados educativos da rede pública utilizámos as classificações internas relativas ao ano letivo de 2020/2021 e os percursos diretos de sucesso que identificam a percentagem de alunos de cada Agrupamento de Escolas que concluem o ciclo de estudos no tempo previsto (4 anos no 1º ciclo, 2 anos no 2º ciclo, 3 anos no 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico e 3 anos no Ensino Secundário) recorrendo aos dados disponíveis no infoescolas no momento da redação desta secção (2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019).

As classificações externas do 3º ciclo, obtidas pelas Provas Nacionais de Exame, não foram utilizadas porque, no ano considerado, 2020/2021, o Ministério da Educação decretou que aqueles resultados não seriam considerados para efeito de avaliação dos alunos.

De acordo com dados recolhidos no Observatório de Educação do Baixo Alentejo relativos ano letivo 2020/2021, não existem alunos em abandono escolar no concelho, excluídos por faltas ou com anulações de matrículas. Além disso, o número de alunos transferidos era reduzido em todos os níveis de ensino.

Desempenho escolar no 1º Ciclo do Ensino Básico

No 1º ciclo de escolaridade, as médias das classificações internas de Português (3,8) e Matemática (3,7), no final de 2020/2021, foram semelhantes, ainda que ligeiramente superiores, aos valores médios registados para o Baixo Alentejo (3,7 e 3,6, pela ordem), mostrando que o desempenho do Agrupamento de Escolas de Cuba é muito positivo neste ciclo de ensino. A percentagem de alunos que, no ano letivo 2018/2019, terminou este ciclo de estudos dentro do período de tempo previsto (percursos diretos de sucesso) foi também relativamente elevada, quase 84%, abaixo em todo o caso dos 85,4% registados na média regional.

Tabela 2.41: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 1º ciclo

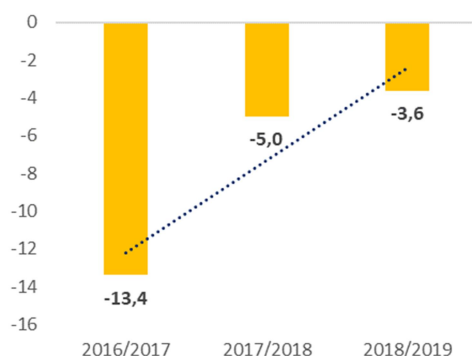
Agrupamento/ Região	Português		Matemática		Percursos diretos de sucesso % ² (2018/2019)	% Alunos com ASE ³ (2021/2022)	Escolaridade média dos EE ¹ (2021/2022)
	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)			
AE Cuba	3,8	100,5	3,7	104,1	83,7	43,5	10,9
Baixo Alentejo	3,7	100,0	3,6	100,0	84,6	40,6	10,5

Fonte: Cálculos próprios a partir do Observatório da Educação do Baixo Alentejo¹, Info Escolas² e Agrupamentos de Escolas³.

A percentagem de alunos com ASE (escalões A, B e C) do Agrupamento (43,5%) é ligeiramente superior aos 40,6% fixados, em termos médios, para a região do Baixo Alentejo. O número médio de anos de escolaridade dos EE segue a tendência regional, ou seja, apresentando uma média de 10,9 anos de escolaridade, similar aos 10,5 anos da média regional.

A evolução das diferenças entre as percentagens de alunos que terminaram o 1º ciclo nos quatro anos previstos e dados nacionais comparáveis - que pode ser observado no gráfico seguinte - aponta para uma recuperação e melhoria geral no concelho de Cuba ao longo do período diacrónico em análise. Assim, no último ano letivo em consideração, o Agrupamento de Escolas de Cuba distava apenas 3,6 pontos percentuais da marca nacional, quando em 2016/2017 apresentava um valor de menos 13,4 pontos percentuais face à média nacional (ou seja, menos 13,4 pontos percentuais na taxa que mede os percursos diretos de sucesso escolar no concelho, comparativamente com os 82,3% nacionais). Todavia, e apesar de assinalarmos uma evolução positiva, a percentagem de alunos que termina 1º ciclo de estudos no tempo expectável manteve-se sempre abaixo das que foram observadas para todo o território nacional ao longo do período analisado, o que indicia maior tendência para o insucesso escolar e taxas de retenção escolar mais elevadas neste concelho, neste ciclo de estudos.

Gráfico 2.20: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 1º ciclo nos quatro anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Info Escolas.

Desempenho escolar no 2º Ciclo do Ensino Básico

Os resultados internos no 2º ciclo do Agrupamento de Escolas Cuba na disciplina de Português apresentavam-se mais elevados (3,7%) do que a classificação média regional (3,4), ou superiores em mais de 7%; na disciplina de Matemática os resultados estavam alinhados com o valor médio do Baixo Alentejo (3,4).

A percentagem de alunos que terminou este ciclo de estudos nos dois anos previstos, ou seja, com uma trajetória escolar sem episódios de retenção escolar, no ano letivo de 2018/2019, foi no concelho de Cuba de cerca de 71%, inferior ao valor médio regional em quase 16 pontos percentuais (86,9%, percentagem de alunos do país com um perfil semelhante aos dos alunos do Agrupamento que concluíram o 2º ciclo em 2 anos).

Tal como verificado no 1º ciclo, o indicador de dependência pela ASE dos alunos do 2º ciclo de Cuba, aponta para uma situação mais desfavorecida dos agregados familiares dos alunos em termos socioeconómicos, uma vez que a percentagem de alunos beneficiários de ASE era, em 2021/2022, de 68,4%, muito superior à média regional, de 42,2%. A média de anos de escolaridade dos EE desce ligeiramente para 9,7 anos de escolaridade, valor semelhante à escolaridade média dos EE dos alunos a frequentar o 2º ciclo na região do Baixo Alentejo (de 10,1 anos, em média).

Tabela 2.42: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 2º ciclo

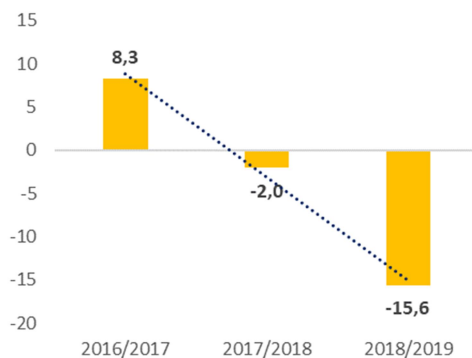
Agrupamento/ Região	Português		Matemática		Percursos diretos de sucesso % ² (2018/2019)	% Alunos com ASE ³ (2021/2022)	Escolaridade média dos EE ¹ (2021/2021)
	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)			
AE de Cuba	3,7	107,1	3,4	101,6	71,1	68,4	9,7
Baixo Alentejo	3,5	100,0	3,4	100,0	86,9	42,2	10,1

Fonte: Cálculos próprios a partir do Observatório da Educação do Baixo Alentejo¹, Info Escolas² e Agrupamentos de Escolas³.

A evolução do indicador percursos diretos do sucesso, medido no gráfico abaixo através da diferença média entre os registos do Agrupamento de Escolas de Cuba e os registos nacionais equivalentes, mostra um quadro de grande decréscimo e agravamento do insucesso escolar em Cuba; ou seja, se no início do período em observação, o AE de Cuba tinha mais 8,3 pontos percentuais a acumular na taxa que mede o indicador, face ao valor nacional equivalente, chega a 2018/2019 com quase menos 16 pontos percentuais, isto é, registando um

aumento considerável de casos de alunos que não conseguem terminar o ciclo de estudos nos dois anos previstos, superior ao que é observado em termos médios no território nacional.

Gráfico 2.21: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 2º ciclo nos dois anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Info Escolas.

Desempenho escolar no 3º Ciclo do Ensino Básico

As classificações internas nas disciplinas de Português e Matemática no Agrupamento de Escolas de Cuba (3,7 e 3,2 respetivamente) são superiores aos valores médios registados para o Baixo Alentejo (em cerca de 11% no caso da disciplina de Português e de 5% em Matemática). Quer isto dizer que tendencialmente os resultados escolares internos nestas disciplinas são melhores. Contudo, o indicador de percursos diretos de sucesso e, assim, a taxa relativamente baixa de 14,6% de Cuba, e que está muito afastada da regional (28,8%), deixa antever um cenário menos favorável e propenso ao insucesso escolar neste ciclo de estudos no concelho.

No 3º ciclo de escolaridade, a percentagem de alunos dependentes de ASE desce para 23,3%, passando a ser inferior, apenas neste ciclo de escolaridade, em relação à média do Baixo Alentejo (38,4%); da mesma forma, e comparando com os ciclos anteriores, o número médio de anos de escolaridade dos EE aumenta, em termos médios, em um ano (11,1 anos) comparativamente com o número médio de anos de escolaridade dos EE da região do Baixo Alentejo (de 10,1 anos).

Tabela 2.43: Médias das classificações internas, índices (Baixo Alentejo = 100), percentagem de percursos diretos de sucesso, percentagem de alunos com Ação Social Escolar (ASE) e escolaridade média dos Encarregados de Educação (EE) no 3º ciclo

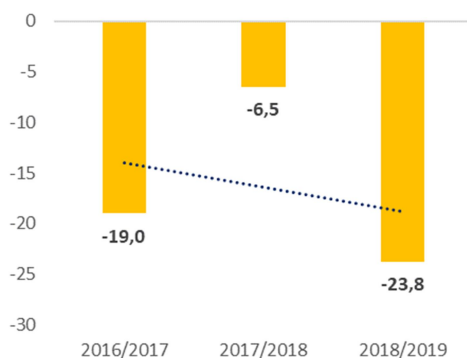
Agrupamento/ Região	Português		Matemática		Percursos diretos de sucesso % ² (2018/2019)	% Alunos com ASE ³ (2021/2022)	Escolaridade média dos EE ¹ (2020/2021)
	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)	Classificações internas ¹ (2020/2021)	Índices (%)			
AE de Cuba	3,7	111,2	3,2	105,1	14,6	23,3	11,1
Baixo Alentejo	3,3	100,0	3,0	100,0	28,8	38,4	10,1

Fonte: Cálculos próprios a partir do Observatório da Educação do Baixo Alentejo¹, Info Escolas² e Agrupamentos de Escolas³.

A evolução da diferença média entre a taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo, medida para o Agrupamento de Escolas de Cuba e a que é registada no território nacional (dados comparáveis), mostra uma forte tendência decrescente e negativa a identificar em Cuba, que, como se pode observar no gráfico abaixo, se agrava particularmente no último ano letivo com dados disponíveis (menos quase 24 pontos percentuais). As taxas de retenção escolar apresentam-se, por certo, elevadas neste ciclo de estudos no concelho de Cuba,

sendo dos três ciclos de escolaridade do Ensino Básico aquele que apresenta piores resultados. Em todo o período diacrônico considerado o Agrupamento apresenta resultados tendencialmente piores e bastante abaixo dos valores médios nacionais.

Gráfico 2.22: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o 3º ciclo nos três anos previstos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Info Escolas.

Desempenho escolar no Ensino Secundário

A análise para o Ensino Secundário compreende apenas os alunos matriculados na Escola Profissional de Cuba e começa com a evolução das taxas de sucesso. Nos três anos letivos considerados, realça-se a taxa de sucesso de 2020/2021 como a mais elevada (75%), uma melhoria em relação ao ano anterior (67%). Em 2021/2022 tornou a diminuir para 70%.

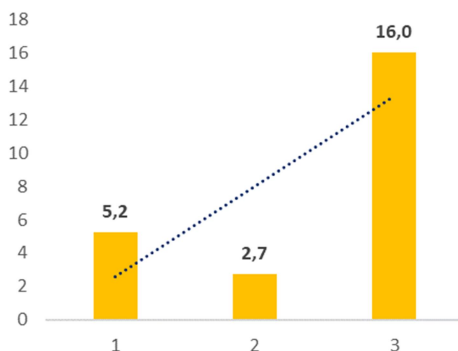
Tabela 2.44: Evolução das taxas de sucesso na Escola Profissional de Cuba (%)

Unidade Orgânica	2019/2020	2020/2021	2021/2022
EP de Cuba	67,0	75,0	70,0

Fonte: Escola Profissional de Cuba.

Se analisarmos a evolução da percentagem de alunos que concluíram os cursos profissionais em 3 anos, comparando com dados nacionais equivalentes, verifica-se que houve uma evolução muito positiva, com uma grande tendência crescente no período analisado; ou seja, em 2018/2019, último ano letivo a constar da análise, a taxa de percursos diretos de sucesso da Escola Profissional de Cuba acrescia mais 16 pontos percentuais por comparação com a taxa comparável nacional, isto é, com maior número de casos de sucesso e de alunos a concluírem o ciclo de estudos no tempo previsto.

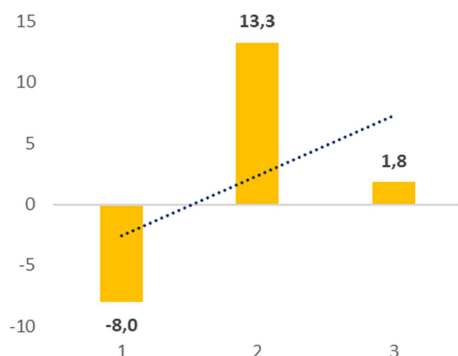
Gráfico 2.23: Evolução das diferenças entre % de alunos que terminaram o Ensino Secundário na EP nos três anos e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Info Escolas.

Inversamente, a percentagem de alunos que não concluíram em 3 anos os cursos profissionais e que, em simultâneo, não se encontravam matriculados no Ensino Secundário, teve uma evolução menos consistente e tendencialmente mais negativa ao longo do período considerado e comparando com os dados nacionais. Assim, no início do período em análise, a Escola Profissional de Cuba apresentava uma maior vantagem (de menos 8 pontos percentuais), que perde logo no ano letivo subsequente (passando para mais 13,3 pontos percentuais do que o valor médio nacional equivalente); apesar de no último ano letivo voltar a registar uma recuperação, o valor persiste acima da média nacional, ou seja, evidenciado uma situação tendencialmente mais negativa, com maior número de casos de insucesso escolar e de desistência escolar.

Gráfico 2.24: Evolução das diferenças entre % de alunos que não concluíram em 3 anos nem estão inscritos no Ensino Secundário no EP e a média nacional comparável, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019



Fonte: Cálculos próprios, a partir do Info Escolas.

Projetos educativos municipais e escolares

[Regressar ao Objetivo Estratégico 12](#)

Passamos agora a apresentar os projetos escolares dinamizados pelas entidades locais, sejam a Câmara Municipal, as Escolas ou outras, considerados como estruturantes na área da educação. Em primeiro lugar, destaca-se o papel ativo da Câmara Municipal de Cuba que dinamiza quatro projetos. O Cante Alentejano, uma tradição retratada na capa da Carta Educativa, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Cuba, projeto direcionado para o Pré-escolar e para os 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, com o principal objetivo de valorizar e promover a identidade cultural do concelho.

O projeto Cuba Educa +, com financiamento do Fundo Social Europeu, é dinamizado em parceria com o Agrupamento e com a Associação de Pais e foca-se no combate ao insucesso escolar e prevenção do abandono nos três ciclos do Ensino Básico.

A Câmara Municipal de Cuba dinamiza, ainda, o ATL de Verão para as crianças do Pré-escolar e do 1º ciclo, uma oferta que visa promover a ocupação das crianças com atividades lúdicas durante parte do período de férias escolares; e, ainda, as Férias Jovens, este projeto executado em parceria com a Rede Local de Educação, e que tem como objetivo de promover a construção de uma comunidade de aprendizagem junto de crianças e jovens dos 6 aos 14 anos de idade.

Uma chamada de atenção sobre a importância da Rede Local de Educação que, tal como descrito na respetiva página digital “constitui o alicerce para um “Ecosistema Educativo” não formal de base comunitária, capaz de coadjuvar e suportar as escolas do Concelho de Cuba na promoção e oferta de ações de inovação educativa, visando estimular a melhor educação e o desenvolvimento integral dos mais jovens” e que pode, por isso, desenvolver projetos, assim como poderá vir a implementar outros, como por exemplo, a Universidade Sénior, que poderão assumir-se como ações para a concretização de vários objetivos estratégicos da presente Carta Educativa.

Por último, destaca-se o projeto Mais Sucesso Educativo no Baixo Alentejo, igualmente financiado pelo Fundo Social Europeu, dinamizado pela CIMBAL nos treze Municípios da região com os objetivos de promover a igualdade de acesso à educação, melhorar o sucesso dos alunos, em particular na leitura e na matemática dos 3º e 4º ano do 1º ciclo de escolaridade do Ensino Básico, e a qualidade e eficiência do sistema de educação. Este projeto tem como público-alvo o Ensino Básico e o Ensino Profissional, ou seja, abarca também a Escola Profissional de Cuba.

Tabela 2.45: Caracterização geral dos projetos escolares concelhios, 2021/2022

Nome do projeto	Entidade promotora	Parceiros	Objetivos (resumo)	Público-alvo
Cante Alentejano	Câmara Municipal	AE de Cuba	Valorizar e promover a identidade cultural do concelho	Pré-escolar, 1º e 2º ciclo
Cuba Educa+ (FSE)	Câmara Municipal	AE de Cuba e Associação de pais	Combater o insucesso escolar e prevenir o abandono	1º, 2º e 3º ciclo
Mais Sucesso Educativo no Baixo Alentejo (FSE)	CIMBAL	Os 13 Municípios do Baixo Alentejo	Promover a igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação; melhorar os resultados do ensino da leitura e da matemática dos 3º e 4º anos do 1º ciclo	1º, 2º e 3º ciclo e Ensino Profissional
ATL de Verão	Câmara Municipal		Promover a ocupação das crianças com atividades lúdicas adequadas à idade	Pré-escolar e 1º ciclo
Férias Jovens	Câmara Municipal	Rede Local Educação	Construir uma comunidade de aprendizagem	Crianças e jovens dos 6 aos 14 anos

Fontes: Agrupamento de Escolas de Cuba; Câmara Municipal de Cuba.

Profissionais escolares

Apresenta-se neste ponto a caracterização da população de profissionais escolares do concelho de Cuba - docentes, técnicos especializados, e assistentes técnicos e operacionais – das redes pública e privada.

1. Docentes

No concelho de Cuba existia, no ano de 2021/2022, um total de 96 docentes: 3 educadores de infância no Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba; 62 educadores de infância e professores do Ensino

Básico e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas de Cuba; e 31 docentes do Ensino Secundário profissional afetos à Escola Profissional de Cuba.

Tabela 2.46: Número de docentes nas redes pública e privada, por ciclo/nível de ensino, 2021/2022 (N)

	Rede pública	Rede Privada
Berçário	-	0
Creche	-	3
Pré-escolar	9	-
1º ciclo	13	-
2º ciclo	12	-
3º ciclo	23	-
Ensino Secundário	-	31
Educação especial	5	-
Total	62	34

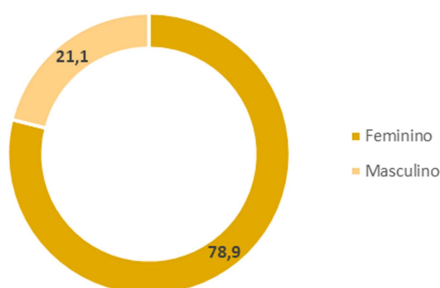
Fontes: Agrupamento de Escolas de Cuba; Câmara Municipal de Cuba.

Legenda: n.a. = Não se aplica.

Nas próximas análises, os professores da Educação Especial não foram incluídos, pelo que se considerou como número total de docentes no Agrupamento de Escolas de Cuba, o valor de 57.

No último ano letivo, o concelho de Cuba registou uma população docente composta, maioritariamente, por docentes do sexo feminino, o correspondente a 78,9% da população docente, (N = 45) e cerca de 21% (N = 12) de docentes do sexo masculino. Na Educação Especial todas as docentes são do sexo feminino.

Gráfico 2.25: Distribuição dos docentes na rede pública por sexo, 2021/2022



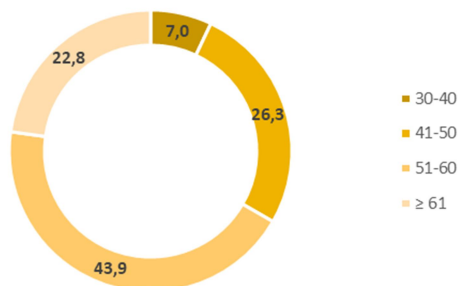
Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

No gráfico seguinte, observa-se que o corpo docente tem 30 ou mais anos de idade, e que se distribui maioritariamente pelos grupos etários dos 41 aos 50 anos (26,3%, N = 15), dos 51 aos 60 anos (43,9%, N = 25) e dos 61 ou mais anos (22,8%, N = 13). E

Entre as docentes da Educação Especial, 2 estão no grupo etário dos 41 aos 50 anos, e as restantes distribuem-se uma por cada dos outros grupos etários considerados.

Podemos concluir que é um grupo de docentes envelhecido em que perto de um quarto está perto da idade da reforma num prazo de cerca de quatro anos.

Gráfico 2.26: Distribuição dos docentes da rede pública por grupos etários, 2021/2022



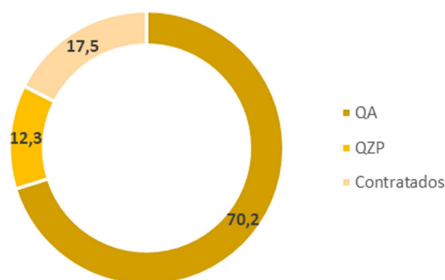
Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

O vínculo contratual dos docentes no Agrupamento de Escolas de Cuba corresponde (gráfico em baixo), na maioria dos casos, ao Quadro de Agrupamento (QA) (70,2%, N = 40), sendo que cerca de 18% dos docentes são contratados (N = 10) e 12,3% pertencem ao Quadro de Zona Pedagógica (QZP) (N = 7). Três das docentes da Educação Especial pertence ao Quadro de Agrupamento e 2 são contratadas.

Na Escola Profissional de Cuba, no total dos 31 docentes, apenas cerca de metade tinha, em 2021/2022, contratos de trabalho (8 contratos sem termo e 7 contratos a termo certo); os restantes 16 docentes estavam em regime de prestação de serviços.

No Centro Infantil da SCM de Cuba, 1 docente tem contrato de trabalho a tempo certo e 2 têm contratos a tempo indeterminado.

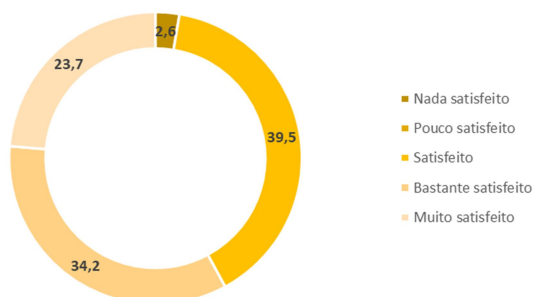
Gráfico 2.27: Distribuição dos docentes da rede pública por tipo de vínculo contratual, 2021/2022



Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

De acordo com os dados recolhidos através da aplicação do questionário aos educadores de infância e aos professores da rede pública do concelho de Cuba a lecionar no início do ano letivo de 2021/2022 (ao qual responderam 52 docentes, num total de 59 docentes a lecionar no Agrupamento, tendo sido contabilizadas 32 respostas válidas e, portanto, sendo possível considerar esta amostra como representativa) é possível verificar que as opiniões dos docentes são bastante positivas no que respeita à satisfação com o centro de formação. 39,5%, a maioria dos docentes (n = 15), afirma estar satisfeito com o centro de formação, 34,2% diz estar bastante satisfeito (n = 13) e 23,7% está muito satisfeito (n = 9). Apenas 2,6% dos docentes inquiridos (n = 1) diz estar nada satisfeito com o centro de formação.

Gráfico 2.28: Distribuição dos docentes de Cuba por nível de satisfação com o Centro de formação de professores da rede pública, 2021/2022 (%)



Fonte: Questionário para educadores de infância e professores da rede pública.

Na tabela seguinte, observa-se que, quer no Pré-escolar, quer nos três ciclos de escolaridade do Ensino Básico, os rácios de alunos por docente são reduzidos em todos os estabelecimentos escolares do Agrupamento de Escolas de Cuba.

Tabela 2.47: Rácio de crianças/alunos por grupo/turma por ciclo/nível de ensino na rede pública, 2021/2022

Estabelecimentos escolares	Pré-escolar			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo		
	Nº Alunos	Nº Docentes	Rácio	Nº Alunos	Nº Docentes	Rácio	Nº Alunos	Nº Docentes	Rácio	Nº Alunos	Nº Docentes	Rácio
EB Fialho de Almeida	66	6	10	123	10	12,3	79	12	6,6	118	23	6,2
EB Vila Alva	-	-	-	18	1	18	-	-	-	-	-	-
EB Faro do Alentejo	-	-	-	20	2	10	-	-	-	-	-	-
Jl Faro do Alentejo	25	1	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl Vila Ruiva	9	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jl Vila Alva	6	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	106	9	12,5	161	13	13,4	79	12	6,6	118	23	6,2

Fontes: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Observatório da Educação do Alto Alentejo.

2. Técnicos especializados

No Agrupamento de Escolas de Cuba existem 5 técnicos especializados: 2 psicólogos e 3 animadores, num total de 33 profissionais escolares, não docentes.

3. Assistentes técnicos e operacionais e outras categorias

Além dos técnicos especializados, o Agrupamento de Escolas de Cuba conta com 6 assistentes técnicos cujo local de trabalho se localiza na sede, a EB Fialho de Almeida. E com mais 26 assistentes operacionais, a maioria dos quais alocados à escola sede (22), e um por cada escola do Pré-escolar ou 1º ciclo, com exceção da EB de Vila Alva. No entanto, isso não significa que os outros estabelecimentos escolares não tenham apoio de profissionais com estas funções, porque o Município tem conseguido encontrar alternativas que garantam uma maior e melhor vigilância das crianças e um apoio na limpeza e manutenção do polo escolar através de parcerias com as respetivas Juntas de Freguesia.

A Escola Profissional de Cuba havia contava, em 2021/2022, com 10 profissionais não docentes e o Centro Infantil da SM de Cuba com 6.

No total, havia no concelho de Cuba 48 profissionais não docentes a trabalhar nos estabelecimentos escolares no ano letivo de 2021/2022.

Tabela 2.48: Assistentes técnicos, Assistentes operacionais, e outras categorias nas redes pública e privada, 2021/2022

Unidades orgânicas	Assistentes técnicos	Assistentes operacionais/Auxiliares da ação educativa
EB Fialho de Almeida	6	22
EB de Vila Alva	-	0
EB de Faro do Alentejo	-	1
JI de Faro do Alentejo	-	1
JI de Vila Ruiva	-	1
JI de Vila Alva	-	1
Escola Profissional de Cuba	-	10
Centro Infantil SCM Cuba	-	6
Total	6	42

Fonte: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba.

O rácio médio de alunos por assistentes operacionais também é reduzido no Agrupamento de Escolas de Cuba. Apenas a escola sede tem um valor superior, de 17,5, assim como os dois estabelecimentos de Faro do Alentejo, a EB com todos os 20 alunos por um assistente operacional e o JI com a totalidade das 25 crianças para um assistente operacional. De notar que na EB de Vila de Alva não existem assistentes operacionais.

Tabela 2.49: Rácio de crianças/alunos por Assistente Operacional na rede pública, 2021/2022

Unidades orgânicas	Crianças/Alunos	Assistentes operacionais	Rácio
EB Fialho de Almeida	386	22	17,5
EB de Vila Alva	18	0	n.a.
EB de Faro do Alentejo	20	1	20,0
JI de Faro do Alentejo	25	1	25,0
JI de Vila Ruiva	6	1	6,0
JI de Vila Alva	9	1	9,0
Total / Média	464	26	15,5

Fontes: Ficha de caracterização do Agrupamento de Escolas de Cuba; Observatório da Educação do Baixo Alentejo.

Dinâmicas da comunidade na educação

A Rede Local para a Educação constitui o alicerce para um “Ecossistema Educativo” não formal de base comunitária, capaz de coadjuvar e suportar as escolas do Concelho de Cuba na promoção e oferta de ações de inovação educativa, visando estimular a melhor educação e o desenvolvimento integral dos mais jovens.

É uma estrutura de cooperação, protocolada, aberta à livre participação de todas as entidades, públicas ou privadas, e representantes da sociedade civil, sediadas ou com ação no Concelho de Cuba, visando o desenvolvimento e a animação de um ecossistema educacional comunitário (comunidade de aprendizagem).

Atua capitalizando e articulando os recursos dos seus membros (humanos, sociais, culturais, patrimoniais, naturais, técnicos, materiais, tradicionais, entre outros) enquanto ferramentas de ensino e aprendizagem, respondendo aos principais interesses dos jovens, às suas necessidades educativas e aos principais desafios da sociedade.

Um Projeto, financiado ao abrigo do Programa Erasmus+ Juventude em Ação da União Europeia, que veio dar corpo à ideia de constituição de uma rede e concretamente à consolidação de uma verdadeira Comunidade de Aprendizagem no Concelho de Cuba, onde fazem parte todas as entidades e associações desportivas e culturais da comunidade, que manifestaram interesse em aderir e que colaboram essencialmente na dinamização das Férias Jovens Escolares, nomeadamente:

- Make it better, associação para a inovação e economia social;
- Clube Cuba Aventura;
- Escola Profissional de Cuba;
- AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central;
- Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Cuba;
- Sporting Clube de Cuba;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Cuba;
- AENIE - Associação Educativa Nacional de Inclusão e Inovação nas Escolas;
- Associação Terras Dentro;
- Sociedade Filarmónica Cubense 1.º dezembro;
- Centro de Saúde de Cuba;
- Museu Caluta;
- Ligarte;
- Terras Dentro Associação, com os projetos Cresce e Aparece e CLDS;
- Juntas de freguesia de Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos;
- Entre outros.

Capítulo 3 : Intervenções para o futuro

Neste capítulo apresenta-se, em primeiro lugar, a análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* – que resume e realça os principais aspetos positivos, aspetos negativos, oportunidades e ameaças aferidos a partir dos resultados do estudo de diagnóstico apresentado no Capítulo 1 deste documento. E, depois, expõem-se a visão estratégica da Carta Educativa de Cuba 2023-2033 sustentada nos estudos de diagnóstico realizados com a participação dos vários atores locais. Os objetivos estratégicos que se apresentam dividem-se entre aqueles que apenas dizem respeito ao concelho de Cuba em particular, e os que se inserem no âmbito do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo e que, por isso, se podem vir a implementar em articulação com os outros concelhos e com a CIMBAL.

Análise dos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades

Nesta secção resume-se os estudos de diagnóstico realizados sobre o concelho de Cuba, para mais facilmente identificar os pontos fracos que serão aqueles sobre os quais a visão estratégica para os próximos 10 anos se debruçará, de acordo com a missão política assumida pelo Município. Todos os indicadores referidos nos resumos seguintes foram analisados, e explicados na sua essência, nos estudos de diagnóstico (Capítulo 2 desta Carta Educativa e Diagnóstico Geral e Diagnóstico Educativo do Baixo Alentejo).

1. Contexto demográfico e socioeconómico

À semelhança dos cenários nacional e, sobretudo, regional, o contexto demográfico e socioeconómico do concelho de Cuba é, no ano de 2022, preocupante. No entanto, identificaram-se alguns pontos fortes que se descrevem. Relativamente aos indicadores demográficos, Cuba posiciona-se entre os concelhos com maior densidade populacional, apenas inferior a Beja, embora a sua população total tenha peso reduzido no total da população do distrito. O índice de envelhecimento e a relação de dependência total surgem inferiores aos valores médios regionais. Quanto ao cenário socioeconómico, destacam-se as elevadas percentagens de trabalhadores por conta de outrem com Ensino Secundário/Pós-secundário e com Ensino Superior, que são ligeiramente superiores aos valores médios regionais. Havia maior estabilidade de emprego quando considerados os tipos de contrato de trabalho, e identifica-se uma tendência de aumento no número de contratos permanentes/sem termo. Por último, realça-se a diminuição da percentagem de beneficiários do rendimento social de inserção.

Porém, o contexto é, de facto, de depressão demográfica e socioeconómica, identificando-se, por isso, um maior número de pontos fracos. Em termos demográficos, o concelho de Cuba apresenta um decréscimo populacional desde 1991, e com maior ritmo do que o verificado no contexto regional, e um saldo natural e migratório negativo. O índice sintético de fecundidade é igualmente reduzido e os valores têm sido inferiores aos da região do Baixo Alentejo de forma consistente desde 2016. Quanto ao cenário socioeconómico, e em termos de empresas não financeiras, apesar de ter mais empresas por km² do que os concelhos limítrofes, o número médio de trabalhadores por empresa é um dos mais reduzidos. Além disso, observa-se uma tendência para a diminuição do tecido empresarial por via da diminuição acentuada da taxa de natalidade, do aumento da taxa de mortalidade e da redução abrupta da taxa de sobrevivência de empresas não financeiras. Mais de um terço das empresas do concelho pertence ao setor o da agricultura, produção animal, caça floresta e pesca, mais suscetível às condições atmosféricas, à falta de água e às alterações climáticas. Se, por um lado, existem no concelho muitos trabalhadores por conta de outrem qualificados, por outro, a percentagem dos que apenas têm o 1º ciclo de escolaridade completo é mais elevada do que na região do Baixo Alentejo. De uma forma geral, os ganhos médios mensais dos trabalhadores em Cuba são inferiores aos regionais em todos os setores

de atividade e independentemente do ciclo/nível de escolaridade concluído. A exceção surge entre os ganhos médios mensais dos trabalhadores sem escolaridade concluída, que são superiores aos valores regionais, o que pode explicar a desmotivação da população adulta na procura de formações. Por último, há a realçar o número de pensionistas, embora ligeiramente inferior ao valor médio regional, associado aos indicadores demográficos.

Neste cenário, há também a considerar, como potenciais ameaças, um possível agravamento do contexto socioeconómico e, na sequência, demográfico, pela ameaça da crise económica decorrente do contexto pandémico, da situação de guerra na Europa e das consequências das alterações climáticas que podem afetar o concelho de Cuba e a região do Baixo Alentejo devido à aposta no setor agrícola e de produção animal. E a concorrência no acesso aos possíveis financiamentos futuros.

Figura 3.1: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão do contexto demográfico e socioeconómico



Fonte: construção própria.

Legenda: TCO – Trabalhadores por Conta de Outrem; CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; CM – Câmara Municipal.

Porém, existem também algumas oportunidades a considerar na elaboração da visão estratégica para a educação do concelho de Cuba. A começar pelo dinamismo da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) e da Câmara Municipal de Cuba na área da educação, em particular pela experiência acumulada pelo Município nesta área. Passando pelo potencial que representa o trabalho remoto, aprendizagem realizada durante o contexto pandémico, que poderá servir como um dos fatores atrativos para a fixação de população, caso sejam fornecidos todos os apoios e condições necessárias a uma vida de qualidade no concelho. Assim como as possibilidades trazidas pelos documentos estratégicos nacionais e, sobretudo, regionais (expostos na secção do Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional deste Capítulo), e que podem potenciar respostas adequadas à realidade e mais robustas por via das parcerias e das partilhas de soluções e de recursos

entre os concelhos da região do Baixo Alentejo, em particular, do que são mais próximos em termos de localização e características geográficas. E, ainda, as novas linhas de financiamento que irão abrir a partir do novo quadro de financiamento comunitário e do Plano de Recuperação e Resiliência, este último, particularmente importante em áreas como a transição climática e digital.

2. Parque e Rede Escolares

Como aspetos positivos, e em termos de estabelecimentos escolares, foi realçado que todos os estabelecimentos escolares têm refeitório e a maioria tem espaços verdes e recreio coberto. Relativamente à população escolar, em termos de rácios, o número de alunos por docente e por funcionário é, em média, reduzido, o que cria oportunidades de desenvolvimento de dinâmicas mais personalizadas. Relativamente às ofertas educativas e formativas, os cursos profissionais da Escola Profissional aproximam-se das áreas económicas de maior relevância no território ou das necessidades identificadas. Outro aspeto positivo prende-se com os apoios fornecidos aos alunos e famílias e que abarcam várias áreas como a alimentação, ocupação de tempos livres, transportes, material informático e escolar, entre outros. Os indicadores socioeconómicos dos agregados familiares dos alunos são globalmente similares aos da região, sendo de destacar que a escolaridade das mães dos alunos do Pré-escolar e do 1º e 2º ciclo de escolaridade do Ensino Básico são elevadas (Ensino Secundário e Ensino Superior). Por último, destaca-se que os tempos de viagem dos alunos entre casa – escola – casa são os adequados.

Como pontos fracos, e novamente quanto aos edifícios e espaços escolares, os atores auscultados indicaram o estado de degradação dos espaços verdes em todos os estabelecimentos escolares e dos equipamentos desportivos na escola sede. Observou-se, também, que o parque informático é reduzido. Relativamente às ofertas, surgem como aspetos negativos a insuficiência da rede de Berçário e de Creche, a pouca diversidade de ofertas educativas e formativas ao nível do Ensino Secundário, nomeadamente, a ausência de cursos científicos-humanísticos, e, ainda, a ausência de ofertas educativas na área das artes. Apesar de se observarem no concelho de Cuba algumas dinâmicas de educação e formação para adultos, a oferta de educação para adultos é vista pelos atores locais como desadequada (em termos de horários, por exemplo) e insuficiente face às necessidades e às características da população.

Em termos de ameaças, há que considerar, novamente, a possibilidade de agravamento do quadro de depressão socioeconómica e demográfica, e, também, a desadequação do financiamento às Câmaras Municipais em relação às suas obrigações no âmbito da transferência de competências, que poderá ser um possível entrave ao desenvolvimento de ações para combater os pontos fracos que venham a ser considerados prioritários. Ameaça que poderá ser contrabalançada através das possibilidades abertas por via dos documentos estratégicos nacionais e, sobretudo, regionais e respetivas soluções adequadas à realidade local e recursos partilhados entre concelhos. Ainda como oportunidade, surge a nova rede de cursos profissionais proposta para o ano 2022/2023 que se encontra mais próxima das áreas estratégicas do Baixo Alentejo, no geral, e de Cuba, em particular.

Ameaças que poderão ser contrabalançadas através das possibilidades abertas por via dos documentos estratégicos nacionais e, sobretudo, regionais e respetivas soluções adequadas à realidade local e recursos partilhados entre concelhos, e das novas linhas de financiamento já referidas anteriormente. Ainda como oportunidade, surge a nova rede de cursos profissionais proposta para o ano 2022/2023 que se encontra mais próxima das áreas estratégicas do Baixo Alentejo, no geral, e de Beja, em particular, e que, por isso, pode potenciar a formação de parcerias locais ou enrobustecer as já existentes.

Figura 3.2: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão dos estabelecimentos, população e ofertas escolares



Fonte: construção própria.

Legenda: CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; CM – Câmara Municipal.

3. Dinâmicas de promoção do sucesso escolar

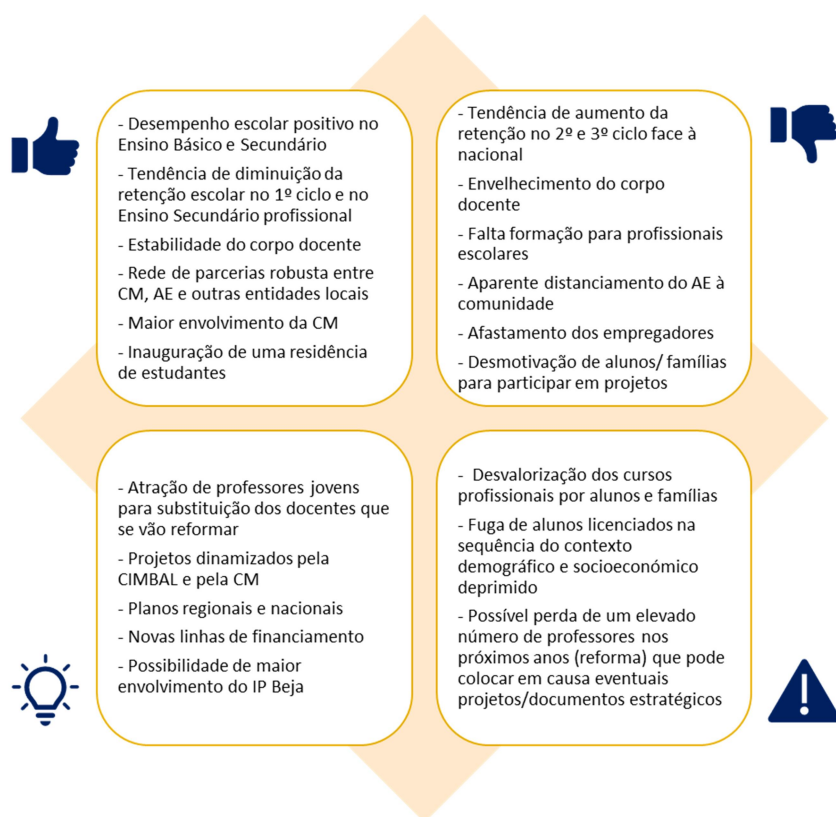
Como aspetos positivos nesta dimensão realça-se o bom desempenho do Agrupamento de Escolas de Cuba nos três ciclos do Ensino Básico, coerente com os indicadores socioeconómicos dos agregados familiares dos alunos no 1º e no 3º ciclo e acima do esperado no caso do 2º ciclo onde há mais alunos beneficiários de ação social escolar do que o observado na região. A diminuição da retenção escolar no 1º ciclo, com a aproximação das percentagens de percursos diretos de sucesso às nacionais, e as reduzidas taxas de retenção e percentagem de alunos que não terminam os cursos profissionais no tempo previsto e que, em simultâneo, não estão inscritos no sistema de ensino, por comparação ao cenário nacional. Ainda como outros aspetos positivos, verifica-se que na rede pública existe estabilidade do corpo docente e que, ao nível do concelho, está construída uma rede de parcerias robusta entre Escolas, Câmara Municipal, e que demonstra atualmente um maior envolvimento na área da educação, e várias entidades locais. Por último, destaca-se como positivo a inauguração de uma residência de estudantes o que poderá trazer mais alunos e mais oportunidades de emprego e outras dinâmicas ao concelho.

Quanto aos aspetos negativos, e em termos de desempenho escolar, destaca-se a tendência de aumento da taxa de retenção no 2º ciclo e no 3º ciclo de escolaridade. Relativamente ao corpo docente, há, também, que considerar que, sendo estável, está envelhecida, prevendo-se a saída de muitos professores num futuro próximo. A falta de formação para profissionais escolares (em variadas áreas como legislação, metodologias pedagógicas inovadoras, ensino da cultura, artes, desporto, competências transversais, etc.) foi bastante referenciada por vários atores auscultados, assim como o aparente afastamento do Agrupamento de Escolas da

comunidade decorrente, também, da insuficiência dos canais de informação da escola, quer com a comunidade escolar, quer com a comunidade alargada e o afastamento dos empregadores do sistema educativo concelhio. Como último aspeto negativo, acrescenta-se a aparente desmotivação dos alunos e das famílias para participar em atividades e projetos.

Como principais ameaças nesta dimensão, apontam-se a possível perda de um elevado número de professores nos próximos anos (por via da reforma) que pode colocar em causa eventuais projetos/documentos estratégicos. E a desvalorização dos cursos profissionais por parte de alunos e famílias, o que requer uma especial atenção para o trabalho de sensibilização junto das comunidades, em particular, das crianças mais jovens e famílias.

Figura 3.3: Pontos fortes e fracos, Oportunidades e Ameaças na dimensão das dinâmicas de promoção do sucesso escolar



Fonte: construção própria.

Legenda: AE – Agrupamento de Escolas; CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; CM – Câmara Municipal.

Existem, tal como nas dimensões anteriores, oportunidades para o desenvolvimento de ações neste domínio. A saída futura de um número considerável de docentes do sistema educativo por via da reforma cria igualmente uma oportunidade importante, a de atrair e fixar população jovem, nomeadamente, professores jovens com a criação de garantias e apoios à sua fixação no território (habitação acessível, apoios variados a jovens e à constituição de famílias, etc.). Outra oportunidade são os projetos dinamizados pela CIMBAL (Mais Sucesso Escolar) e pela Câmara Municipal de Cuba. A dinâmica criada entre Cuba e os concelhos limítrofes, em particular, Cuba e Vidigueira, que se podem vir a constituir como um grupo estratégico para o desenvolvimento da educação nestes territórios, e na concretização quer das respetivas Cartas Educativas quer do PEEBA. Outra oportunidade vital é a possibilidade de, incluindo pela existência de um plano estratégico regional para a área

da educação, se criar um maior envolvimento do Instituto Politécnico de Beja com as escolas públicas e privadas do Ensino Básico e Secundário. E, por último, o Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo, os planos nacionais e as novas linhas de financiamento Europeu.

Identidade

Visão

O Município visa promover e dinamizar o concelho a nível económico, social, cultural e ambiental, através da operacionalização de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Missão

O Município tem como missão o desenvolvimento sustentável do Concelho de forma a garantir a qualidade de vida dos seus habitantes e a assegurar a das gerações vindouras pautando -se, para o efeito, pelos valores da qualidade, responsabilidade, transparência, participação, eficácia na gestão, solidariedade, cooperação institucional e sustentabilidade, sempre em respeito pelo ambiente, património edificado e legítimos interesses das minorias.

Princípios e objetivos políticos

Considerando a visão e missão definidas para o Município, estabelece -se como objetivos estratégicos da intervenção autárquica para o desenvolvimento e crescimento sustentável do Município que os serviços, no desempenho da sua atividade pautam a sua atividade, assentes nos seguintes valores:

- a) Da administração aberta, permitindo a participação dos/as munícipes através do permanente conhecimento dos processos que lhes digam respeito e das formas de associação às decisões consentidas por lei;
- b) Da eficácia, visando a melhor aplicação dos meios disponíveis para a prossecução do interesse público municipal;
- c) Da coordenação dos serviços e racionalização dos circuitos administrativos, visando observar a necessária articulação entre as diferentes unidades orgânicas e tendo em vista dar celeridade e integral execução às deliberações e decisões dos órgãos municipais;
- d) Do respeito pela cadeia hierárquica, impondo que nos processos administrativos de preparação das decisões participem os titulares dos cargos de direção, chefia e na ausência destes/as pelos/as responsáveis por cada serviço, sem prejuízo da necessária celeridade, eficiência e eficácia;
- e) Da dignificação e valorização profissional dos seus trabalhadores;
- f) Do contributo para o aumento do prestígio do Poder Local;
- g) Da promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.

Intervenções futuras – 2023/2033

As intervenções previstas para o decénio 2023/2033 encontram-se organizadas em três Eixos estratégicos. Cada Eixo inclui vários objetivos estratégicos que se dividem entre aqueles que apenas dizem respeito ao concelho de Cuba e que, por isso, remetem para ações específicas do Município, e os que se inserem no âmbito do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo (PEEBA) e que, por isso, se devem implementar em articulação com os outros concelhos e com a CIMBAL.

As ações a desenvolver no caso destes últimos objetivos estratégicos, que são a maioria, estão descritas no PEEBA de acordo com o possível nesta fase de planeamento e devem ser organizadas de forma mais completa por cada Grupo de trabalho, e não apenas pelos agentes do concelho de Cuba, a criar para o cumprimento de cada Plano de Ação que integra o plano estratégico regional.

De forma a garantir que as ações gerais planeadas nesta fase, assim como as ações de trabalho específicas que venham a ser definidas pelos Grupos de Trabalho, sejam desenvolvidas da forma prevista, e que a implementação das ações é acompanhada pela aferição regular dos resultados, sejam resultados esperados ou não esperados, benéficos ou perversos, diretos ou indiretos, imediatos ou não, propomos um esquema de monitorização para cada um dos eixos (tabelas apresentadas em cada Eixo).

O apuramento dos resultados ao longo da implementação das ações, a reflexão sobre os resultados obtidos e as necessárias alterações aos planos de ação são o processo desejado de implementação, monitorização e avaliação de um plano estratégico que se pretende participado, reflexivo e em permanente melhoria, em que as instituições e as pessoas envolvidas avaliem o seu trabalho, os resultados obtidos e aprendam com eles, numa lógica de “ «trazer verdade» à resolução de problemas” (Capucha, Almeida, Pedroso e Silva, 1996: 10-11³⁵).

Os objetivos estratégicos identificados em cada Eixo estratégico podem e devem ser dinamizados através dos Grupos de Trabalho que venham a ser definidos no PEEBA de forma a potenciar os recursos disponíveis na região (de recursos humanos, de tempo, de equipamentos e de transportes) e ou pelas equipas municipais; e de acordo com o Plano de Ação, quer municipais, quer regionais, em implementação ou que venham a planear-se no futuro.

A implementação das ações e, logicamente, a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos, deve ser monitorizada, de dois em dois anos, tal como proposto no PEEBA, de acordo com as metas identificadas nas tabelas seguintes (uma por cada Eixo de intervenção estratégico), a nível municipal e ou nível regional, pelas entidades locais (Câmaras Municipais, Escolas, CIMBAL, por exemplo) ou, se assim considerado, por entidades consultoras externas, através da elaboração de indicadores (também indicados nas mesmas tabelas) construídos a partir da recolha e análise de dados estatísticos e ou qualitativos junto do Observatório da Educação do Baixo Alentejo, das Escolas, da Câmara Municipal e outras entidades (bases de dados, relatórios, emails, entre outras fontes). Todos os concelhos que integram a região do Baixo Alentejo devem seguir o plano de monitorização inserido no PEEBA (Plano Estratégico da Educação do Baixo Alentejo) para que os objetivos estratégicos regionais possam ser monitorizados de forma coordenada e consensualizada; esse plano será tornado público brevemente.

³⁵ Capucha, Luís, João Ferreira de Almeida, Paulo Pedroso e José Vieira da Silva (1996), “Metodologias de Avaliação: o Estado da Arte em Portugal”, em Luís Capucha e Paulo Pedroso, *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, Oeiras, Celta Editora, pp. 9-27.

Eixo 1 – Edifícios, Equipamentos e Mobilidades

Objetivo estratégico 1: Implementar plano de requalificação dos espaços escolares em quatro vertentes: i) eficiência energética; ii) segurança; iii) requalificação de espaços infantis e desportivos; iv) requalificação e manutenção dos edifícios escolares; (ver ações a desenvolver no [Anexo 1](#)).

Objetivo estratégico 2: Contribuir para a redação de um programa de preparação dos edifícios escolares para a transição digital, inclusiva e digital.

Objetivo estratégico 3: Contribuir para a redação de critérios regionais para manutenção/ encerramento das escolas com reduzido número de alunos, tendo em consideração o equilíbrio territorial.

Objetivo estratégico 4: Equipar os estabelecimentos escolares com os devidos equipamentos e infraestruturas digitais. Na vertente: modernização tecnológica e administrativa (ver ações a desenvolver no [Anexo 2](#)).

Objetivo estratégico 5: Contribuir para a criação de estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de recursos pedagógicos específicos).

Objetivo estratégico 6: Contribuir anualmente para a concertação da rede de autocarros com as necessidades educacionais da região (necessidades dos alunos, da rede de ofertas, etc.).

Monitorização e Avaliação do Eixo 1

No PEEBA, especificamente no capítulo da Implementação e Monitorização/Avaliação, encontram-se descritas as ações gerais a implementar para concretizar os objetivos estratégicos. Neste documento apresentamos as metas finais a atingir em 2033, os indicadores para avaliar a concretização dos objetivos estratégicos³⁶ e o Plano de Ação do PEEBA a que correspondem.

Tabela 3.1: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA

OE	Metas finais	Indicadores	Plano de Ação PEEBA
OE1	100% dos procedimentos concluídos	Taxa de intervenções concluídas	Plano Edificado
OE2	100% edifícios intervencionados para a transição digital, inclusiva e ambiental	Taxa de projetos concluídos	Plano Edificado
OE3	Existência de um Documento orientador	Documento com critérios	Plano Edificado
OE4	100% escolas equipadas	Taxa de estabelecimentos escolares equipados	Plano Digital
OE5	Existência de um Banco de recursos / 50% de docentes a utilizar banco de recursos	Taxa de docentes que mobilizam recursos pedagógicos do banco de recursos	Plano Digital
OE6	Rede melhorada e flexível / Zero alunos com viagens de mais de 30 mts e/ou com mais de 45 mts de espera por transporte	Taxa de alunos que com tempos de viagem de mais de 30 minutos/ Taxa de alunos que com tempos de espera de mais de 45 minutos	Plano Acessos e Transportes

Eixo 2 – Ofertas e Ensino

No Eixo 2, todos os objetivos estratégicos podem e devem ser dinamizados através dos Grupos de Trabalho que venham a ser definidos no PEEBA de forma a aumentar a diversificação das ofertas e a promover um ensino de maior qualidade tirando partido dos recursos existentes e das parcerias possíveis intra e inter concelhos, nomeadamente, com Alvito, Beja, Ferreira do Alentejo e Vidigueira.

³⁶ O PEEBA inclui informação sobre a construção dos indicadores.

Objetivo estratégico 7: Contribuir para a melhoria e diversificação das ofertas educativas e formativas tornando-as acessíveis a todos os alunos da região:

- a. Manter as dinâmicas de concertação das ofertas formativas e de aproximação às expectativas dos alunos e áreas estratégicas locais,
- b. Contribuir para a diversificação das ofertas educativas e formativas do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nas suas várias modalidades e possibilidades, e de ofertas informais e não formais através da promoção de parcerias com outros Agrupamentos de escolas/entidades/concelhos (micredes),
- c. Melhorar a oferta de Berçários e de Creches,
- d. Contribuir para a constituição de um conjunto de ofertas de educação de adultos em cada grupo de concelhos adaptadas às necessidades da população local e um pacote de benefícios de incentivo à frequência dessas ofertas,
- e. Contribuir para o fortalecimento e disseminação em todos os estabelecimentos escolares, dos projetos de educação com crianças, jovens e adultos com deficiências e incapacidades,
- f. Contribuir para o fortalecimento e disseminação em todos os estabelecimentos escolares, dos projetos em áreas artísticas).

Objetivo estratégico 8: Contribuir para a construção de um Currículo local:

- a. Criar conteúdos e materiais pedagógicos em torno das áreas estratégicas e recursos locais e enviar par banco de recursos regional,
- b. Trabalhar a identidade regional com os alunos desde o pré-escolar explorando a flexibilidade curricular (criar DACs ou disciplinas), em torno das áreas estratégicas e recursos locais.

Objetivo estratégico 9: Contribuir para o aumento da cobertura e melhoria do plano de apoios às famílias e aos alunos potenciando as parcerias concelhias, inter concelhias e regionais:

- a. Atualizar as ofertas AAAF, CAF e AEC de acordo com as necessidades das famílias e dos alunos (horários, conteúdos),
- b. Criar atividades de OTL para alunos dos 12 aos 17 anos (estágios de verão em empregadores, sessões de apresentação sobre ofertas e emprego, ações de voluntariado junto da comunidade, etc.),
- c. Aproximar os conteúdos de AAAF, CAF, AEC e OTL do Currículo local.

Objetivo estratégico 10 Contribuir para a criação de projetos de apresentação aos alunos e famílias, a partir do 7º ano, das oportunidades educativas, formativas, profissionais e de empregabilidade existentes na região (Orientação vocacional).

Objetivo estratégico 11: Contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas de promoção de qualidade no sistema educativo regional:

- a. Potenciar o Observatório da Educação do Baixo Alentejo - i) manter informação atualizada sobre redes de ofertas educativas e formativas, de apoio à famílias, projetos e indicadores sobre a população escolar, o desempenho escolar; ii) criar módulos de informação sobre Planos de Ação; iii) apoiar as escolas, câmaras municipais e CIMBAL na autoavaliação e elaboração de documentos estratégicos,
- b. Apoiar a preparação das escolas para a renovação do corpo docente para garantir a manutenção dos projetos concelhios e regionais e criar incentivos para atrair e fixar no concelho docentes jovens,
- c. Investir na procura de procedimentos menos morosos para a substituição dos assistentes operacionais e técnicos nas escolas da rede pública.

Monitorização e Avaliação do Eixo 2

No PEEBA, especificamente no capítulo da Implementação e Monitorização/Avaliação, encontram-se descritas as ações gerais a implementar para concretizar os objetivos estratégicos. Neste documento apresentamos as metas finais a atingir em 2033, os indicadores para avaliar a concretização dos objetivos estratégicos³⁷ e o Plano de Ação do PEEBA a que correspondem.

Tabela 3.2: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA

OE	Metas finais	Indicadores	Plano de Ação PEEBA
OE7a	Melhoria da rede de cursos profissionais concertada	Relato das expectativas dos alunos / Relato das expectativas dos empregadores / Novas redes de ofertas	Plano Rede de Ofertas
OE7b	Oferta de todos CCH/ Leque diversificado de CP e adaptada ao local / Rede de ofertas informais e não formais diversificada e acessível a todos os alunos e famílias - no grupo estratégico de Cuba ¹	Diversificação da rede de ofertas em cada micro rede	Plano Rede de Ofertas
OE7c	Cobertura total de Berçário e de Creche	Taxa de cobertura	Plano Rede de Ofertas
OE7d	Cobertura de ofertas de educação de adultos no grupo estratégico de Cuba / 50% da população residente com Ensino Secundário/ 25% da população residente até aos 50 anos com o Ensino Superior	Taxa de adultos com 12º ano e com Ensino Superior	Plano Rede de Ofertas
OE7e	Criada uma Equipa Multidisciplinar (EM) no grupo estratégico de Cuba (com elementos da área da saúde, da saúde mental, do apoio social, do desporto, das ciências sociais) / 100% dos alunos com necessidades com resposta da EM	Nº de EM a funcionar / Taxa de alunos com necessidades a ser acompanhados pelas EM	Plano Rede de Ofertas
OE7f	100% dos alunos com ofertas ao nível do ensino artístico em pelo menos um nível de ensino	Taxa de alunos a frequentar ofertas artísticas	Plano Rede de Ofertas
OE8a	Existência de banco de recursos pedagógicos de Currículo Local / 50% dos docentes a utilizar o banco de recursos pedagógicos	Taxa de docentes que utiliza recursos pedagógicos do banco de recursos	Plano Currículo Local
OE8b	50% das Escolas com DACs ou disciplinas que trabalhem áreas identitárias da região e concelhos	Taxa de AE e de EP que criaram DACs e novas disciplinas	Plano Currículo Local
OE9a	100% dos estabelecimentos escolares do Pré-escolar e/ou 1º ciclo com AAAF, CAF e/ou AEC / 100% dos alunos do Pré-escolar e do 1º ciclo a participar pelo menos numa destas atividades	Taxa de alunos que frequentaram AAAF, CAF e AEC	Plano Apoio às Famílias
OE9b	Existência de um Programa de Ocupação de tempos livres para alunos dos 12 aos 17 anos / 100% dos alunos dos 12 aos 17 anos a participar pelo menos uma vez destas atividades	Existência do Programa de OTL para 12 a 17 anos / Taxa de alunos dos 12 aos 17 anos que frequentaram atividades de ocupação de tempos livres	Plano Apoio às Famílias
OE9c	Existência de banco de recursos pedagógicos e lúdicos para AAAF, CAF, AEC e OTL / 50% dos docentes ou equipas de acompanhamento das atividades de OTL a utilizar o banco de recursos pedagógicos e lúdicos próximos ao Currículo Local	Taxa de docentes que mobilizam banco de atividades	Plano Apoio às Famílias
OE10	100% dos alunos a participar nas atividades de orientação vocacional	Taxa de alunos que participaram nos projetos de trabalho	Plano Orientação Vocacional
OE11a	Informação atualizada e disponível a toda a população	Observatório da Educação em construção	Plano Qualidade
OE11b	0% de projetos a terminar por renovação do corpo docente / Criação de mecanismos facilitadores da renovação e fixação do corpo docente	Taxa de projetos que terminaram por saída de docentes por via da reforma / Lista de condições criadas	Plano Qualidade
OE11c	Período de substituição de AO e AT igual ou inferior a 15 dias	Tempo médio de substituição dos	Plano

³⁷ O PEEBA inclui informação sobre a construção dos indicadores.

OE	Metas finais	Indicadores	Plano de Ação PEEBA
		profissionais por concelho	Qualidade

Nota: ¹Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira.

Eixo 3 – Promoção do sucesso escolar

No Eixo 3, quase todos os objetivos estratégicos podem e devem igualmente ser dinamizados através dos Grupos de Trabalho que venham a ser definidos no PEEBA e/ou dinamizando as parcerias com Alvito, Beja, Ferreira do Alentejo e Vidigueira. O OE 12 está mais circunscrito à ação dos agentes do concelho de Cuba (Câmara Municipal, sistema educativo e parceiros, nomeadamente empregadores que são particularmente dinâmicos no concelho e no território do grupo estratégico).

Objetivo estratégico 12: Garantir a sustentabilidade dos [projetos estruturantes](#) dinamizados no concelho de Cuba, tirando proveito pleno do reduzido rácio de alunos por docente.

Objetivo estratégico 13: Contribuir para a implementação de um projeto de combate à retenção escolar (2.º e 3.º ciclo de escolaridade do Ensino Básico).

Objetivo estratégico 14: Contribuir para a criação de projetos de inclusão direcionados a comunidades cigana e migrantes (com o desenvolvimento de atividades para essas comunidades e para a comunidade em geral):

- a. Implementar projeto para inclusão das comunidades ciganas,
- b. Implementar projeto para acolhimento e inclusão das comunidades migrantes.

Objetivo estratégico 15: Contribuir para o desenvolvimento de um sistema de comunicação regular e atualizado sobre o sistema educativo para a comunidade:

- a. Enviar informação permanente e atualizada para toda a comunidade (escolas, alunos, famílias, empregadores, etc.) sobre o sistema educativo concelhio de base digital,
- b. Ajudar na implementação de ações e campanhas de sensibilização sobre a importância e as potencialidades dos Cursos Profissionais junto de alunos, famílias e empregadores, e das ofertas de Educação e Formação de Adultos junto da população menos escolarizada,
- c. Enviar informação para a elaboração de documentos anuais sobre rede de ofertas educativas e formativas, informais e não formais, de projetos e de atividades de apoio à família para ser trabalhado pelas Equipas de Orientação Vocacional.

Para a realização dos objetivos estratégicos anteriores, será crucial a articulação com as equipas responsáveis pelo **Plano de Acessos e Transportes** e pelo **Plano de Formação do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo** que se postulam como ferramentas essenciais para a concretização dos vários objetivos.

Monitorização e Avaliação do Eixo 3

No PEEBA, especificamente no capítulo da Implementação e Monitorização/Avaliação, encontram-se descritas as ações gerais a implementar para concretizar os objetivos estratégicos. Neste documento apresentamos as metas finais a atingir em 2033, os indicadores para avaliar a concretização dos objetivos estratégicos³⁸ e o Plano de Ação do PEEBA a que correspondem.

³⁸ O PEEBA inclui informação sobre a construção dos indicadores.

Tabela 3.3: Articulação dos objetivos estratégicos com metas finais, indicadores e Planos de Ação do PEEBA

OE	Metas finais	Indicadores	Plano de Ação PEEBA
OE12	100% de projetos estruturantes com impactos relevantes a funcionar	Lista de possíveis financiamentos	Plano Parcerias
OE13	100% dos alunos com acesso a este projeto / Aumento dos percursos diretos de sucesso dos alunos para 60% no 3º ciclo	Taxa de retenção dos alunos do 2º e 3º ciclo de escolaridade	Plano Parcerias
OE14a	100% das crianças e jovens da comunidade cigana / 0% de absentismo escolar	Taxa de absentismo dos alunos da comunidade cigana	Plano Inclusão
OE14b	100% de alunos migrantes a frequentar PLNMM / 100% de adultos migrantes em programas de aprendizagem do Português / Existência de 1 Gabinete de acolhimento ao migrante no Grupo estratégico de Cuba	Taxa de alunos em PLNMM / Taxa de adultos em cursos de Português	Plano Inclusão
OE15a	Existência de Newsletter (digital), Página digital (para consulta pelos atores locais e pelas Grupos de Trabalho do PEEBA, nomeadamente da Orientação Vocacional)	Newsletter e Página online	Plano Comunicação com Comunidade
OE15b	Realização de pelo menos 1 ação de divulgação/sensibilização sobre Cursos Profissionais e 1 Educação de Adultos por ano	Nº de ações de divulgação	Plano Comunicação com Comunidade
OE15c	Atualização anual dos documentos a ser utilizados pelas equipas de Orientação vocacional	Documentos anuais enviados	Plano Comunicação com Comunidade

Enquadramento na Política Municipal, Regional e Nacional

Política integrada do Município

Além da presente Carta Educativa existem outros documentos em vigor na Câmara Municipal de Cuba sobre os quais importa aferir o seu grau de articulação: o Plano Diretor Municipal (PDM), o Diagnóstico Social (DS) e o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Cuba (PLPPDCJ).

Todos os objetivos da Carta Educativa em que se prevê algum tipo de ação específica no território – requalificação e ou manutenção de escolas, transição ambiental, acessos viários – estão articulados com o Plano Diretor Municipal, como se pode aferir na tabela seguinte.

No que respeita aos outros dois documentos verifica-se que, ou o diagnóstico realizado é coerente com o presente documento, corroborando o seu enquadramento, ou que alguns dos projetos em curso estão já a responder a uma boa parte dos objetivos estratégicos inscritos na Carta Educativa 2023-2033, o que potencia a gestão de recursos disponíveis no local e o processo de monitorização que deve ser orientado para o que se pretende atingir num prazo de 10 anos.

A tabela em baixo atesta quanto ao grau de articulação entre os documentos estratégicos mais importante do Município na área da educação e à importância desta área na política municipal.

Tabela 3.4: Articulação entre objetivos estratégicos e política do Município

Objetivos estratégicos	PDM / DS / PLPPDCJ	Nível de Articulação
OE1: Implementar plano de requalificação dos espaços escolares em quatro vertentes: i) eficiência energética; ii) segurança; iii) requalificação de espaços infantis e desportivos; iv) requalificação e manutenção dos edifícios escolares	Não será necessária a construção de edifícios novos / Programa de requalificação e melhoria dos estabelecimentos escolares em conformidade com PDM	AE
OE2: Contribuir para a redação de um programa de preparação dos edifícios escolares para a transição digital, inclusiva e digital	Em conformidade com o, PDM, PLPPDCJ e DS	AE

Objetivos estratégicos	PDM / DS / PLPPDCJ	Nível de Articulação
OE3: Contribuir para a redação de critérios regionais para manutenção/ encerramento das escolas com reduzido número de alunos, tendo em consideração o equilíbrio territorial	A fim de promover a coesão e a igualdade territorial em conformidade com PLPPDCJ	AE
OE4: Equipar os estabelecimentos escolares com os devidos equipamentos e infraestruturas digitais	Em conformidade com o PDM, PLPPDCJ e DS	AE
OE5: Contribuir para a criação de estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de recursos pedagógicos específicos).	Em conformidade com o PLPPDCJ	AE
OE6: Contribuir anualmente para a concertação da rede de autocarros com as necessidades educacionais da região (necessidades dos alunos, da rede de ofertas, etc.).	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE7: Contribuir para a melhoria e diversificação das ofertas educativas e formativas tornando-as acessíveis a todos os alunos da região	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE8: Contribuir para a construção de um Currículo local	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE9: Contribuir para o aumento da cobertura e melhoria do plano de apoios às famílias e aos alunos potenciando as parcerias concelhias, inter concelhias e regionais	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE10: Contribuir para a criação de projetos de apresentação aos alunos e famílias, a partir do 7º ano, das oportunidades educativas, formativas, profissionais e de empregabilidade existentes na região (Orientação vocacional)	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE11: Contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas de promoção de qualidade no sistema educativo regional	Em conformidade com o PLPPDCJ	AE
OE12: Garantir a sustentabilidade dos projetos estruturantes dinamizados no concelho de Cuba	Em conformidade com o PLPPDCJ	AE
OE13: Contribuir para a implementação de um projeto de combate à retenção escolar (2º e 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico)	Em conformidade com o PLPPDCJ	AE
OE14: Contribuir para a criação de projetos de inclusão direcionados a comunidades cigana e migrantes (com o desenvolvimento de atividades para essas comunidades e para a comunidade em geral)	Em conformidade com o PLPPDCJ e DS	AE
OE15: Contribuir para o desenvolvimento de um sistema de comunicação regular e atualizado sobre o sistema educativo para a comunidade	Em conformidade com o PLPPDCJ	AE

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Convergência com o Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo

Os objetivos estratégicos desta Carta Educativa encontram-se totalmente articulados com os vários Planos e Ação do PEEBA, como exposto na tabela seguinte.

Para a realização dos objetivos estratégicos identificados nesta Carta Educativa, será crucial a articulação com as equipas responsáveis pelo **Plano de Acessos e Transportes** e pelo **Plano de Formação do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo** que se postulam como ferramentas essenciais para a concretização dos vários objetivos. O Plano Formação assume particular importância no âmbito do PEEBA e da Carta Educativa pois trata-se capacitar todos os atores locais, com particular foco sobre os profissionais escolares, os alunos e famílias, para a execução eficaz e eficiente das ações inscritas em cada objetivo estratégico, logo, para atingir as

metas desenhadas para cada objetivo estratégico. As ações a implementar no âmbito desse plano não devem ser descuradas.

Tabela 3.5: Articulação entre objetivos estratégicos e Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo

Objetivos estratégicos	Planos de Ação do PEEBA	Nível de Articulação
OE1: Implementar plano de requalificação dos espaços escolares em quatro vertentes: i) eficiência energética; ii) segurança; iii) requalificação de espaços infantis e desportivos; iv) requalificação e manutenção dos edifícios escolares	Plano Edificado, Plano Parcerias	AE
OE2: Contribuir para a redação de um programa de preparação dos edifícios escolares para a transição digital, inclusiva e digital	Plano Edificado, Plano Parcerias	AE
OE3: Contribuir para a redação de critérios regionais para manutenção/ encerramento das escolas com reduzido número de alunos, tendo em consideração o equilíbrio territorial	Plano Parcerias	AE
OE4: Equipar os estabelecimentos escolares com os devidos equipamentos e infraestruturas digitais	Plano Digital	AE
OE5: Contribuir para a criação de estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de recursos pedagógicos específicos).	Plano Digital, Plano Parcerias, Plano Formação	AE
OE6: Contribuir anualmente para a concertação da rede de autocarros com as necessidades educacionais da região (necessidades dos alunos, da rede de ofertas, etc.).	Plano de Acessos e Transportes	AE
OE7: Contribuir para a melhoria e diversificação das ofertas educativas e formativas tornando-as acessíveis a todos os alunos da região	Plano Rede de Ofertas, Plano Parcerias, Plano de Acessos e Transportes, Plano Currículo Local, Plano Formação, Plano Parcerias, Plano de Comunicação com Comunidade	AE
OE8: Contribuir para a construção de um Currículo local	Plano Parcerias, Plano Apoio às Famílias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE9: Contribuir para o aumento da cobertura e melhoria do plano de apoios às famílias e aos alunos potenciando as parcerias concelhias, inter concelhias e regionais	Plano Apoios às Famílias, Plano Parcerias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE10: Contribuir para a criação de projetos de apresentação aos alunos e famílias, a partir do 7º ano, das oportunidades educativas, formativas, profissionais e de empregabilidade existentes na região (Orientação vocacional)	Plano Orientação Vocacional, Plano Rede de Ofertas, Plano Parcerias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE11: Contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas de promoção de qualidade no sistema educativo regional	Plano Qualidade, Plano Parcerias, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE12: Garantir a sustentabilidade dos projetos estruturantes dinamizados no concelho de Cuba	Plano Parcerias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE13: Contribuir para a implementação de um projeto de combate à retenção escolar (2º e 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico)	Plano Parcerias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE14: Contribuir para a criação de projetos de inclusão direcionados a comunidades cigana e migrantes (com o desenvolvimento de atividades para essas comunidades e para a comunidade em geral)	Plano Inclusão, Plano Parcerias, Plano Formação, Plano de Acessos e Transportes	AE
OE15: Contribuir para o desenvolvimento de um sistema de comunicação regular e atualizado sobre o sistema educativo para a comunidade	Plano Comunicação com Comunidade, Plano Parcerias	AE

Legenda: **AR** - Articulação Reduzida; **AM** – Articulação Média; **AE** – Articulação Elevada.

Convergência com programa de educação nacional e orientações europeias

Na elaboração do PEEBA também foram considerados os objetivos nacionais e europeus para a área da educação. Dessa forma, os objetivos estratégicos estão igualmente articulados com o programa de educação nacional e com as orientações europeias, tal como se pode aferir na tabela em baixo.

Tabela 3.6: Articulação entre objetivos estratégicos e programa de educação nacional e orientações europeias

Objetivos estratégicos	Enquadramento nacional e europeu	Nível de articulação
OE1: Implementar plano de requalificação dos espaços escolares em quatro vertentes: i) eficiência energética; ii) segurança; iii) requalificação de espaços infantis e desportivos; iv) requalificação e manutenção dos edifícios escolares	Investimento em Portugal 2021/2027 (eficiência energética de edifícios públicos); Plano de Recuperação e Resiliência (eficiência energética de edifícios, escola digital)	AM
OE2: Contribuir para a redação de um programa de preparação dos edifícios escolares para a transição digital, inclusiva e digital	Investimento em Portugal 2021/2027 (eficiência energética de edifícios públicos); Plano de Recuperação e Resiliência (eficiência energética de edifícios, escola digital); Agendas Temáticas Portugal 2030 (promoção da inclusão, transição energética); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027	AE
OE3: Contribuir para a redação de critérios regionais para manutenção/ encerramento das escolas com reduzido número de alunos, tendo em consideração o equilíbrio territorial	Plano Regional do Ordenamento do Território e territorialização das políticas públicas (espaço rural)	AM
OE4: Equipar os estabelecimentos escolares com os devidos equipamentos e infraestruturas digitais	Plano de Recuperação e Resiliência (escola digital); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027; Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal	AE
OE5: Contribuir para a criação de estratégias de mobilização e inclusão das tecnologias no currículo e na dinamização do currículo e nas metodologias pedagógico-didáticas (com elaboração de recursos pedagógicos específicos).	Investimento em Portugal 2021/2027 (desenvolvimento das zonas interiores e de baixa densidade); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo digital); Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal	AM
OE6: Contribuir anualmente para a concertação da rede de autocarros com as necessidades educacionais da região (necessidades dos alunos, da rede de ofertas, etc.).	Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027; Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo) [Articulação com Plano de Transportes Regional]	AE
OE7: Contribuir para a melhoria e diversificação das ofertas educativas e formativas tornando-as acessíveis a todos os alunos da região	Agendas temáticas Portugal 2030 (competitividade e coesão); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo; Alentejo territorialmente mais coeso); Plano de Recuperação e Resiliência (apoio à cultura); Investimento em Portugal 2021-2027 (Europa mais social – educação de adultos); Plano Regional do Ordenamento do Território e territorialização das políticas públicas (qualificação); Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência; Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e Programação Estratégica de Desenvolvimento Regional (práticas artísticas e	AE

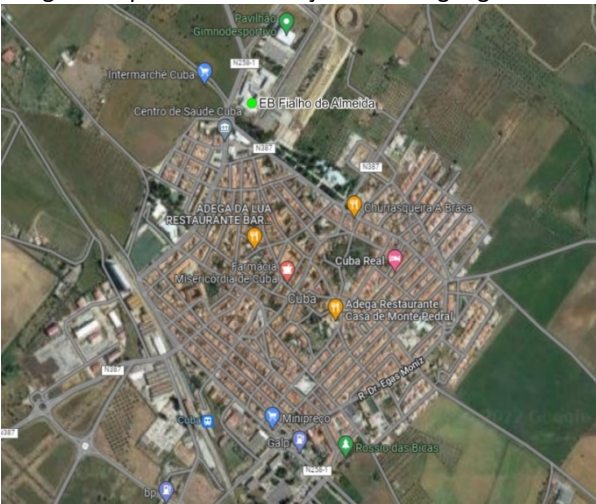
Objetivos estratégicos	Enquadramento nacional e europeu	Nível de articulação
	criativas); Plano Nacional das Artes [Articulação com Carta Social Supramunicipal]	
OE8: Contribuir para a construção de um Currículo local	Plano de Recuperação e Resiliência (apoio à cultura); Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e Programação Estratégica de Desenvolvimento Regional (valorizar património) Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo territorialmente mais coeso), Agendas Temáticas Portugal 2030 (sustentabilidade demográfica)	AE
OE9: Contribuir para o aumento da cobertura e melhoria do plano de apoios às famílias e aos alunos potenciando as parcerias concelhias, inter concelhias e regionais	Investimento em Portugal 2030 (Europa mais próxima dos cidadãos); Agendas Temáticas Portugal 2030 (sustentabilidade demográfica); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo e Alentejo territorialmente mais coeso); Plano de Recuperação e Resiliência (apoio à cultura); Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e Programação Estratégica de Desenvolvimento Regional (valorizar património)	AE
OE10: Contribuir para a criação de projetos de apresentação aos alunos e famílias, a partir do 7º ano, das oportunidades educativas, formativas, profissionais e de empregabilidade existentes na região (Orientação vocacional)	Investimento em Portugal 2030 (Europa mais próxima dos cidadãos); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo e Alentejo territorialmente mais coeso)	AM
OE11: Contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas de promoção de qualidade no sistema educativo regional	Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo e Alentejo territorialmente mais coeso)	AM
OE12: Garantir a sustentabilidade dos projetos estruturantes dinamizados no concelho de Cuba	Plano de Recuperação das Aprendizagens	AR
OE13: Contribuir para a implementação de um projeto de combate à retenção escolar (2º e 3º ciclo de escolaridade do Ensino Básico)	Plano de Recuperação das Aprendizagens	AR
OE14: Contribuir para a criação de projetos de inclusão direcionados a comunidades cigana e migrantes (com o desenvolvimento de atividades para essas comunidades e para a comunidade em geral)	Agendas Temáticas Portugal 2030 (promoção da inclusão); Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo e Alentejo territorialmente mais coeso)	AE
OE15: Contribuir para o desenvolvimento de um sistema de comunicação regular e atualizado sobre o sistema educativo para a comunidade	Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (Alentejo mais social e inclusivo e Alentejo territorialmente mais coeso)	AM

Legenda: AR - Articulação Reduzida; AM – Articulação Média; AE – Articulação Elevada.

Anexos

[Regressar ao Objetivo Estratégico 1](#)

Anexo 1: Plano de Requalificação dos Espaços Escolares

Intervenção na Escola Básica Fialho de Almeida	
Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2023
Freguesia: Cuba	
<p>Fundamentação:</p> <p>Eficiência energética:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conversão da Iluminação existente para LED - Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética <p>Acessibilidade e segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projeto de Segurança Contra Incêndios - Elaboração de Medidas de Autoproteção - Intervenção no depósito de gás/vedação - Intervenção na Bomba de água (fixação) <p>Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reparação e legalização de parque infantil - Reabilitação de pavimentos exteriores - Requalificação paisagística dos espaços exteriores - Construção de um corredor coberto de passagem entre a escola e o pavilhão gimnodesportivo <p>Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regularização pavimento da pérgula para escoamento de águas pluviais - Reparação e colocação de estores - Pinturas exterior dos edifícios - Reabilitação dos Wc's - Manutenção de mobiliário no auditório - Manutenção ou substituição de coberturas, nomeadamente algerozes e reforço das impermeabilizações das coberturas 	
Morada: ///	
Imagem mapa com visualização da área geográfica	
	
Tipologia: Escola Básica	Nº de salas:26
Nº alunos:396 (à data de março de 2023)	Nº de turmas: 20 (à data de março de 2023)
Agrupamento de Escolas: de Cuba	

Intervenção no JI de Faro do Alentejo

Tipo de Intervenção:
RequalificaçãoFase: **Elaboração do projeto**

Data de Início: jan 2023

Data de fim: dez 2023

Freguesia: Faro do Alentejo

Fundamentação:

Eficiência energética:

- Conversão da Iluminação existente para LED
- Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética

Acessibilidade e segurança:

- Elaboração de medidas de autoproteção

Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:

- Reparação e legalização do Parque infantil
- Reabilitação dos pavimentos exteriores
- Requalificação paisagística dos espaços exteriores

Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:

- Pintura exterior do edifício
 - Reabilitação dos pavimentos interiores
 - Reabilitação das portas interiores
 - Reabilitação dos Wc's
 - Substituição do pavimento do recinto coberto
 - Manutenção ou substituição de coberturas algerozes e reforço da impermeabilização da cobertura
-

Morada: ///

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia:

JI – Jardim de Infância

Nº de salas:1

Nº alunos:24 (à data de março de 2023)

Nº de turmas: 1 (à data de março de 2023)

Agrupamento de Escolas: de Cuba

Intervenção na Escola Básica de Faro do Alentejo

Tipo de Intervenção:
RequalificaçãoFase: **Elaboração do projeto**

Data de Início: jan 2023

Data de fim: dez 2023

Freguesia: Faro do Alentejo

Fundamentação:

Eficiência energética:

- Conversão da Iluminação existente para LED
- Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética

Acessibilidade e segurança:

- Elaboração de medidas de autoproteção

Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:

- Reparação e legalização do Parque infantil
- Reabilitação dos pavimentos exteriores
- Requalificação paisagística dos espaços exteriores

Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:

- Pintura exterior do edifício
 - Reabilitação dos pavimentos interiores
 - Reabilitação das portas interiores
 - Reabilitação dos Wc's
 - Substituição do pavimento do recinto coberto
 - Manutenção ou substituição de coberturas algerozes e reforço da impermeabilização da cobertura
-

Morada: ///

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia:

Nº de salas: 2

Escola Básica

Nº alunos: 24 (à data de março de 2023)

Nº de turmas: 2 (à data de março de 2023)

Agrupamento de Escolas: de Cuba

Intervenção no JI de Vila Alva

Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033

Freguesia: Vila Alva

Fundamentação:

Eficiência energética:

- Conversão da Iluminação existente para LED
- Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética

Acessibilidade e segurança:

- Elaboração de medidas de autoproteção

Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:

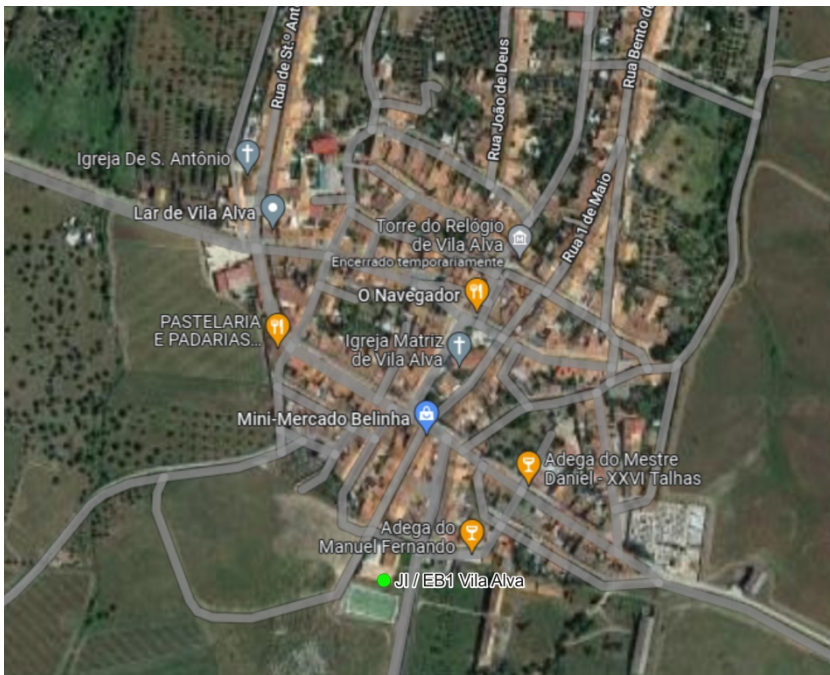
- Reparação e legalização do Parque infantil
- Reabilitação dos pavimentos exteriores
- Requalificação paisagística dos espaços exteriores

Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:

- Pintura exterior do edifício
- Reparação Geral da cobertura
- Reabilitação dos pavimentos interiores
- Reabilitação dos Wc's
- Requalificação de espaço para sala polivalente
- Manutenção ou substituição de coberturas algerozes e reforço da impermeabilização da cobertura

Morada: ///

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia: JI – Jardim de Infância	Nº de salas:1
Nº alunos:8 (à data de março de 2023)	Nº de turmas: 1 (à data de março de 2023)
Agrupamento de Escolas: de Cuba	

Intervenção na Escola Básica de Vila Alva

Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033

Freguesia: Vila Alva

Fundamentação:

Eficiência energética:

- Conversão da Iluminação existente para LED
- Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética

Acessibilidade e segurança:

- Elaboração de medidas de autoproteção

Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:

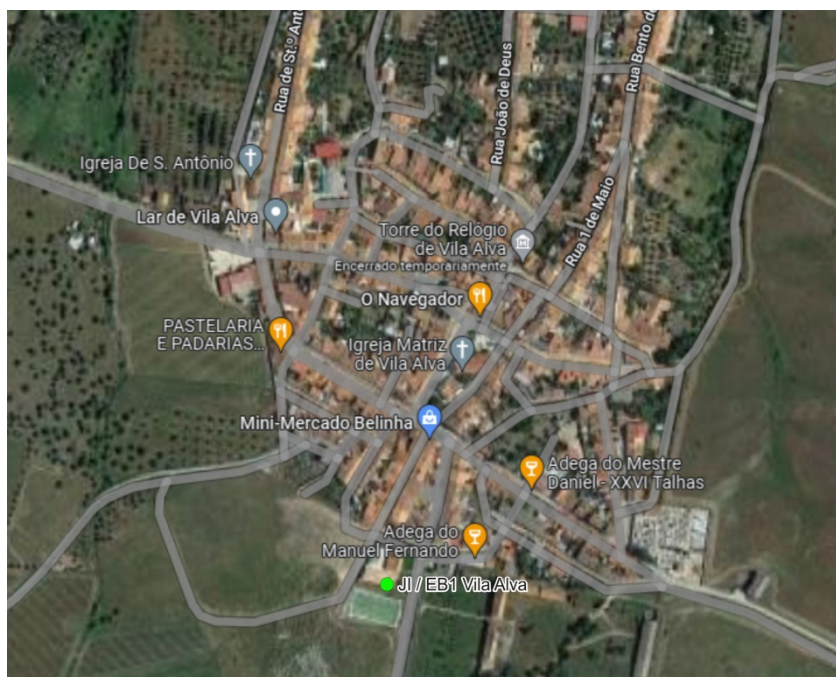
- Reparação e legalização do Parque infantil
- Reabilitação dos pavimentos exteriores
- Requalificação paisagística dos espaços exteriores

Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:

- Pintura exterior do edifício
- Reparação Geral da cobertura
- Reabilitação dos pavimentos interiores
- Reabilitação dos Wc's
- Requalificação de espaço para sala polivalente
- Manutenção ou substituição de coberturas algerozes e reforço da impermeabilização da cobertura

Morada: ///

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia: Escola Básica	Nº de salas:2
Nº alunos:19 (à data de março de 2023)	Nº de turmas: 2 (à data de março de 2023)
Agrupamento de Escolas: de Cuba	

Intervenção no JI de Vila Ruiva

Tipo de Intervenção: Requalificação	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2023

Freguesia: Vila Ruiva

Fundamentação:

Eficiência energética:

- Conversão da Iluminação existente para LED
- Substituição de caixilharias exteriores dos edifícios por outras com maior eficiência energética

Acessibilidade e segurança:

- Elaboração de medidas de autoproteção

Requalificação dos Espaços Infantis e Desportivos em contexto escolar:

- Reparação e legalização do Parque infantil
- Reabilitação dos pavimentos exteriores
- Requalificação paisagística dos espaços exteriores

Requalificação e Manutenção dos edifícios escolares:

- Pintura exterior do edifício
- Reparação Geral da cobertura
- Reabilitação dos pavimentos interiores
- Reabilitação dos Wc's
- Manutenção ou substituição de coberturas algerozes e reforço da impermeabilização da cobertura

Morada: ///

Imagem mapa com visualização da área geográfica



Tipologia: JI – Jardim de Infância	Nº de salas:1
Nº alunos:7 (à data de março de 2023)	Nº de turmas: 1 (à data de março de 2023)
Agrupamento de Escolas: de Cuba	

Anexo 2: Modernização tecnológica e administrativa

[Regressar ao Objetivo Estratégico 4](#)

Intervenção na Escola Básica Fialho de Almeida

Tipo de Intervenção:	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033
Freguesia: Cuba	
Fundamentação: Modernização Tecnológica e Administrativa - Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares - Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes - Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro	
Tipologia: Escola Básica	Nº de salas:26
Nº alunos:396*	Nº de turmas: 20*
Agrupamento de Escolas: de Cuba	

*À data de março de 2023

Intervenção no JI de Faro do Alentejo

Tipo de Intervenção:	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033
Freguesia: Faro do Alentejo	
Fundamentação: Modernização Tecnológica e Administrativa - Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares - Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes - Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro	
Tipologia: JI	Nº de salas:1
Nº alunos:24*	Nº de turmas: 1*

Agrupamento de Escolas: de Cuba

*À data de março de 2023

Intervenção na EB de Faro do Alentejo

Tipo de Intervenção:

Fase: Elaboração do projeto

Data de Início: jan 2023

Data de fim: dez 2033

Freguesia: Faro do Alentejo

Fundamentação:

Modernização Tecnológica e Administrativa

- **Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares**
- **Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes**
- **Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro**

Tipologia: Escola Básica

Nº de salas:2

Nº alunos:24*

Nº de turmas: 2*

Agrupamento de Escolas: de Cuba

*À data de março de 2023

Intervenção no JI de Vila Alva

Tipo de Intervenção:

Fase: Elaboração do projeto

Data de Início: jan 2023

Data de fim: dez 2033

Freguesia: Vila Alva

Fundamentação:

Modernização Tecnológica e Administrativa

- **Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares**
- **Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes**
- **Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro**

Tipologia: JI

Nº de salas:1

Nº alunos:8*

Nº de turmas: 1*

Agrupamento de Escolas: de Cuba

*À data de março de 2023

Intervenção na EB de Vila Alva

Tipo de Intervenção:	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033

Freguesia: Vila Alva

Fundamentação:

Modernização Tecnológica e Administrativa

- Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares
- Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes
- Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro

Tipologia: Escola Básica	Nº de salas:2
Nº alunos:19*	Nº de turmas: 2*

Agrupamento de Escolas: de Cuba

*À data de março de 2023

Intervenção no JI de Vila Ruiva

Tipo de Intervenção:	Fase: Elaboração do projeto
Data de Início: jan 2023	Data de fim: dez 2033

Freguesia: Vila Ruiva

Fundamentação:

Modernização Tecnológica e Administrativa

- Garantir a manutenção e constante atualização dos equipamentos informáticos e restantes meios digitais ao dispor dos diversos equipamentos escolares
- Progressiva desmaterialização das formas de interação entre Município, Agrupamento e Encarregados de Educação, através de plataformas que permitam maior proximidade entre estes agentes
- Garantir a constante conectividade dos diversos equipamentos escolares, numa lógica de escola a tempo inteiro

Tipologia: JI – Jardim de Infância	Nº de salas:1
Nº alunos:7*	Nº de turmas: 1*

Agrupamento de Escolas: de Cuba

*À data de março de 2023

Câmara Municipal de Cuba. Carta Educativa 2023-2033 (versão final).

© ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
Sítio: <http://www.cies.iscte-iul.pt>